

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE ENSINO
CENTRO DE ESTUDOS DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E DOCTRINA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

CAP QOBM/Comb. **ANA CAROLINA DE LIMA RICK DE OLIVEIRA**



**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NAS DECISÕES DE
CONSUMO E INVESTIMENTO: PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO AOS
MILITARES DO CBMDF**

**BRASÍLIA
2021**

CAP QOBM/Comb. **ANA CAROLINA DE LIMA RICK DE OLIVEIRA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NAS DECISÕES DE
CONSUMO E INVESTIMENTO: PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO AOS MILITARES
DO CBMDF**

Trabalho monográfico apresentado ao Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina como requisito para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Orientador: TEN-CEL. QOBM/Comb. OTMAR MANFRED **SCHNEIDER JÚNIOR**

**BRASÍLIA
2021**

CAP QOBM/Comb. **ANA CAROLINA DE LIMA RICK DE OLIVEIRA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NAS DECISÕES DE
CONSUMO E INVESTIMENTO: PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO AOS MILITARES
DO CBMDF**

Trabalho monográfico apresentado ao Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina como requisito para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Aprovado em: 23/11/2021.

BANCA EXAMINADORA

Renata Costa de **Moura** – Ten-Cel. QOBM/Comb.
Presidente

André Telles Campos – Ten-Cel. QOBM/Comb.
Membro

Igor **Muniz** da Silva – Maj. QOBM/Comb.
Membro

Otmar Manfred **Schneider** Júnior – Ten-Cel QOBM/Comb.
Orientador

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

AUTOR: Cap. QOBM/Comb. **Ana** Carolina de Lima **Rick** de Oliveira

TÍTULO: A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de capacitação aos militares do CBMDF.

DATA DE DEFESA: 23/11/2021.

Acesso ao documento
<input checked="" type="checkbox"/> Texto completo <input type="checkbox"/> Texto parcial <input type="checkbox"/> Apenas metadados
Em caso de autorização parcial, especificar a(s) parte(s) que deverá(ão) ser disponibilizadas:

Licença
<p>DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA</p> <p>O referido autor:</p> <p>a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.</p> <p>b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder ao CBMDF os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.</p> <p>Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o CBMDF, declara que cumpriram quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.</p> <p>LICENÇA DE DIREITO AUTORAL</p> <p>Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca da Academia de Bombeiro Militar disponibilizar meu trabalho por meio da Biblioteca Digital do CBMDF, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 International, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.</p> <p>A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.</p>

Ana Carolina de Lima **Rick** de Oliveira

Cap. QOBM/Comb.

Dedico este trabalho aos meus filhos,
Manuela e Felipe, que são a razão do meu
viver.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio e compreensão durante todo o percurso desta caminhada.

Ao meu marido, Guilherme, pelo suporte durante o curso e principalmente por toda a dedicação à nossa família.

Aos meus colegas de turma, que juntos, concluímos mais uma etapa de nossa carreira.

Ao meu orientador, Ten-Cel. Schneider por ter acreditado em mim e aceitado o desafio na construção deste trabalho.

Aos instrutores pela dedicação, disponibilidade e empenho em repassar seus valiosos conhecimentos para o nosso desenvolvimento como militares do CBMDF.

À coordenação do curso e a todos os militares do CEPED pelo apoio e esforços empenhados ao longo de todo o curso.

“Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo”.

Paul Pilzer

RESUMO

O tema Educação Financeira vem se destacando na agenda de política global por desempenhar um papel importante na autonomia financeira dos cidadãos. No âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, trabalhos acadêmicos anteriores mostram o elevado grau de endividamento de um quantitativo significativo de militares da Corporação, além dos impactos negativos desse endividamento. A preocupação elevada com dívidas e contas gera um excesso de preocupação, falta de concentração no trabalho, redução de produtividade, aumento do risco de fraudes e corrupção, altas taxas de absenteísmo, aumento de doenças mentais (estresse, depressão e ansiedade) e gastos da corporação com saúde dos militares. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo apresentar uma proposta capaz de alavancar o conhecimento dos militares em educação financeira, de modo a aumentar a eficiência nos serviços prestados pela Corporação à comunidade do Distrito Federal a médio e longo prazos. Foi realizada uma pesquisa aplicada e descritiva, com o objetivo de avaliar o nível de conhecimento quanto ao tema dos militares que recém ingressaram nas fileiras do CBMDF. Baseada em pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de dados com a aplicação de questionário, observou-se que os militares dos cursos de formação do ano de 2021 apresentam deficiência em todos os pilares da educação financeira: atitude, comportamento, habilidade e conhecimento). Dessa maneira, foi apresentada uma proposta, com plano de ensino, descrição de conteúdos programáticos, delimitação de competências, como uma alternativa para capacitação dos bombeiros dos cursos de formação do CBMDF.

Palavras-chave: Educação financeira, endividamento, capacitação, plano de ensino.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagrama custo X complexidade de contratação	33
Figura 2 – Hierarquia de necessidades de Maslow	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porcentual de respostas corretas do eixo conhecimento.....	66
Tabela 2 - Comparação de percentuais de renda poupada	73

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Resultado da Pergunta 1 (Dimensão: habilidade)	58
Gráfico 2 - Resultado da Pergunta 2 (Dimensão: habilidade)	59
Gráfico 3 - Resultado da Pergunta 3 (Dimensão: habilidade)	60
Gráfico 4 - Resultado da Pergunta 4 (Dimensão: habilidade)	61
Gráfico 5 - Resultado da Pergunta 1 (dimensão: conhecimento).....	62
Gráfico 6 - Resultado da Pergunta 2 (dimensão: conhecimento).....	63
Gráfico 7 - Resultado da Pergunta 3 (dimensão: conhecimento).....	63
Gráfico 8 - Resultado da Pergunta 4 (dimensão: conhecimento).....	64
Gráfico 9 - Resultado da Pergunta 5 (dimensão: conhecimento).....	65
Gráfico 10 - Resultado da Pergunta 6 (dimensão: conhecimento).....	66
Gráfico 11 - Análise da dimensão "Atitude".....	68
Gráfico 12 - Resultado da Pergunta 1 (dimensão: comportamento)	69
Gráfico 13 - Grau de comprometimento da renda: militares em formação X militares da ativa em geral	70
Gráfico 14 - Resultado da Pergunta 2 (dimensão: comportamento)	71
Gráfico 15 - Resultado da Pergunta 3 (dimensão: comportamento)	72
Gráfico 16 - Resultado da Pergunta 4 (dimensão: comportamento)	72
Gráfico 17 - Resultado da Pergunta 4 estratificado (dimensão: comportamento)	73
Gráfico 18 - Resultado da Pergunta 5 (dimensão: comportamento)	74
Gráfico 19 - Resultado da Pergunta 5 estratificado (dimensão: comportamento)	75
Gráfico 20 - Resultado da Pergunta 6 (dimensão: comportamento)	76
Gráfico 21 - Resultado da Pergunta 7 (dimensão: comportamento)	76
Gráfico 22 - Resultado da Pergunta 8 (dimensão: comportamento)	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADF	<i>Australia Defence Force Financial</i>
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de capitais
APEC	<i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i>
ART	Artigo
BCB	Banco Central do Brasil
BG	Boletim Geral
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEP	Curso de Altos Estudos para Praças
CAEO	Curso de Altos Estudos para Oficiais
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CAP	Curso Aperfeiçoamento de Praças
CBMDF	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFP	Curso de Formação de Praças
CHO	Curso de Habilitação de Oficiais
COMB	Combatente
COVID-19	<i>Corona Virus Disease 2019</i>
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DIGEP	Diretora de Gestão de Pessoal
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
GPWEB	Sistema de Gestão de Projetos do CBMDF
GSV	Gratificação de Serviço Voluntário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFE	<i>International Network on Financial Education</i>
MEC	Ministério da Educação do Brasil
NFEC	<i>National Financial Educators Council</i>

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico Motivação
PREPARAR	Preparação para a Reserva Remunerada
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	<i>Programme for International Student Assessment</i>
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEBM	Sistema de Ensino Bombeiro Militar
SGM	Secretaria Geral da Marinha
USC	Código de Leis dos Estados Unidos

LISTA DE SÍMBOLOS

§	Parágrafo
%	Por cento
n°	Número
p.	página

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Definição do problema	18
1.2	Justificativa.....	20
1.3	Objetivos.....	21
1.4	Definição de Termos.....	22
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	24
2.1	Educação financeira: Objetivos	24
2.2	Elementos da Educação Financeira.....	25
2.3	Currículo da Educação financeira	26
2.3.1	Estratégia pessoal em finanças.....	29
2.3.2	Orçamento pessoal e familiar	29
2.3.3	Matemática financeira.....	30
2.3.3.1	Juros	31
2.3.3.2	Crédito	31
2.3.3.3	Dívidas.....	33
2.4	Poupança e Investimento	34
2.5	Consumo, consumidores e a motivação	36
2.5.1	Necessidades dos consumidores.....	38
2.5.2	Tomada de decisão e comportamento do consumidor	39
2.6	Educação Financeira no mundo.....	40
2.7	Educação Financeira no Brasil.....	42
2.7.1	Acordos de Cooperação Técnica da CVM.....	43
2.8	Educação Financeira no CBMDF.....	45
2.9	Situação financeira dos militares do CBMDF	47
2.10	Normas relativas à remuneração dos bombeiros do CBMDF.....	48
2.11	Treinamento e capacitação dos militares do CBMDF	49
2.12	Seleção de conteúdos do currículo	50
3	METODOLOGIA	52
3.1	Classificação da pesquisa	52
3.1.1	Classificação da pesquisa quanto a natureza	52
3.1.2	Classificação da pesquisa quanto ao método	53

3.1.3	Classificação da pesquisa quanto aos objetivos	53
3.1.4	Classificação da pesquisa quanto a abordagem	53
3.1.5	Classificação da pesquisa quanto aos procedimentos.....	54
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
4.1	Objetivo Específico 1	56
4.1.1	Perguntas que avaliam a dimensão habilidade (o uso de serviços financeiros):	57
4.1.2	Perguntas que avaliam a dimensão conhecimento	61
4.1.3	Perguntas que avaliam a dimensão atitude:.....	67
4.2	Objetivo Específico 2	78
4.3	Objetivo Específico 3	80
4.4	Objetivo Específico 4	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS.....	87
	APÊNDICES.....	92
	APÊNDICE A – PROPOSTA DE PLANO DE ENSINO	93
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	100
	ANEXOS.....	109
	ANEXO A – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	110
	ANEXO B – EXEMPLOS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA CVM	119

1 INTRODUÇÃO

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define a educação financeira como:

O processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005).

A educação financeira vai, portanto, além do fornecimento aos cidadãos de informações e aconselhamentos financeiros. Ela pode ser entendida como a combinação de consciência, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para a realização de decisões financeiras coerentes, a fim de alcançar a liberdade e o bem-estar financeiro.

Partindo dessas premissas, o conceito de educação financeira é amplo e pode ser entendido como um processo de construção de conhecimento capaz de formar cidadãos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para tomar decisões fundamentadas e seguras para administrar suas finanças pessoais. Uma boa base nessa matéria é essencial para que os indivíduos saibam proteger-se da manipulação por propagandas e *marketing* que levam a um consumo desenfreado, gerando endividamento pessoal e distanciamento dos objetivos e projetos de vida.

Mesmo antes da crise financeira internacional de 2008, já vinha crescendo, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a preocupação com relação ao comportamento financeiro individual e familiar. Tão grande a importância dessa temática, que em 2008 foi criada pela OCDE a rede INFE (*International Network on Financial Education*, traduzido livremente como “Rede Internacional de Educação Financeira”), composta por membros de mais de 125 países, que se propõe a abordar as deficiências nessa área por meios de programas e iniciativas amplas, como estratégias nacionais de educação financeira, tornando o assunto uma prioridade para instituições públicas em todo o mundo (OCDE, 2005).

No ano de 2020, foi realizada uma pesquisa internacional de alfabetização financeira de adultos pela OCDE/INFE em 26 (vinte e seis) países, avaliando elementos de conhecimento, comportamento e atitudes financeiras utilizando uma metodologia própria de

pontuação. O relatório gerado mostra que a alfabetização financeira ainda é deficiente em todos os países e economias da amostra.

Dentro do campo de conhecimento, apenas 26% (vinte e seis por cento) de todos os adultos responderam corretamente às perguntas relacionadas a conceitos cruciais que afetam a gestão básica do dinheiro e acumulação de poupança: juros simples e compostos, inflação, benefícios da poupança e investimento de longo prazo e custo do retorno financeiro (OCDE, 2020).

Na área comportamental, foram avaliados ações e comportamentos dos consumidores tais como: de economia e planejamento a longo prazo, vigilância e controle sobre as finanças, hábitos de pesquisa antes de efetuar compras, hábitos de controle financeiro e pagamento de contas antes do vencimento. Neste quesito, apenas 49% dos adultos da amostra conseguiram alcançar a pontuação mínima de comportamento (OCDE, 2020).

A definição de alfabetização financeira da OCDE/INFE reconhece que mesmo que um indivíduo tenha conhecimento e capacidade de agir de forma financeiramente prudente, as atitudes influenciarão a decisão de ação. Deve haver uma combinação de consciência, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamento necessária para tomar decisões financeiras sólidas.

No Brasil, o desafio da educação financeira torna-se mais complexo em virtude dos traumas sofridos com a inflação elevada e instabilidades financeiras históricas. Os brasileiros conviveram com uma inflação elevada nos anos 60 e 70 que culminaram à hiperinflação na década de 1990.

Em um cenário de inflação elevada, as pessoas tinham grandes dificuldades para controlar seus orçamentos e, por isso, algumas gerações abandonaram totalmente o planejamento financeiro. Criou-se um hábito de gastar todo o dinheiro para fugir de uma moeda que perdia o poder de compra todos os dias. Somado a isso, o país também passou pelo grave problema de congelamento dos investimentos no Plano Collor, o que fez muitos brasileiros temerem perder investimentos financeiros, tornando-se um trauma coletivo.

O Plano Real, no entanto, conseguiu estabilizar a moeda e o país vive há 26 anos com uma inflação sob controle, sofrendo atualmente com oscilações decorrentes, por exemplo, da pandemia de COVID-19. Apesar desta relativa estabilidade, os brasileiros ainda sofrem com as sequelas do passado.

Durante o processo inflacionário, o crédito para consumo era quase inexistente. Após o controle da inflação e a volta do crédito, os brasileiros, totalmente sem educação financeira, tornaram-se vítimas do crédito concedido de forma indiscriminada. Desta forma, os níveis de inadimplência no país aumentaram significativamente.

A pesquisa de orçamento familiar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) chegou à conclusão de que os consumidores estão quase sem folga para poupar. Há 30 anos, o brasileiro conseguia poupar quase 17% do seu orçamento doméstico. Atualmente, consegue economizar somente 5% dos seus rendimentos.

Segundo Alfredo Meneghetti Neto (2014) as despesas de consumo, por sua vez, têm aumentado o percentual de comprometimento da renda dos brasileiros. Alimentação, transporte, habitação, saúde e educação, que nos anos 70, representavam cerca de 75% do orçamento, hoje ultrapassam 82% dos gastos de uma família. Além disso, o comprometimento do orçamento com impostos, taxas e tarifas é cada vez maior. Toda essa situação faz com que mais da metade dos correntistas dos bancos estejam com valores negativos, isto é, quando despesas são superiores a receitas, pagando altas taxas de juros e complicando ainda mais o seu orçamento

No âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) foi constatado em diversos trabalhos acadêmicos que a corporação é uma verdadeira amostra da sociedade brasileira no que se refere a falta de informação no campo da Educação Financeira. Fernandes (2014), por exemplo, constatou que 85% do efetivo do CBMDF tinha algum tipo de comprometimento da renda em contracheque, com por exemplos empréstimos consignados, que 46% do efetivo não possuía investimentos e que 14,6% do valor bruto da folha de pagamento pessoal total do CBMDF eram destinados ao pagamento de empréstimos consignados.

1.1 Definição do problema

O privilégio da estabilidade de salários dos servidores públicos e militares não garante a ausência de problemas financeiros. Ao contrário disso, essa estabilidade de renda é usada erroneamente por eles ao buscarem o endividamento para antecipação dos sonhos e objetivos.

Bohnert (2018) mapeou e quantificou os descontos autorizados em contracheque de todos os militares da ativa no ano de 2017, além de levantar dados

de descontos por pensão alimentícia. O objetivo de tal levantamento era identificar as características mais marcantes dos endividados da ativa do CBMDF. O militar chegou nos seguintes dados relativos ao ano de 2017:

- 76,36% da tropa possui algum tipo de comprometimento de renda em contracheque;
- 17,85% da tropa possui mais de 30% de seus salários brutos anuais comprometidos;
- 26,34% dos bombeiros possuem comprometimento de renda anual bruta entre 20 e 30%;
- Os pagadores de pensão são mais endividados que o restante da tropa;
- 86,7% dos militares que tiram GSV (Gratificação por Serviço Voluntário) possuem algum tipo de comprometimento da renda em contracheque;
- Há proporcionalmente mais homens endividados que mulheres;
- Quanto mais velhos, maior é o número de endividados na mesma faixa etária.

Duarte (2020) concluiu com seu artigo “Educação financeira e o impacto na percepção da saúde mental dos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal” que os militares do CBMDF não possuem um grau adequado de educação financeira. Ele enfatizou em seu artigo que o estresse trazido pelas dívidas pode causar ansiedade severa, enxaquecas ou outras dores de cabeça, depressão, ataques cardíacos, úlceras ou problemas digestivos. Além dos problemas de saúde, foi apresentado, também, outras consequências tais como dispersão no trabalho, aumento do absenteísmo e atrasos, queda geral de produtividade.

Diante do elevado índice de endividamento de parcela significativa de bombeiros do CBMDF e, da necessidade de capacitar os militares quanto ao tema, o problema de pesquisa proposto é resumido na seguinte pergunta: **Qual a melhor estratégia a ser adotada pelo CBMDF para educar financeiramente os militares da corporação de forma a contribuir para saúde financeira pessoal?**

1.2 Justificativa

Segundo Massaro (2015) a educação financeira está fortemente associada às finanças pessoais. E como o próprio nome sugere, “finanças pessoais” diz respeito ao indivíduo ou, no máximo, seu círculo de convívio mais próximo (como a família). Em um mundo perfeito, a educação financeira deveria ser responsabilidade do indivíduo, mas a prática mostra que poucas pessoas investem espontaneamente em sua própria capacitação financeira. Muitos apenas se preocupam com o assunto quando a situação já é grave ou mesmo fora de controle.

O descontrole financeiro causa enormes transtornos para pessoas, famílias, corporações e para o país. Pessoas endividadas tendem a ter mais problemas no trabalho, pois estão esgotadas com preocupações relacionadas a aspectos financeiros. Acidentes de trabalho, falta de concentração, redução de produtividade, aumento de custos com saúde, alta do absenteísmo, risco aumentado de fraudes e corrupção são algumas das consequências do descontrole financeiro (BOHNERT, 2018).

Corroborando com tais achados, Duarte (2020) concluiu com seu artigo “Educação financeira e o impacto na percepção da saúde mental dos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal” que os militares do CBMDF não possuem um grau adequado de educação financeira. Ele enfatizou em seu artigo que o estresse trazido pelas dívidas pode causar ansiedade severa, enxaquecas ou outras dores de cabeça, depressão, ataques cardíacos, úlceras ou problemas digestivos. Além dos problemas de saúde, foi apresentado, também, outras consequências tais como dispersão no trabalho, aumento do absenteísmo e atrasos, queda geral de produtividade.

O atual Plano Estratégico do CBMDF tem como objetivo a valorização do Bombeiro Militar. A estratégia consiste em priorizar a saúde, fornecer condições favoráveis de trabalho e qualidade de vida aos profissionais da corporação (CBMDF, 2017). Dessa maneira, levar ao conhecimento dos militares do CBMDF o tema “Educação Financeira” é uma maneira de valorizar os mesmos e pode ser muito útil para que aprendam a tomar decisões financeiras sensatas.

Não existe em vigor, no entanto, nenhum um trabalho de relevância na área de Educação financeira no início da carreira para militares do CBMDF. Para exemplificar, não há a previsão da disciplina de Educação Financeira nos projetos pedagógicos dos Cursos de Formação de Praças (CFP) e do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO). Com relação ao projeto pedagógico do Curso de Formação de Oficiais (CFO), a Portaria nº 31, de 5 de setembro de 2017, prevê como atividade complementar a disciplina “Administração Financeira Pessoal” com carga horária de 2h/aula.

Ao assumir a responsabilidade de prover conhecimento para todos os militares, a instituição ataca um dos efeitos danosos à sua eficiência e produtividade. Além disso, cumpre um importante papel social, capacitando as pessoas a tomarem melhores decisões que impactam positivamente na sociedade como um todo.

Duarte (2020) constatou que no ano 2019, 70% (setenta por cento) da tropa do CBMDF tinha algum tipo de empréstimo e que 49% (quarenta e nove por cento) dos bombeiros possuíam mais de 30% (trinta por cento) da renda comprometida com empréstimos. Além disso, ele obteve como resposta no questionário que 87% (oitenta e sete por cento) da amostra de militares do CBMDF acha necessária a inclusão da disciplina “Educação Financeira” nos cursos de formação do CBMDF.

1.3 Objetivos

Conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 427), a formulação dos objetivos significa definir com precisão o que se pretende atingir com o trabalho sob dois aspectos: geral e específico. Segundo elas, o objetivo geral está relacionado a uma compreensão global e abrangente do tema, enquanto os objetivos específicos compreendem etapas intermediárias que permitem alcançar o objetivo geral.

Assim, o objetivo geral do presente trabalho é apresentar uma proposta capaz de alavancar o conhecimento dos militares em educação financeira, de modo a aumentar a eficiência nos serviços prestados pela Corporação à comunidade do Distrito Federal a médio e longo prazos.

São objetivos específicos desse trabalho:

1. Avaliar o nível de conhecimento dos militares que ingressam na Corporação quanto ao tema em questão;
2. Avaliar a melhor alternativa para educar financeiramente os militares do CBMDF;
3. Definir conteúdos significativos a serem ministrados;
4. Apresentar uma proposta de capacitação aos militares do CBMDF sobre o tema.

1.4 Definição de Termos

Ação: é a menor parcela do capital social das companhias ou sociedades por ações. É, portanto, um título patrimonial e, como tal, concede aos seus titulares, os acionistas, todos os direitos e deveres de um sócio, no limite das ações possuídas (CVM, 2019).

Capital: é o valor inicial, é o recurso que é aplicado ou emprestado em uma operação financeira (BCB, 2013).

Credor: uma empresa ou pessoa física que possui que concede crédito. É aquele para quem o devedor deve (BCB, 2013).

Devedor: pessoa ou empresa que tem uma dívida a pagar (BCB, 2013).

Dívida: É a obrigação de pagar algum valor (BCB, 2013).

Empréstimo: É o mecanismo utilizado para ter disponível, no presente, uma quantia que só se conseguirá alcançar no futuro (BCB, 2013).

Fluxo de caixa: é um instrumento de gestão financeira que demonstra as receitas e despesas, e permite avaliar quanto dinheiro é alocado para cada tipo de despesa (CVM, 2019).

Inflação: é o aumento persistente e generalizado dos preços em uma economia (BCB, 2013).

Juros: é o preço pago pelo uso de um capital por certo período. Em outras palavras, representa o valor da remuneração de um investimento ou o valor pago pelo empréstimo de um capital (ASSAF NETO, 2017).

Juros simples: é aquele no qual a taxa de juros incide apenas sobre o valor inicial (ASSAF NETO, 2017).

Progressão aritmética: é uma sequência de números cuja diferença entre um termo e seu antecedente, a partir do segundo é uma constante (IEZZI; DEGENSZAJN; HAZZAN, 2019).

Progressão geométrica: é uma sequência de números reais não nulos cujo quociente entre um termo e seu antecedente, a partir do segundo, é uma constante (IEZZI; DEGENSZAJN; HAZZAN, 2019).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Educação financeira: Objetivos

Os principais propósitos da educação financeira são ampliar a compreensão do cidadão quanto ao consumo, poupança e crédito para que o indivíduo seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos financeiros. Tem por objetivo, assim, desenvolver competências que permitam consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país (FALCETTA *et al.*, 2014, p. 53).

É seu objetivo, dessa maneira, levar conhecimento acerca do universo financeiro de modo a tornar o indivíduo capaz de tomar decisões adequadas, que fortaleçam o comando financeiro da própria vida. E, por extensão, todos do âmbito familiar e comunitário daquele indivíduo também sejam influenciados a assumir o controle das finanças pessoais (FALCETTA *et al.*, 2014, p. 53).

Ter uma organização das finanças norteada por um bom planejamento é o início da conquista da liberdade financeira. A longo prazo, as metas e os objetivos definidos, são motivadores da gestão de finanças pessoais e da administração do fluxo de caixa, pois o aumento da taxa de poupança (receitas diminuídas as despesas) faz a diferença no aumento do patrimônio (FALCETTA *et al.*, 2014, p. 69).

A organização da vida financeira, segundo Cerbasi (2015, p. 13), proporciona mais controle do dinheiro, mais consciência das escolhas, incluindo rotina de gastos básicos e gastos eventuais, o uso do crédito, os investimentos e as escolhas de bem-estar e segurança. Além disso, a organização das finanças proporciona mais eficiência no uso da renda.

De uma forma geral, a palavra “liberdade” significa a “condição de um indivíduo não ser submetido ao domínio de outro e, por isso, ter pleno poder sobre si mesmo e sobre seus atos” (FALCETTA *et al.*, 2014, p. 61). O desejo de liberdade, segundo ele, é um sentimento profundo do ser humano.

Em finanças pessoais, atingir a liberdade financeira não significa deixar de trabalhar. Para Cerbasi (2016) significa obter renda suficiente para pagar as contas mensais sem que se veja na obrigação de trabalhar para pagá-la.

2.2 Elementos da Educação Financeira

Conforme visto na introdução, educação financeira, de acordo com a OCDE (2012), pode ser entendida como a combinação dos elementos conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para a realização de decisões financeiras coerentes, a fim de alcançar o bem-estar financeiro. Tais elementos são definidos a seguir:

O primeiro elemento, o “conhecimento financeiro” pode ser definido como conhecimento e compreensão dos conceitos econômicos e mecanismos da economia. O conhecimento financeiro ajuda a entender os conceitos e procedimentos e, também, a resolver problemas financeiros. É o conhecimento de como gerenciar o dinheiro em diferentes situações, incluindo o monitoramento de questões financeiras do dia a dia no mercado e as escolhas certas para as necessidades das pessoas de acordo com sua "cultura financeira" (ŚWIECKA *et al*, 2019).

Já a habilidade financeira é definida como aplicação dos conhecimentos econômicos adquiridos nas decisões relacionadas a finanças (análises, avaliações e escolhas). É a capacidade de usar conhecimento e compreensão para gerenciar uma situação esperada ou imprevisível, a fim de resolver um problema financeiro e convertê-lo em um benefício e oportunidade a seu favor (ŚWIECKA *et al*, 2019).

O terceiro elemento, a “atitude financeira” é definida como motivação e prontidão para usar o conhecimento e as habilidades econômicas em várias situações da vida. São as características individuais que dão forma a uma tendência para determinadas práticas ou ações financeiras. Eles mostram inclinação ou probabilidade de uma pessoa assumir comportamentos específicos (ŚWIECKA *et al*, 2019).

O último elemento, comportamento financeiro, é definido como comportamento em situações específicas do mercado financeiro (ŚWIECKA *et al*, 2019).

Em 2012 foi realizado um *Workshop* em que economistas representantes da APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*, que pode ser traduzido livremente como Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), e especialistas em educação financeira identificaram as economias com as melhores práticas de educação em alfabetização financeira. Feito isso, chegaram a um consenso sobre uma estrutura que descreve os temas comuns ou competências de cada um desses elementos. Como resultado desse evento, foram definidos os requisitos de ensino e aprendizagem para alfabetização

financeira e econômica. O produto gerado foi o Guia Financeiro e Econômico na Educação Básica da APEC.

2.3 Currículo da Educação financeira

O currículo é o cerne da educação financeira e econômica, ou seja, ele descreve o que os instrutores devem ensinar e o que os alunos devem aprender. O currículo pode ser um conjunto de objetivos. Um vital questionamento é sobre quais tópicos deveriam ser incluídos em um currículo de educação financeira. Em outras palavras, “Quais os conhecimentos, aprendizados, habilidades, comportamentos e atitudes os alunos deveriam aprender num curso de Educação financeira?” (APEC, 2014).

Os aprendizados essenciais (ou conceitos) são expressos como conteúdo no currículo. Tais conceitos, segundo a APEC (2014), podem ser agrupados em dimensões ou blocos para fornecer ampla base para um currículo:

- 1) São competências da dimensão “conhecimento”, segundo economistas da APEC (2014):
 - Economizar e gastar – aprender distinguir necessidades de desejos, bem entender como economizar pode ajudar a alcançar o objetivo estabelecido, conhecer as opções de poupar; identificar as principais dificuldades para economizar; aprender a superar tais dificuldades; criar o hábito de economizar;
 - Planejamento e Orçamento - habilidade de desenvolver um plano de ação em direção a uma meta ou sonho; aprender a fazer orçamento pessoal e familiar;
 - Tomada de decisão informada - envolve ser capaz de procurar informações e conhecer as consequências de suas ações.
- 2) A dimensão “habilidade” engloba as seguintes competências (APEC, 2013):
 - Ganhar dinheiro - cobre vários tópicos sobre meios de subsistência, emprego e empreendedorismo;
 - Gerenciando dinheiro - capacidade de economizar e gastar, praticando o hábito de planejar, pesquisar e agir de acordo com esses planos;
 - Investir dinheiro - explorando opções de investimento;

- Compreender o custo do empréstimo - conhecer as opções de crédito e compreender as consequências.
- 3) Já o elemento “atitude” engloba as seguintes competências (APEC, 2013):
- Atingir um objetivo de longo prazo ou visão do futuro - refletir / considerar ações e ter sensibilidade ao risco;
 - Ter consideração pelo bem-estar dos outros - refletir sobre o impacto nos outros; tendo um senso de responsabilidade para com os outros; senso de empatia e compaixão;
 - Sentido de autoestima desenvolvido com um interesse no aprendizado contínuo;
 - Paixão pelos projetos em que está envolvido, bem como pelo próprio desenvolvimento.
- 4) São competências da dimensão “comportamento”:
- Implementar hábitos de economia, orçamento e priorização;
 - Exibir comportamento empreendedor e ética de trabalho - tornando-se responsável por suas escolhas;
 - Exercitar a busca pelo objetivo com determinação;
 - Demonstrar comportamento caridoso, empático e compassivo.

A aprendizagem essencial deve ser determinada pelas necessidades específicas de cada economia, estado, escola ou empresa e deve ser expressa em um plano de ensino. A definição de conteúdos essenciais pode partir de uma análise de conhecimentos prévios dos alunos, *benchmarking* de currículos e programas mundiais ou aproveitando as diretrizes existentes como as produzidas por organizações internacionais, por exemplo, a OCDE (APEC, 2014).

O Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais define o conteúdo básico para que os usuários dos sistemas financeiros saibam como utilizá-los adequadamente. Ele descreve que os conhecimentos e comportamentos básicos necessários são:

- I. Entender o funcionamento do mercado e o modo como os juros influenciam a vida financeira do cidadão (a favor e contra);
- II. Consumir de forma consciente, evitando o consumismo compulsivo;
- III. Saber se comportar diante das oportunidades de financiamentos disponíveis, utilizando o crédito com sabedoria e evitando o superendividamento;
- IV. Entender a importância e as vantagens de planejar e acompanhar o orçamento pessoal e familiar;
- V. Compreender que a poupança é um bom caminho, tanto para concretizar sonhos, realizando projetos, como para reduzir os riscos em eventos inesperados;
- VI. Manter uma boa gestão financeira pessoal (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Os conteúdos deste Caderno de Educação Financeira com foco na Gestão de Finanças Pessoais foram escolhidos a partir de conceitos básicos, reconhecidos pela ENEF, e encontram-se organizados em seis módulos: 1 – Nossa relação com o dinheiro; 2 – Orçamento pessoal ou familiar; 3 – Uso do crédito e administração das dívidas; 4 – Consumo planejado e consciente; 5 – Poupança e investimento; 6 – Prevenção e proteção (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

No âmbito do CBMDF o currículo deve ser definido como os requisitos de ensino e aprendizagem voltados para bombeiros militares do CBMDF. Ele deve apresentar uma compreensão clara dos conceitos de educação financeira, incluir um conteúdo que atenda às necessidades específicas dos militares da Corporação e deve fornecer conhecimentos e ferramentas para o desenvolvimento de habilidades, atitudes e comportamentos.

Nos subitens a seguir os conteúdos previstos no caderno de Educação Financeira do Banco Central foram resumidos, organizados nos seguintes tópicos: estratégia pessoal em finanças; orçamento pessoal e familiar; matemática financeira; crédito; dívidas; poupança e investimentos; consumo, consumidores e a motivação; necessidades dos consumidores; tomada de decisão e o comportamento do consumidor.

2.3.1 Estratégia pessoal em finanças

Segundo o Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais, do Banco Central do Brasil, a educação financeira pode trazer diversos benefícios, entre os quais, possibilitar o equilíbrio das finanças pessoais e preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria, qualificar para o bom uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes, preparar o caminho para a realização de sonhos, enfim, tornar a vida melhor (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Sonho é o desejo vivo, a aspiração, o anseio. Pode ser entendido como a ideia ou os objetivos que se quer alcançar. Já o projeto é o sonho colocado no “papel”, para que possamos visualizar melhor onde estamos em relação a nossas aspirações e quais os caminhos que devemos seguir para alcançá-las. O projeto implica um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo na direção do sonho ou dos objetivos que se quer concretizar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Segundo Júlio (2005, p. 22), estabelecer a estratégia depende basicamente em definir onde se quer chegar. Todo mundo tem desejos, necessidades e sonhos, mas pode acontecer de a pessoa não se dar conta deles. Sem essa consciência, a direção tomada não faz a menor diferença e, pior, talvez seja a direção errada.

Assim, o primeiro passo para transformar sonho em projeto é definir o que se quer exatamente. Em seguida, deve-se estabelecer metas claras e objetivas para o seu projeto. O terceiro passo é internalizar a visão de futuro trazida pela perspectiva de realização do projeto. Em seguida, deve-se estabelecer as etapas intermediárias para que sejam alcançadas ou para que ajudem a atingir objetivos maiores e, por último, comemorar as etapas intermediárias realizadas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

2.3.2 Orçamento pessoal e familiar

Orçamento é definido como uma ferramenta de planejamento financeiro pessoal ou familiar utilizada para conhecer, administrar e equilibrar as receitas e despesas e, com isso, alcançar os sonhos ou objetivos. É uma ferramenta útil para a compreensão dos próprios hábitos de consumo, para definição de prioridades e para organizar a vida financeira e patrimonial (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Segundo Cerbasi (2015, p. 26) para um planejamento financeiro familiar é necessário um equilíbrio orçamentário, que pode ser entendido como gastar menos do que se ganha e investir a diferença com regularidade. Alcançar e manter o equilíbrio orçamentário mês a mês é fundamental para viabilizar a realização de sonhos. Para isso, o ideal é ter conhecimento detalhado dos gastos mensais e agir de acordo com o planejado, adotar iniciativas que viabilizem uma poupança regular, para ter recursos suficientes para eventuais emergências, preparar para a aposentadoria, dar mais qualidade a seu consumo etc.

O orçamento pessoal (ou familiar) deve ser iniciado a partir do registro das receitas (rendas) e de todas as despesas (gastos) durante um período. Na elaboração do orçamento é necessário organizar e planejar todas as despesas, com o objetivo de gastar bem o dinheiro, suprir necessidades e ainda realizar sonhos e atingir metas de acordo com as prioridades definidas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

2.3.3 Matemática financeira

A Matemática Financeira trata, em essência, da avaliação do valor do dinheiro no tempo através de uma série de técnicas e conceitos de matemática. O objetivo é efetuar comparações e análises dos vários fluxos de entrada e saída de dinheiro de caixa em diferentes momentos (ASSAF NETO, 2017).

Na prática, as principais questões básicas que ela procura responder estão voltadas para a relação dinheiro e tempo. Alguns exemplos:

- Qual o valor que um capital de R\$ 1.000, 00 terá daqui um ano?
- Quanto deve ser pago por uma dívida se for quitada antes do seu vencimento (pagamento antecipado)?
- Como devem ser analisadas as alternativas de crédito? (ASSAF NETO, 2017).

Nos subitens a seguir há um breve resumo de assuntos dentro da matemática financeira.

2.3.3.1 Juros

De maneira geral, o juro pode ser entendido como o preço pago pelo uso de um capital por certo período. Em outras palavras, representa o valor da remuneração de um investimento ou o valor pago pelo empréstimo de um capital. Todo empréstimo ou aplicação de dinheiro envolve um sacrifício de adiar um consumo ou um gasto, devendo a pessoa portanto ser remunerada por isso através da cobrança de juros (ASSAF NETO, 2017).

A taxa de juro é o coeficiente que determina o valor do juro, isto é, a remuneração do fator capital utilizado durante certo período. Pode ser representada de duas maneiras: taxa percentual e taxa unitária. A primeira, refere-se aos “centos” do capital, ou seja, o valor de juros para cada centésima parte do capital. Já a taxa unitária reflete o rendimento de cada unidade de capital em certo período (ASSAF NETO, 2017).

Ainda segundo o mesmo autor (ASSAF NETO, 2017), os critérios de capitalização demonstram como os juros são formados e incorporados ao capital no decorrer do tempo. Nesta conceituação, podem ser identificados dois regimes de capitalização dos juros: simples e composto.

O regime de capitalização simples comporta-se como se fosse uma progressão aritmética, crescendo os juros de forma linear ao longo do tempo. Ou seja, os juros somente incidem sobre o capital inicial da operação de aplicação ou empréstimo (ASSAF NETO, 2017).

Já o regime de capitalização composta incorpora ao capital não somente os juros referentes a cada período, mas também os juros sobre os juros acumulados até o momento anterior e que não foram pagos. É equivalente a uma progressão geométrica no qual os juros incidem sempre sobre o saldo apurado no início do período correspondente (ASSAF NETO, 2017).

2.3.3.2 Crédito

O crédito é uma fonte adicional de recursos obtidos de terceiros (bancos, financeiras, cooperativas de crédito e outros), que possibilita a antecipação do consumo para a aquisição de bens ou contratação de serviços. Existem várias modalidades de crédito. Por exemplo: limite do cheque especial, cartão de crédito, empréstimos,

financiamentos imobiliários ou de veículos, compra a prazo em lojas comerciais etc. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Segundo Cerbasi (2015, p. 75), crédito não é veneno nem faz mal a saúde financeira. É, na verdade, um privilégio dos que podem contar com ele para custear eventualidades ou mesmo para realizar desejos sem resultar em dismantelamento da estratégia de previdência ou de investimentos. Usar empréstimos e financiamentos de vez em quando traz a oportunidade de conhecer os serviços financeiros e cria um histórico interessante para futuras negociações com o gerente ou analista de crédito.

O crédito, entretanto, pode ser vantajoso ou problemático, tanto para o tomador como para o fornecedor do crédito, quando não são tomados os devidos cuidados. Algumas vantagens para o tomador do crédito são: antecipar consumo, atender emergências ou aproveitar oportunidades. E com relação a desvantagens, é possível citar: há custo (juros) da antecipação do consumo com o crédito, risco de endividamento excessivo e limite de consumo futuro ((BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

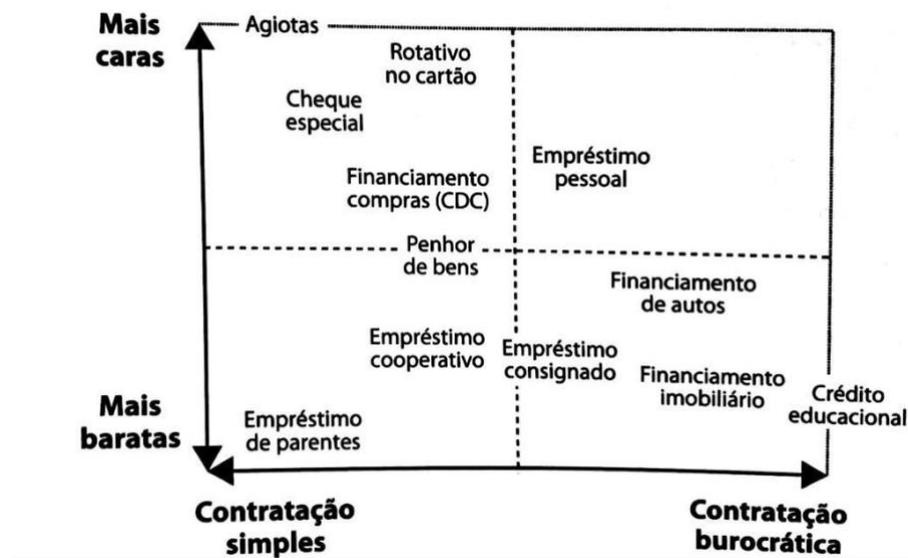
Financiamentos são meios de se tomar dinheiro emprestado para pagar um bem ou serviço específico, como casas, automóveis, computadores, serviços de reforma ou curso. A destinação específica do dinheiro emprestado dá aos bancos a certeza de que o dinheiro será bem utilizado, o que facilita a aprovação de crédito (CERBASI, 2015).

Os empréstimos, por sua vez, carecem de garantias típicas dos financiamentos. São oferecidos para cobrir necessidades de curto prazo de recursos normalmente de alguém que sofreu alguma perda inesperada, falhou nos planejamentos ou foi negligente nas escolhas (CERBASI, 2015).

Segundo Cerbasi (2015, p. 82) quem recorre a empréstimos, do ponto de vista do crédito, está com problemas, uma situação bem diferente daqueles que buscam financiamentos: quem decide pela compra de bens de grande valor ou pela contratação de serviços em geral está em boa situação de renda e de carreira.

É muito importante escolher a modalidade de crédito mais adequada para cada situação. Com a devida compreensão dos custos envolvidos nas operações de crédito, é mais fácil o uso do crédito de forma consciente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Figura 1 – Diagrama custo X complexidade de contratação



Fonte: CERBASI (2015, p. 82)

O diagrama acima mostra a relação entre o custo e a complexidade de contratação das diferentes modalidades de crédito. Por esse gráfico é possível observar que os produtos mais difíceis de serem contratados, são os que possuem custo menor. Em uma interpretação pragmática, quem está preparado para assumir relações financeiras mais complexas pagará menos por usar recursos de terceiros (CERBASI, 2015).

O crédito rotativo do cartão e o cheque especial, por exemplo, são alternativas de contratação simples e, por isso tornar-se alternativas de créditos com elevado custo. Por esse motivo, devem ser evitados (CERBASI, 2015).

2.3.3.3 Dívidas

Normalmente os indivíduos se consideram endividados apenas quando não conseguem pagar as contas e honrar seus compromissos. No entanto, quando o indivíduo chega a esse ponto, diz-se que já está num patamar de endividamento muito preocupante, que é o endividamento excessivo. Toda vez que o consumidor efetua uma compra e não paga naquele exato momento, está assumindo uma dívida (BCB, 2013).

O caderno de Educação Financeira BCB cita como consequências financeiras do endividamento excessivo: perda de patrimônio, comprometimento da renda com pagamento de juros e multas punitivas, redução do consumo futuro, inscrição do nome

nos cadastros de restrição ao crédito, como Serasa ou Serviço Central de Proteção ao Crédito, ou no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos.

Além disso, de acordo com o estudo “*Employee Financial Education Division – Financial Education in the Workplace Survey*” (traduzido livremente como “Divisão de Educação Financeira de Funcionários- Pesquisa de Educação Financeira no local de trabalho”) da empresa FoxPlan, o estresse trazido pelas dívidas pode causar impactos na saúde como por exemplo: ansiedade severa, enxaqueca ou dores de cabeça, depressão, ataques cardíacos, úlceras ou problemas digestivos (FOXPLAN, 2011).

Alfredo Meneghetti Neto (2014, p.25), ainda com relação às consequências do excesso de endividamento, afirmou que um funcionário endividado diminui sua atenção para com os assuntos da empresa, o que pode levar a falhas, retrabalho, acidentes, prejudicando, assim, a sua produtividade.

Para sair do endividamento, o BCB (2013, p.33) cita o passo a passo a ser seguido: tomar consciência da situação, mapear dívidas, compartilhar as dificuldades com pessoas que já passaram por situações semelhantes, não fazer novas dívidas, renegociar dívidas, reduzir gastos, gerar renda extra e buscar ajuda, por meio da leitura, consultorias ou órgãos de defesa do consumidor.

2.4 Poupança e Investimento

Poupança é a diferença entre receitas e as despesas. Já investimento é a aplicação dos recursos que poupamos, com a expectativa de obtermos uma remuneração por essa aplicação. Segundo Cerbasi (2015, p. 131) investir é multiplicar as reservas financeiras.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), para fazer um investimento é importante conhecer três características essenciais: liquidez, segurança e rentabilidade (ANBIMA, 2021).

A primeira representa a velocidade com a qual é possível converter um investimento em dinheiro sem cobranças de taxas por sacar o dinheiro antes do prazo. Quando um investimento é muito líquido, é possível alocar o dinheiro quando desejar. De outro lado, há investimentos que não permitem o resgate antecipado. São os que têm baixa liquidez (ANBIMA, 2021).

Já a rentabilidade corresponde ao retorno ou remuneração que pode ser obtido a partir de um investimento. Quanto maior for a rentabilidade, maior será o ganho de capital. Então, a construção de patrimônio é favorecida (ANBIMA, 2021).

Ainda segundo a ANBIMA (2021), a segurança de um investimento está atrelada ao risco que ela oferece. Existem tipos diversos de riscos. Alguns deles são os de mercado (representa a possibilidade de condições de preços do mercado trazendo perdas), o de crédito (possibilidade de o emissor de um título não honrar o pagamento), o de liquidez e a volatilidade (oscilações de preços em determinado período).

De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em seu Portal do Investidor, há uma série de aspectos que uma pessoa precisa dominar antes de investir:

- O perfil do investidor: pode ser classificado em três diferentes perfis, de acordo com a sua disposição para aceitar riscos, sua preferência por liquidez e expectativa de rentabilidade: conservador, moderado ou arrojado;
- Objetivos do investimento: objetivos diferentes podem implicar modalidades diferentes de investimentos, aceitar ou não riscos diferentes e necessidades diferentes de liquidez;
- Prazo para aplicação: o horizonte de aplicação é um fator decisivo do investimento mais apropriado, pois o tempo em que o recurso ficará aplicado poderá influenciar na rentabilidade e até na tributação (CVM, 2021).

Os investimentos podem ser de renda fixa e/ou renda variável. O primeiro são investimentos que pagam, em períodos definidos, a remuneração correspondente a determinada taxa de juros. Essa taxa pode ser estipulada no momento da aplicação (prefixada) ou calculada no momento do resgate (pós-fixada), com base na variação de um indexador previamente definido e acrescido ou não de uma taxa de juros (BCB, 2013, p. 47).

Já a renda variável são investimentos cuja remuneração não pode ser dimensionada no momento da aplicação. Envolvem riscos maiores, pois, além do risco de crédito, existe também o risco associado à rentabilidade incerta (BCB, 2013, p. 47).

Os investimentos possuem características que os diferenciam uns dos outros, como taxas de administração, rentabilidade esperada, formas de tributação etc. Conhecer e fazer uma avaliação detalhada sobre essas características são fatores

relevantes para decidir o melhor investimento para determinado indivíduo (ANBIMA, 2021).

2.5 Consumo, consumidores e a motivação

Conforme Sandroni (2005, p. 726), renda nacional pode ser definida como a soma de todos os rendimentos recebidos, durante determinado período, pelos habitantes de um país, a título de remuneração dos fatores de produção. O autor ressalta, além disso, que esse fluxo de renda gerado pela remuneração dos fatores de produção (terras cultiváveis, mão de obra, máquinas, equipamentos etc.) proporciona, por sua vez, os recursos com que as pessoas adquirem bens e serviços, os quais são necessários tanto à satisfação das necessidades (consumo) quanto à ampliação da capacidade produtiva do sistema econômico (investimento).

Enquanto uma das principais variáveis da economia é o consumo, também há a poupança que Sandroni (2005, p. 673) conceitua como: “parte da renda nacional ou individual que não é utilizada em despesas, sendo guardada e aplicada depois de deduzidos os impostos”

Em relação à economia brasileira, segundo Falcetta:

A divisão de renda nacional ainda mostra uma forte concentração nas classes A e B e, aos poucos ou de forma gradativa, a ascensão das classes C, D e E vem desenhando um novo quadro onde predomina o acesso ao mercado de um contingente expressivo que, até então, se posicionava às margens do acesso ao consumo (FALCETTA *et al.*, 2014, p. 37)

No ambiente microeconômico, Sandroni (2005, p. 182) interpreta a soberania do consumidor como peça-chave do mercado, já que ele é também orientador do que é preciso produzir, limitando-se o produtor a seguir seus desejos e necessidades.

O BCB (2013, p. 17) define necessidade como tudo aquilo que as pessoas precisam, independentemente de seus anseios. São coisas absolutamente indispensáveis para nossa vida. Por sua vez, os desejos podem ser definidos como tudo aquilo que querem possuir ou usufruir, sendo essas coisas necessárias ou não.

Os recursos financeiros devem satisfazer as necessidades, mas, na medida do possível, deve atender também aos desejos. Estes não são ruins. Os desejos são fontes de prazer e determinam aquilo que se quer para o futuro. O problema surge apenas quando os indivíduos começam a tratar os desejos como se fossem necessidades. Isso

porque os desejos são ilimitados, porém os recursos são limitados. Ao tratar desejos como se fossem necessidades, é impossível alcançar uma boa saúde financeira e, até mesmo, pode dar início a um processo de endividamento excessivo (BCB, 2013).

Solomon (2016, p. 6) define o comportamento do consumidor como sendo o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, usam ou descartam produtos, serviços, ideias, ou experiências para satisfazerem necessidades e desejos. São inúmeras variáveis que formam os hábitos de consumo dos consumidores: idade, gênero, estrutura familiar, classe social e renda, estilo de vida, cultura popular, personalidades e outros.

Segundo Solomon (2016, p. 17) “motivação se refere aos processos que fazem as pessoas se comportarem do jeito que se comportam”. Por exemplo, muitas pessoas compram produtos não pelo que eles fazem, mas pelo que eles significam. A motivação ocorre quando uma necessidade é despertada e o consumidor deseja satisfazê-la. Assim que uma necessidade é ativada, um estado de tensão impulsiona o consumidor a tentar reduzir ou eliminar a necessidade. Essa necessidade pode ser utilitária (isto é, desejo de obter algum benefício funcional ou prático) ou hedônica (isto é, uma necessidade de experiência envolvendo respostas ou fantasias emocionais).

Sabendo disso, Solomon (2016, p. 17) informa que as empresas investem valores exorbitantes em *marketing* para criar produtos e oferecer serviços que ajudem a diminuir essa tensão. Quando nos concentramos nas necessidades utilitárias, enfatizamos o objetivo, atributos tangíveis dos produtos, como por exemplo, durabilidade de um objeto, nutrientes dos alimentos. Já as necessidades hedônicas são subjetivas e experienciais e podem ser exemplificadas com produtos que satisfaçam as necessidades de entusiasmo, autoconfiança ou fantasia.

Assim, a visão ampliada do comportamento do consumidor transcende o estudo sobre o que e por que as pessoas fazem compras. Ela se concentra, também, em como as empresas influenciam os consumidores e em como os consumidores usam os produtos e serviços que as empresas vendem (SOLOMON, 2016).

O BCB (2013, p. 40) lembra, também, que é importante que os consumidores tenham consciência de que as decisões de consumo afetam os recursos naturais disponíveis no planeta. Considerando que os recursos naturais são imprescindíveis para

a manutenção da vida na Terra, as consequências das decisões de consumo se ampliam, afetando a sobrevivência dos presentes e gerações futuras.

A sociedade atual vive em um momento em que o consumismo desenfreado causa uma série de despesas desnecessárias e, muitas vezes os desejos são transformados em necessidades. De forma a blindar-se das estratégias de *marketing* com foco em um consumo responsável e consciente, a Educação Financeira deve ser inserida nas grades educacionais, abordando os aspectos do comportamento do consumidor e o poder transformador dos atos de consumo consciente (planejar compras, avaliar impactos do consumo, uso do crédito consciente etc.) como instrumento de construção da sustentabilidade da vida no planeta (SOLOMON, 2016).

2.5.1 Necessidades dos consumidores

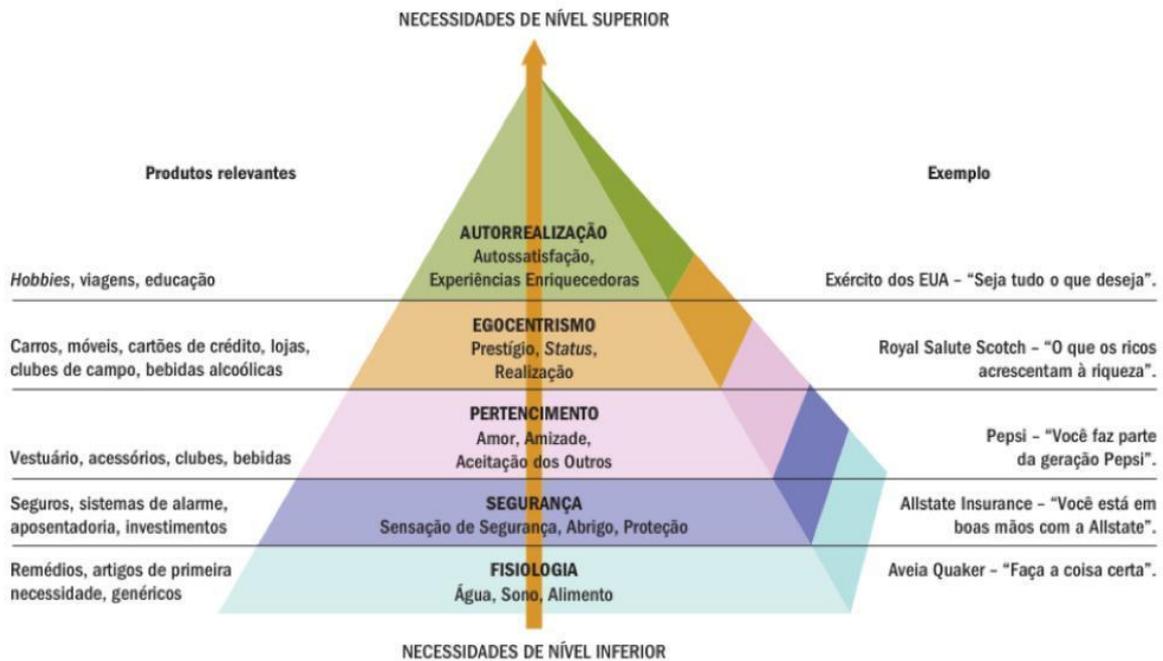
O psicólogo Abraham Maslow desenvolveu sua “hierarquia de necessidades” para compreender o crescimento pessoal e como as pessoas alcançam plena realização própria ou “experiências culminantes” (SOLOMON, 2016).

A estrutura hierárquica de Maslow, mostrada na figura 2, implica que a sequência de desenvolvimento é fixa, isto é, deve-se primeiro satisfazer as necessidades básicas para depois avançar na escala (um homem faminto não está interessado em símbolo de *status*, amizade ou autorrealização). Isso implica que os consumidores valorizam diferentes atributos nos produtos, dependendo do que tem disponível no momento (SOLOMON, 2016).

Segundo Solomon (2016, p. 21), os profissionais de *marketing* adotaram essa perspectiva porque ela identifica (indiretamente) determinados tipos de benefícios que as pessoas podem procurar nos produtos, dependendo de seus diferentes estágios de desenvolvimento mental ou espiritual ou de sua situação econômica.

Na figura 2, Solomon sintetiza esse modelo, mostrando que em cada nível, a pessoa procura diferentes tipos de benefícios nos produtos. Teoricamente, um indivíduo avança na hierarquia até que sua motivação predominante se concentre em metas supremas, como justiça e beleza.

Figura 2 – Hierarquia de necessidades de Maslow



Fonte: SOLOMON (2016, p. 22)

A hierarquia de Maslow embora amplamente aplicada em *marketing*, está mais vinculada a cultura ocidental, já que muitas culturas asiáticas valorizam mais o bem-estar do grupo, necessidade de pertencer, do que necessidades individuais, necessidades de estima (SOLOMON, 2016).

Apesar disso, tal teoria é útil para lembrar que os consumidores podem ter diferentes prioridades em suas necessidades, em diferentes situações de consumo e em diferentes estágios da vida, pois ela não especifica exatamente a ascensão do consumidor na escala de necessidades. Além disso, no atual ambiente econômico, a hierarquia ajuda a explicar por que vários consumidores estão mais atentos ao preço e a confiabilidade de um produto do que à possibilidade de ele impressionar os amigos (SOLOMON, 2016).

2.5.2 Tomada de decisão e comportamento do consumidor

Solomon (2016, p. 47) diz que a tomada de decisão é a parte central do comportamento do consumidor, mas a maneira como os consumidores avaliam e escolhem os produtos (e o quanto refletem para fazer essas escolhas) varia muito dependendo de dimensões como grau de novidade, envolvimento e risco relacionado à decisão. O autor considera haver três diferentes perspectivas da tomada de decisão: cognitiva, habitual e afetiva.

Uma decisão de compra cognitiva resulta de uma série de estágios (reconhecimento do problema, busca de informações, avaliação das alternativas, escolha e avaliação pós compra) na escolha de um produto em detrimento de opções concorrentes. Em circunstâncias de alto envolvimento cognitivo, as pessoas tendem a pensar com cuidado nos prós e contras das diferentes opções (SOLOMON, 2016).

A tomada de decisão habitual refere-se a escolhas feitas com pouco ou nenhum esforço consciente. Com frequência consumidores recorrem a regras práticas ou pistas presentes no ambiente para tomar decisões rotineiras, pesquisando muito pouco antes de efetuar uma compra. Solomon (2016, p. 69) informa que os consumidores se apoiam em vários atalhos mentais, como o nome de uma marca ou preço, crenças de mercado ao longo do tempo (como por exemplo, determinar qualidade com base no preço), ou simplesmente copiam as escolhas alheias.

Já na tomada de decisão afetiva, os consumidores tomam decisões com base em uma reação emocional, e não como resultado de um processo de pensamento racional. As empresas, como estratégia de *marketing*, normalmente tentam desencadear uma reação positiva por meio de propaganda ou de outros canais de comunicação para que os consumidores desenvolvam um elo com o produto ou serviço oferecido (SOLOMON, 2016).

2.6 Educação Financeira no mundo

O tema educação financeira, conforme enfatizado no relatório da INFE/OCDE (2016), vem se destacando na agenda de política global por desempenhar um papel importante na autonomia financeira dos cidadãos e, como consequência, por influenciar positivamente na estabilidade e desenvolvimento do sistema financeiro nacional e da economia mundial.

De acordo com a OCDE, um número crescente de governos tem se empenhado no desenvolvimento de estratégias de educação financeira. A existência de uma estratégia nacional de educação financeira favorece a divulgação do tema no país e cria diretrizes para orientar iniciativas concretas, seja do Estado, da iniciativa privada ou da sociedade civil. A estratégia passa a ser a principal referência para leis, políticas públicas e programas de diversos setores contribuindo para gerar ampla mobilização (OCDE, 2016).

No ano de 2017, 60 (sessenta) países de diferentes níveis econômicos já possuíam uma estratégia nacional de educação financeira ou avançaram em projetos relacionados ao tema. No contexto dos principais países industrializados e emergentes, por exemplo, as estratégias nacionais de educação financeira proliferaram. Cerca de metade deles já desenvolveu uma estratégia: Austrália, Brasil, Japão, Holanda, África do Sul, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos (OCDE, 2016).

O governo dos Estados Unidos da América, por exemplo, tem se dedicado a promover educação financeira entre militares, exigindo treinamento e aconselhamento em serviços financeiros para todo o pessoal das forças armadas. A partir de julho de 2016, a Lei USC 992 passou a exigir que o Departamento de Defesa forneça treinamento abrangente de educação financeira a todos os membros das forças armadas americana (NFEC, 2021).

Segundo informações do *National Financial Educators Council* (NFEC), a legislação americana exige que os membros do serviço militar sejam submetidos a treinamento financeiro em momentos significativos da carreira, incluindo: treinamento inicial de admissão, chegada ao primeiro posto de serviço, em cada transferência de posto de trabalho, durante o treinamento de liderança, na passagem para a aposentadoria militar ou nas promoções. O treinamento também é dado em cada evento importante ao longo da vida, como casamento, divórcio, nascimento de filhos, doença ou condição incapacitante.

Na Austrália, em 2006 foi criada uma entidade chamada *Australia Defence Force Financial Services Consumer Centre* - cuja tradução para o português é Centro do Consumidor de Serviços Financeiros da Força de Defesa Australiana. O objetivo é fornecer educação financeira e do consumidor para os membros da Força de Defesa Australiana, oferecendo educação financeira imparcial (não aconselhamento pessoal) e material de recurso relevante a todos militares e seus familiares a fim de ajudá-los a tomar decisões e definir planos financeiros, bem como capacitá-los a melhorar sua capacidade financeira ao longo de sua carreira (ADF FINANCIAL SERVICES CONSUMER CENTRE, 2021).

A *ADF Financial Services Consumer Centre* fornece dicas, guias, lista de verificação adaptadas ao estágio da carreira (início da carreira, ao longo da carreira, fase prévia a aposentadoria, liderança etc.) para ajudar os membros a obter mais segurança

financeira, ferramentas financeiras, calculadora de orçamento online, indicações de consultores financeiros que operam sem conflitos de interesse.

2.7 Educação Financeira no Brasil

Segundo informações retiradas no site do Ministério da Educação (MEC), no período entre 2008 e 2010, a Secretaria de Educação Básica (SEB) do próprio órgão conduziu um projeto piloto cujo objetivo era levar educação financeira à rede pública de ensino médio dos estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e do Distrito Federal.

De acordo com a mesma fonte oficial do governo, analistas do Banco Mundial constataram o aumento de 1% do nível de poupança dos jovens que passaram pelo programa; 21% a mais dos alunos passaram a fazer uma lista dos gastos todos os meses; 4% a mais dos alunos passaram a negociar os preços e meios de pagamento ao realizarem uma compra. As famílias também foram beneficiadas, pois temas como orçamento, planejamento e taxas bancárias entraram na pauta das conversas e decisões conjuntas de gastos por causa dos deveres de casa. O relatório concluiu, ainda, que esse resultado indica que jovens educados financeiramente podem contribuir para o crescimento do Produto Interno do Brasil (PIB).

Entretanto, no último levantamento do *Programme for International Student Assessment* (PISA), o Brasil apresentou o pior desempenho em alfabetização financeira entre todos os países e economias da OCDE participantes da avaliação. Especificamente, apenas 3% dos estudantes brasileiros com 15 anos apresentaram proficiência no nível máximo em comparação com 12%, em média, dos estudantes dos demais países (OCDE, 2005).

Instituída como política de Estado de caráter permanente, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) nasceu de uma mobilização multisetorial de 11 (onze) instituições, entre elas sete órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil. A sua missão, juntamente com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, é desenvolver uma nação financeiramente educada e como visão ser referência mundial em educação financeira (GIORDANO *et al.*, 2019).

Nesse sentido, um passo importante foi dado com as novas determinações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tornou obrigatório, a partir de janeiro de

2020, o ensino dessa competência no ensino infantil e fundamental tanto de escolas públicas como particulares. A BNCC é um documento de caráter normativo que pretende definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos deverão desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (GIORDANO *et al.*, 2019).

Um relevante exemplo de iniciativa no âmbito nacional foi a assinatura em 10 de junho de 2021 de um convênio de cooperação entre a CVM e a Secretaria Geral da Marinha (SGM), ANEXO A, cujo objetivo é disseminar a educação financeira e fomentar a inovação financeira dentro da Força (CVM, 2021).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também vem desenvolvendo projetos com o objetivo de disseminar Educação Financeira para servidores públicos e militares. Segundo informações do site, a CVM mantém cooperações técnicas com diversos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, Associações, Organismos Internacionais e outras Instituições públicas e privadas na área de educação financeira. No ANEXO B, é possível ver uma lista com alguns acordos de cooperação realizados por ela (CVM, 2021).

Por meio dessa cooperação, serão desenvolvidas atividades educacionais que podem incluir a condução de intervenções de natureza educacional, inclusive sob a forma de projetos-piloto, pesquisas, organização de eventos, *workshops*, concursos, campanhas, produção de publicações e desenvolvimento de cursos para militares e servidores civis da Marinha do Brasil. Entre as atividades, está prevista, também, a realização de curso para multiplicadores em educação financeira, ampliando oportunidades de capacitação e apoio aos integrantes da Força Armada (CVM, 2021).

2.7.1 Acordos de Cooperação Técnica da CVM

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Economia, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, dotado de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária. Foi criada pela Lei 6.385, em 7 de dezembro de 1976, para regular e fiscalizar o mercado de capitais, especialmente no que se referia às sociedades de capital aberto.

Fixou-se, assim, como sendo um órgão normativo do sistema financeiro, cujas atividades consolidadas são: emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado, negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários e derivativos, organização, funcionamento e operações das Bolsas de Valores e das Bolsas de Mercadorias e Futuros (CVM, 2021).

A CVM, em parceria com a Escola de Educação Financeira do Rioprevidência, criou o Programa Bem-Estar Financeiro cujo objetivo é levar educação financeira ao ambiente de trabalho, por meio da realização de intervenções educacionais direcionadas a servidores/colaboradores de instituições e empresas públicas ou privadas (CVM, 2021).

Para alcançar esse objetivo, o programa é organizado em um curso modular e aborda 6 temas: bem-estar financeiro, crédito e endividamento, controle financeiro; tranquilidade financeira e objetivos de vida; comportamento financeiro e introdução aos investimentos. Segundo informações retiradas do site de acordo com as características e prioridades identificadas no público-alvo, a programação do curso ofertado pode se adaptar aos módulos incluídos, à organização e carga horária (CVM, 2021).

A disseminação do Programa Bem-Estar, no entanto, depende da disponibilidade de profissionais voluntários que possam realizar o curso nas instituições. Por essa razão, o projeto foi desenhado no modelo de atuação por multiplicadores que serão os responsáveis finais por aplicar o programa. O objetivo é estabelecer um formato de parceria em que profissionais possam utilizar os materiais e o apoio técnico especializado da CVM, reconhecida por sua atuação em educação financeira (CVM, 2021).

Segundo informações do site, a CVM mantém acordos de cooperações técnicas com diversos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, associações, organismos internacionais e outras Instituições públicas e privadas na área educacional de Educação financeira.

O Acordo de Cooperação é um instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica visando a execução de programas de trabalhos, projetos/atividades ou eventos de interesse

recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes. Ele está previsto no Artigo 116, da Lei nº 8666/93, Lei de licitações e contratos:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

2.8 Educação Financeira no CBMDF

No âmbito do CBMDF, foi publicado no Boletim Geral (BG) nº165, de 30 de agosto de 2017, a Portaria 29, de 28 de agosto de 2017, que trata da Reestruturação do Programa PREPARAR- Preparação para a Reserva Remunerada do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Tal programa é definido no artigo 1º:

Art. 1º O programa PREPARAR é um conjunto de ações que incluem intervenções de caráter multidisciplinar, bem como ações contínuas específicas das áreas envolvidas, a depender das necessidades de cada participante do Programa, incluindo desde intervenções educativas que favoreçam o planejamento e qualidade de vida ao longo de toda a carreira, até ações específicas de preparação para a reserva e acompanhamento no pós-carreira. (CBMDF, 2017)

No Artigo 3º foram estabelecidos os objetivos do programa:

Art. 3º São objetivos do Programa PREPARAR:

I - Preparar o bombeiro militar para os desafios de sua pós-carreira e o aprimoramento de sua qualidade de vida nos aspectos de saúde física, psicológica, social, financeira e ocupacional;

II - Promover reflexão sobre questões de saúde mental tratadas na literatura especializada como presentes, no âmbito da subjetividade, na fase de transição do trabalho para a aposentadoria;

III - Facilitar a autorreflexão e sensibilização para a procura de ajuda por parte do público que participar do Programa PREPARAR, em relação às fragilidades psicossociais passíveis de eclodir ou agravar na crise de adaptação à pós-carreira;

IV - Facilitar o acesso a intervenções de saúde mental de natureza secundária e terciária aos participantes do Programa com fragilidades psicossociais ou que desejem de orientação vocacional para a pós-carreira;

V - Fomentar o desenvolvimento de intervenções de saúde mental e ocupacional para os militares ativos, com potencial de prevenção primária, secundária e terciária ao longo da carreira bombeiro-militar, construindo base para a qualidade de vida na pós-carreira;

VI - Avaliar a eficácia das intervenções do programa;

VII - transferir conhecimento/entendimento de como ocorre o processamento de transferência para a inatividade, sua tramitação e tempo de duração;

VIII - **Orientar os militares, em processo de passagem para a inatividade, acerca de seus direitos, obrigações como inativo, benefícios, tendo por base a legislação aplicável aos Bombeiros Militares do Distrito Federal;**

IX - Iniciar o trabalho de conscientização do militar que está em processo de transferência para a reserva remunerada a fim de reconhecer as limitações do processo de envelhecimento e a importância da atividade física com fins preventivos e terapêuticos na melhora e manutenção da qualidade de vida;

X - Promover a adaptação dos bombeiros militares ao novo ritmo de vida após o processo de inatividade, na busca de alternativas para ocupar o tempo livre;

XI - Oferecer opções de atividades físicas de acordo com o perfil dos bombeiros militares e orientar sobre as doenças da terceira idade e as consequências do sedentarismo;

XII - Estimular e encorajar a participação em programas de atividades físicas, individuais ou em grupo, favorecendo a socialização e auxiliando no fortalecimento do bem-estar;

XIII - Avaliar os parâmetros antropométricos dos militares inclusos no Programa PREPARAR, de forma a nortear o planejamento de um programa de atividades físicas para militares da reserva remunerada no CBMDF;

XIV - **Promover conscientização do militar que se encontra em processo de transferência para a reserva remunerada, no sentido de que tenha uma vida financeira equilibrada;**

XV - Promover ato solene de agradecimento e reconhecimento aos Bombeiros Militares pelo tempo de exercício e contribuição pelos serviços prestados à Instituição e a comunidade assistida pelo CBMDF;

XVI - Fortalecer vínculos entre a Corporação e os militares inativos. (CBMDF, 2017, grifo nosso).

Assim, um dos objetivos do programa é promover a conscientização do militar que se encontra em processo de transferência para a reserva remunerada, para que este tenha uma vida financeira equilibrada e, também, orientá-lo sobre seus direitos e benefícios. Com esse programa, o CBMDF tem desenvolvido um importante trabalho de preparação dos militares no final da carreira na área de Educação Financeira (CBMDF, 2017).

Por outro lado, não existe em vigor um trabalho de relevância na área de Educação financeira no início da carreira para militares do CBMDF. Para exemplificar, não há a previsão da disciplina de Educação Financeira nos projetos pedagógicos dos Cursos de Formação de Praças (CFP) e do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO). Com relação ao projeto pedagógico do Curso de Formação de Oficiais (CFO), a Portaria nº 31, de 5 de setembro de 2017, prevê como atividade complementar a disciplina “Administração Financeira Pessoal” com carga horária de 2h/aula.

Assim, a fim de amenizar o déficit em educação financeira dos militares e, dessa maneira, atingir os objetivos propostos na pesquisa, é necessário reportar e avaliar

conhecimentos produzidos em pesquisas prévias, resultados, discussões e conclusões relevantes sobre o tema de educação financeira.

2.9 Situação financeira dos militares do CBMDF

No CBMDF, apesar da estabilidade financeira auferida pela carreira, uma parcela significativa dos bombeiros apresenta a mesma imaturidade financeira que os demais brasileiros (DUARTE, 2020).

Fernandes (2014) constatou que 85% (oitenta e cinco por cento) do efetivo do CBMDF tinha parte do salário comprometida com empréstimos, 46% (quarenta e seis por cento) do efetivo não possuía investimentos e que aproximadamente 15% (quinze por cento) do valor bruto da folha de pagamento pessoal do CBMDF eram destinados ao pagamento de empréstimos consignados naquele ano.

Posteriormente, tais dados foram confirmados por Bohnert (2018), que verificou que 76% (setenta e seis por cento) da tropa possui algum tipo de comprometimento de renda em contracheque, 18% (dezoito por cento) da tropa possui mais de 30% (trinta por cento) de seus salários brutos anuais comprometidos. Além disso, constatou que em 2017, aproximadamente 14% (quatorze por cento) do valor da folha de pagamento pessoal do CBMDF foi relativo à quitação de descontos autorizados.

Bohnert (2018) em seu trabalho, criou uma proposta de projeto estratégico para a valorização dos bombeiros militares por meio da educação financeira. O objetivo era encontrar uma solução para o problema generalizado de endividamento dos militares do CBMDF. O projeto encontra-se no sistema de Gestão de Projetos do CBMDF (GPWEB), porém, após consulta no sistema verificou-se que não foi dado prosseguimento ao desenvolvimento do trabalho.

Corroborando com os demais trabalhos, Duarte (2020), durante sua pesquisa, também validou os índices anteriormente analisados. Além disso, verificou que 87% (oitenta e sete por cento) da amostra de militares do CBMDF concorda que é necessário a inclusão da disciplina “Educação Financeira” nos cursos de formação do CBMDF.

Para resolver os desequilíbrios financeiros dos militares do CBMDF, o autor sugeriu que o tema seja trabalhado desde o princípio da carreira militar. Ele afirma que é no início da carreira que as orientações de educação financeira terão mais resultados

a médio e longo prazos, logo, é importante que esse conhecimento esteja presente nos cursos de formação da corporação (DUARTE, 2020).

2.10 Normas relativas à remuneração dos bombeiros do CBMDF

Um dos objetivos específicos do presente trabalho é definir conteúdos a serem incluídos na disciplina de educação financeira. Para isso, faz-se necessário entender como se dão os descontos obrigatórios e autorizados dos militares do CBMDF. A lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, que dispõe sobre a remuneração, diz:

Art. 27. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§ 1º Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§ 2º Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 3º A soma mensal dos descontos autorizados de cada militar não poderá exceder ao valor equivalente a 30% (trinta por cento) da soma da remuneração, proventos, direitos pecuniários previstos no art. 2º desta Lei, com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, relativas à natureza ou ao local de trabalho, e a vantagem pessoal nominalmente identificada, ou outra paga com base no mesmo fundamento (BRASIL, 2002).

No artigo 28 da mesma lei, são elencados todos os descontos obrigatórios do militar: contribuição para pensão militar, contribuição para a assistência médico-hospitalar, odontológica, psicológica e social do militar, impostos, indenizações à Fazenda Pública em decorrência de dívida, pensão alimentícia judicial, aquelas decorrentes de decisão judicial, dentre outros. No artigo seguinte, trata dos descontos autorizados:

Art. 29. Descontos autorizados são os efetuados em favor de entidades consignatárias, conforme legislação específica.

§ 1º Não serão permitidos descontos autorizados até o limite de 30% (trinta por cento) quando a soma destes com a dos descontos obrigatórios exceder a 70% (setenta por cento) da remuneração do militar (BRASIL, 2002).

Assim, segundo a lei, além dos descontos obrigatórios, há previsão legal de limite de descontos autorizados em favor de entidades consignatárias no limite máximo de 30% (trinta por cento) da soma da remuneração, proventos e direitos pecuniários. Além disso, a soma dos descontos obrigatórios e autorizados não pode exceder 70% (setenta por cento) da remuneração do militar.

Além disso, tais percentuais de descontos em contracheque foram alterados pela Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021, que dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com

desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021 e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Segundo o artigo 1º da Lei:

Art. 1º Até 31 de dezembro de 2021, o percentual máximo de consignação nas hipóteses previstas no inciso VI do caput do art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, no § 1º do art. 1º e no § 5º do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e no § 2º do art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como em outras leis que vierem a sucedê-las no tratamento da matéria, **será de 40% (quarenta por cento), dos quais 5% (cinco por cento)** serão destinados exclusivamente para:

I - amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - utilização com finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Parágrafo único. Quando leis ou regulamentos locais não definirem percentuais maiores do que os previstos no caput deste artigo, o aumento, na forma prevista nesta Lei, do percentual máximo de remuneração, de soldo ou de benefício previdenciário que pode ser descontado automaticamente para fins de pagamento de operações de crédito aplica-se também a:

I - militares das Forças Armadas;

II - militares dos Estados e do Distrito Federal;

III - militares da inatividade remunerada;

IV - servidores públicos de qualquer ente da Federação;

V - servidores públicos inativos;

VI - empregados públicos da administração direta, autárquica e fundacional de qualquer ente da Federação; e

VII - **pensionistas de servidores e de militares** (BRASIL, 2021, grifo nosso).

2.11 Treinamento e capacitação dos militares do CBMDF

Ao ingressar na Corporação, todos os oficiais e praças do CBMDF passam por cursos de formação de carreira obrigatórios por meio do Sistema de Ensino Bombeiro Militar (SEBM), cujas políticas e diretrizes gerais estão publicadas no Boletim Geral nº 195, de 21 de outubro de 2010, composto pelos seguintes tipos de cursos:

I - Altos Estudos para Oficiais [...]

II - Aperfeiçoamento para Oficiais [...]

III - **Formação de Oficiais** [...]

IV - Preparatório ou Habilitação de Oficiais [...]

V - **Curso de Habilitação de Oficiais** [...]

VI - Altos Estudos para Praças BM [...]

VII – Aperfeiçoamento para Praças [...]

VIII - **Formação de Praças BM** [...]

IX - especialização [...]

X - expedito [...]

XI - extraordinário [...] (CBMDF, 2010, grifo nosso)

Diferentemente dos demais cursos presentes no decorrer da carreira, como por exemplo, Cursos de Altos Estudos e Cursos de Aperfeiçoamento, alguns militares têm a opção de não cursar ou podem ficar de fora por não apresentar os requisitos necessários exigidos em edital. Assim, diante da composição dos cursos do SEBM, os conhecimentos repassados nos cursos de formação atingem todos os bombeiros militares que exercerão as atividades técnicas e operacionais da Corporação. Os demais

cursos podem não ser cumpridos por alguns militares, e são realizados após o exercício das primeiras atividades da carreira (MARTINS, 2021).

A proposição de novos cursos que venham a integrar o SEBM ou de modificações nos currículos de cursos já existentes é um processo normatizado pela Diretriz Curricular para o Ensino no CBMDF, aprovada pela Portaria nº 59, de 27 de julho de 2011, publicada no Boletim Geral nº 145, de 1 de agosto de 2011, que estabelece o que deve constar no projeto pedagógico dos cursos da Corporação. (CBMDF, 2011).

Para a proposição de currículos, deve ser observada a “lógica pedagógica” (CBMDF, 2011, p.16):

Na composição da estruturação curricular, ou da construção da Malha Curricular deverá se observar a seguinte lógica pedagógica:

- 1) Ordenação;
- 2) Sequência;
- 3) Interdisciplinaridade;
- 4) Integração (CBMDF, 2011, p. 16).

De acordo com a Diretriz Curricular do CBMDF, o projeto pedagógico dos cursos contém uma descrição geral, o Plano de Curso, onde prevê a identificação, os objetivos, os tipos de avaliação e a malha curricular. A mesma norma define que os planos de cursos serão compostos pelos Planos de Ensino, os quais são o detalhamento de cada disciplina (CBMDF, 2011).

A equipe ou o grupo de trabalho deverá planejar sua disciplina, iniciando pela construção dos objetivos e em seguida, dispondo da indicação da carga horária aproximada que caberá à disciplina. Feito isso, a equipe deverá prever a situação ideal do processo de construção da aprendizagem compatibilizando os assuntos, objetivos específicos, técnicas e os procedimentos de ensino, os tipos de avaliação e a carga horária necessária para a verificação da aprendizagem (CBMDF, 2011, p. 17).

A norma vigente é a orientação institucional para a proposição de modificações nos cursos já existentes e aborda aspectos comuns a qualquer atividade de ensino em sua fase de planejamento (MARTINS, 2021).

2.12 Seleção de conteúdos do currículo

Conforme Pacheco (2007, p. 48), o termo “currículo” vem do latim *curriculum* que significa lugar onde se corre ou corrida, que quer dizer percurso a ser seguido ou carreira. Neste sentido, o significado de currículo refere-se a um curso a ser seguido, e

a um conteúdo a ser estudado. Reflete, assim, uma sequência de conteúdos definidos socialmente, com base em segmentos estabelecidos para o processo de aprendizagem.

Segundo a Portaria nº 59, de 27 de julho de 2011, que regulamenta a Diretriz Curricular do Ensino no CBMDF aos Estabelecimentos de Ensino que ministram cursos ou estágios do CBMDF, a necessidade e dificuldade de desenvolver uma metodologia de elaboração de currículo exige muito mais que uma simples seleção de conteúdo. Requer não apenas o enfoque técnico-científico, mas o enfoque cultural, sociopolítico e ideológico (CBMDF, 2011, p. 11).

O currículo eficaz é todo aquele que apresenta uma organização que facilita a estruturação das oportunidades dos alunos a aprenderem em tempo e ritmo adequados ao seu desenvolvimento (CBMDF, 2011, p. 25).

A referida Portaria orienta que a seleção dos conteúdos da malha curricular dos cursos seja feita a partir do mapa de competências, categorizados em conteúdos conceituais, procedimentais e/ou atitudinais (CBMDF, 2011).

A necessidade de o CBMDF capacitar os militares da Corporação nos Cursos de Formação abre a oportunidade para questionamentos de como poderia ser estabelecido um currículo da disciplina de Educação Financeira. Deve, primeiramente, estar alinhado aos objetivos estratégicos da Corporação estabelecidos no Planejamento Estratégico em vigor.

Bohnert (2018), ao analisar os dados da Diretoria de Gestão de Pessoal (DIGEP) relativos ao efetivo do CBMDF no ano de 2017, constatou que há um preocupante endividamento da tropa. Ao entrevistar a Diretora da DIGEP à época, esta afirmou que é necessário ensinar boas práticas para que os militares saiam da condição de endividamento em todos os cursos de carreira. Assim, dentro da disciplina de Educação financeira, devem ser abordadas ferramentas, estratégias e deve apresentar um tutorial de como equilibrar as finanças.

3 METODOLOGIA

Segundo o Manual para Normatização de Trabalhos Acadêmicos do CBMDF a metodologia apresenta os métodos e as técnicas que serão utilizadas na pesquisa. É utilizada para facilitar o cumprimento dos objetivos (CBMDF, 2020).

A aplicação da metodologia descrita nesta seção, assim, tem o objetivo de conduzir a atividade da pesquisa a fim de apresentar resultados e discuti-los à luz de cada um dos objetivos específicos para, dessa forma, alcançar o objetivo geral proposto.

3.1 Classificação da pesquisa

Como as pesquisas se referem aos mais diversos objetivos, é natural que se busque classificá-las, pois isso possibilita uma melhor organização dos fatos e conseqüentemente o seu entendimento (GIL, 2017).

A especificação da metodologia é essencial para definir o caminho a ser seguido pelo pesquisador, dispondo de mais elementos para decidir acerca da aplicabilidade de seu estudo e para a solução do problema de pesquisa escolhido. É possível classificar as pesquisas de diferentes maneiras, sendo necessário definir previamente os critérios adotados. (GIL, 2017, p. 32).

3.1.1 Classificação da pesquisa quanto a natureza

Pesquisas anteriores realizadas no âmbito do CBMDF correlacionam o estresse trazido pelas dívidas com risco aumentado para ansiedade severa, enxaquecas ou outras dores de cabeça, depressão, ataques cardíacos, úlceras ou problemas digestivos. Além dos problemas de saúde, foi apresentado, também, outras conseqüências tais como dispersão no trabalho, aumento do absenteísmo e atrasos, queda geral de produtividade.

Este trabalho tem por objetivo gerar conhecimento para a aplicação prática à solução do problema relacionado ao elevado endividamento dos militares da Corporação. Pretende-se disseminar o conhecimento em educação financeira aos militares, de modo a aumentar a eficiência nos serviços prestados pela Corporação à comunidade do Distrito Federal a médio e longo prazos.

A presente pesquisa, assim, é voltada para a aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação de uma situação específica na Corporação. Desta forma, a pesquisa é classificada como aplicada. O produto gerado neste trabalho é a proposta de capacitação dos bombeiros militares ainda nos cursos de formação.

3.1.2 Classificação da pesquisa quanto ao método

O método de abordagem aplicado no estudo é o dedutivo, partindo de um contexto geral, em que é feita uma análise da situação relativa a finanças pessoais no país e no mundo, para estudar a solução de um problema específico e particular do CBMDF, que é o elevado grau de endividamento dos militares da corporação. Segundo Prodavov (2013), o raciocínio dedutivo parte de enunciados gerais dispostos em ordem, como premissas de um raciocínio para chegar a uma conclusão particular.

3.1.3 Classificação da pesquisa quanto aos objetivos

Quanto aos objetivos pretendidos com esta pesquisa, ela pode ser classificada como descritiva pois o tema “educação financeira” já foi abordado em pesquisas realizadas dentro da própria corporação e a resultados obtidos foram descritas nesses trabalhos, utilizando-os como ponto de partida. Este trabalho, assim, baseou-se em resultados anteriores e tem como objetivo aprofundar o tema ao mesmo tempo em que se propõe a aplicação da disciplina nos cursos de formação dos militares do CBMDF.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa sobre educação financeira no mundo e no país. Em seguida verificou-se documentos acadêmicos no âmbito do CBMDF sobre temas relacionados à educação financeira. O objetivo era identificar o estágio atual do conhecimento referente ao assunto em questão e, em seguida, desenvolver uma pesquisa que desse continuidade aos trabalhos anteriormente executados.

3.1.4 Classificação da pesquisa quanto a abordagem

A abordagem qualitativa aplica-se aos estudos voltados à interpretação de fenômenos e atribuição de significados de forma contextualizada. A pesquisa em foco é, assim, descritiva com uma abordagem quali-quantitativa, a qual permite a análise essencialmente qualitativa dos resultados obtidos e, em adição, a utilização da abordagem quantitativa para os dados obtidos no questionário aplicado com o propósito

de ampliar e aprofundar o entendimento e a corroboração dos resultados (GIL, 2017, p. 41).

3.1.5 Classificação da pesquisa quanto aos procedimentos

Por meio da pesquisa documental e bibliográfica, o presente trabalho fornece uma base de informações sobre forma de aquisição e assimilação de conteúdos ligados a Educação Financeira.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa sobre trabalhos acadêmicos no âmbito do CBMDF sobre temas relacionados à educação financeira. O objetivo era identificar o estágio atual do conhecimento referente ao assunto em questão e, em seguida, desenvolver uma pesquisa que desse continuidade aos trabalhos anteriormente executados. Foram encontrados três relevantes trabalhos de conclusão de curso:

- Gestão de finanças pessoais com foco na educação financeira para o bombeiro militar do Distrito Federal, do Curso de Altos Estudos para Oficiais (CAEO) de 2014 do Tenente-Coronel QOBM/Comb. Cristian Caixeta **Fernandes**;
- Valorização do bombeiro militar por meio da educação financeira: uma proposta de projeto estratégico, do Curso de Altos Estudos para Oficiais (CAEO) de 2018 do Tenente-Coronel QOBM/Comb. Rossano Soares **Bohnert**;
- Educação financeira e o impacto na percepção da saúde mental dos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, do Curso de Formação de Oficiais (CFO) de 2020 do Tenente QOBM/Comb. Alessandro Gomes **Duarte**.

Por meio de pesquisa documental, estudou-se a legislação aplicada ao tema, na esfera federal, distrital e no âmbito do CBMDF.

Além disso, realizou-se levantamento de dados por meio de questionário para avaliar o nível de educação financeira dentro dos aspectos de conhecimento, atitude, comportamento e uso de serviços financeiros, além das perguntas gerais que traçam o perfil da amostra.

O questionário aplicado, APÊNDICE B, foi difundido via internet e utilizou-se como interface de apresentação das questões o sistema de Formulários Google. Esse sistema realiza a apresentação das questões através de formulários online e o armazenamento

das respostas através de planilhas eletrônicas. O instrumento de coleta de dados foi disponibilizado para os alunos no dia 16 de outubro de 2021 e encerrado no dia 18 do mesmo mês e ano.

O universo de aplicação desse questionário constitui-se de todo o efetivo militar ativo do Curso de Formação de Praça (trezentos e quatro) e Curso de Formação de Oficiais (setenta) em vigor no CBMDF, num total de 374 militares. Não há no momento nenhuma turma em andamento do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) no CBMDF e por isso não houve nenhuma resposta deste grupo.

O nível de confiança estabelecido para essa pesquisa foi de 99% e considerando o erro amostral de 2%. Dessa forma foi definida uma amostra probabilística homogênea de 336 bombeiros militares. Foram obtidas, no entanto, um total 354 respostas, sendo 222 respondentes da QBMG-1, 62 da QBMG-2 e 70 da QOBM.

Para melhor compreensão das características do conjunto de respondentes, foram identificados o posto ou, no caso dos militares do CFP a graduação e a qualificação (QBMG-1, QBMG-2, QBMG-3 ou QBMG-4) e a faixa etária.

O nível de confiança estabelecido para essa pesquisa foi de 99% e considerando o erro amostral de 2%. Dessa forma foi definida uma amostra probabilística homogênea de 336 bombeiros militares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito traçar uma proposta capaz de alavancar o conhecimento dos militares em educação financeira, de modo a aumentar a eficiência nos serviços prestados pela Corporação à comunidade do Distrito Federal a médio e longo prazos, foram estabelecidos 5 (cinco) objetivos específicos neste trabalho:

1. Avaliar o nível de conhecimento dos militares que ingressam na Corporação quanto ao tema em questão;
2. Avaliar a melhor alternativa para educar financeiramente os militares do CBMDF;
3. Definir conteúdos significativos a serem ministrados;
4. Apresentar uma proposta de capacitação aos militares do CBMDF sobre o tema.

Dessa forma, os resultados obtidos na pesquisa foram discutidos à luz de cada um dos objetivos específicos, separadamente, possibilitando que o problema de pesquisa seja respondido.

4.1 Objetivo Específico 1

Este objetivo foi estabelecido para mensurar o nível de educação financeira dos bombeiros militares do CBMDF que estão nos cursos de formação em vigor. A ideia é analisar o conhecimento dos militares quanto ao tema assim que ingressam na Corporação para a medição dos pontos de maior carência quanto a educação financeira. Além disso, em uma avaliação futura, os dados poderão ser confrontados para a avaliação dos resultados obtidos pelas iniciativas praticadas.

Para atingir tal objetivo foi aplicado um questionário a todos os alunos dos Cursos de Formação em vigor. Neste questionário foram selecionadas algumas perguntas *do Guidebook on Financial and Economic Literacy in Basic Education (APEC)* dentro de cada eixo para avaliar aspectos de conhecimento, atitude, comportamento e uso de serviços financeiros, além de perguntas gerais para traçar o perfil dos militares dos cursos de formação em vigor na Corporação.

O universo de aplicação desse questionário constitui-se de todo o efetivo de militares do Curso de Formação de Praça (CFP) e do Curso de Formação de Oficiais (CFO) em vigência, totalizando 374 bombeiros militares do CBMDF. Foram obtidas, no entanto, um total 354 respostas.

Como o objetivo deste tópico é avaliar o nível de conhecimento dos alunos que recém ingressaram na Corporação relativos ao tema de educação financeira, os dados apresentados se aterão aos indicadores mais explícitos e relevantes para se atingir o objetivo. Obteve-se os seguintes resultados para as perguntas, separadas por dimensão da Educação Financeira:

4.1.1 Perguntas que avaliam a dimensão habilidade (o uso de serviços financeiros):

Pergunta 1: Você faz uso de 1 (um) ou mais dos seguintes produtos e serviços financeiros: cartão de crédito, carnê de loja, cheque especial, empréstimo pessoal, financiamento de carro, crédito consignado, financiamento de casa, previdência privada, seguro, ação, investimentos, títulos (por exemplo: tesouro direto, LCA, LCI) ou poupança?

O resultado dessa questão está contido no gráfico 1. Como pode ser visto, com relação aos produtos e serviços financeiros, a opção mais utilizada foi o cartão de crédito, em que um total de 326 (trezentos e vinte e seis militares) afirmaram fazer uso, seguida pela poupança, utilizada por 129 (cento e vinte e nove) bombeiros em formação e, em terceiro lugar, investimentos diversos nos quais 115 (cento e quinze) respondentes afirmaram fazer uso.

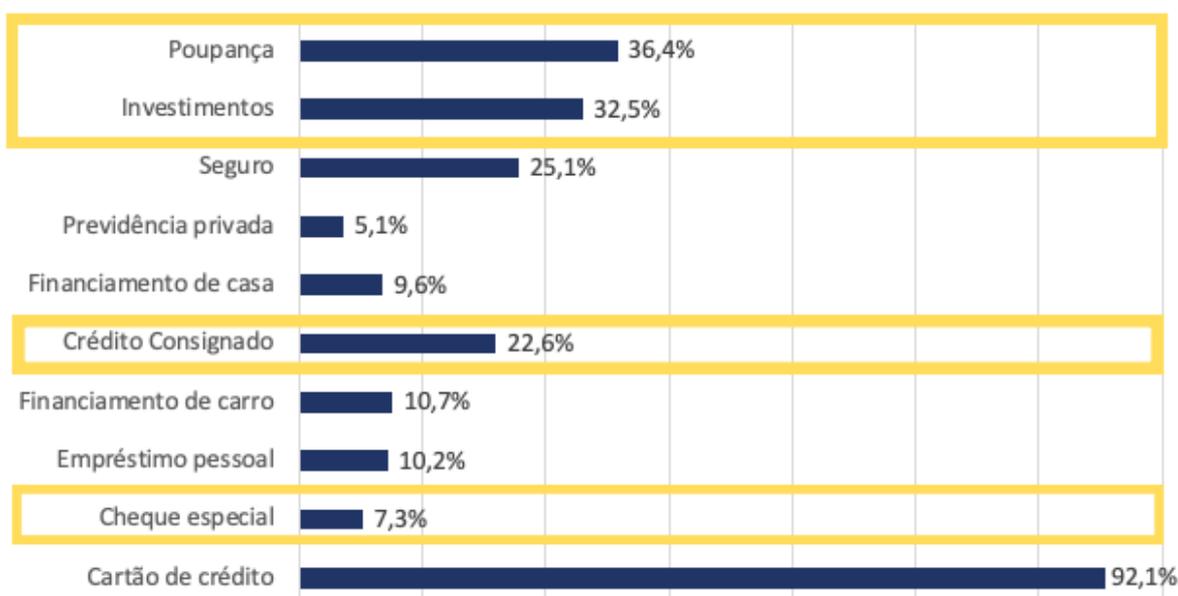
O cartão de crédito, produto utilizado por 92,1% dos pesquisados, é de fácil utilização após ser concedido pela instituição financeira, e possui um nível de endividamento alto, segundo o relatório de inclusão financeira do Banco Central do Brasil (2015, p.120). Além disso, para tal serviço são cobradas taxas de juros elevadas. Dessa forma, é importante que o consumidor, ao utilizar o cartão de crédito, tenha conhecimento das regras e implicações do não pagamento do total da fatura. Com esta pergunta não foi avaliado se os militares têm conhecimento sobre tais regras e se usam o cartão de crédito de forma positiva.

Apesar de o cheque especial não ocupar as primeiras posições entre os produtos mais utilizados, 7,3% afirmaram fazer uso dele. Trata-se de um produto de fácil

utilização, não necessitando de aprovação do banco após sua concessão e que possui uma das taxas mais altas de juros, o que torna uma opção extremamente cara para o cliente bancário e que deveria ser evitada a todo custo. Conforme visto na Revisão de literatura, os produtos mais difíceis de ser contratados são os que possuem menor custo. Em uma interpretação pragmática, quem está preparado para assumir relações financeiras mais complexas pagará menos na obtenção de crédito.

Levar a conhecimento os tipos de créditos e seus mecanismos podem ajudar na redução da utilização de cheque especial e crédito rotativo do cartão, por exemplo. Em situações de sufoco financeiro, tais militares que afirmaram fazer uso desses serviços financeiros de elevado custo poderiam fazer uso de outras modalidades de custo menor, como por exemplo, empréstimos consignados.

Gráfico 1 - Resultado da Pergunta 1 (Dimensão: habilidade)



Fonte: A autora.

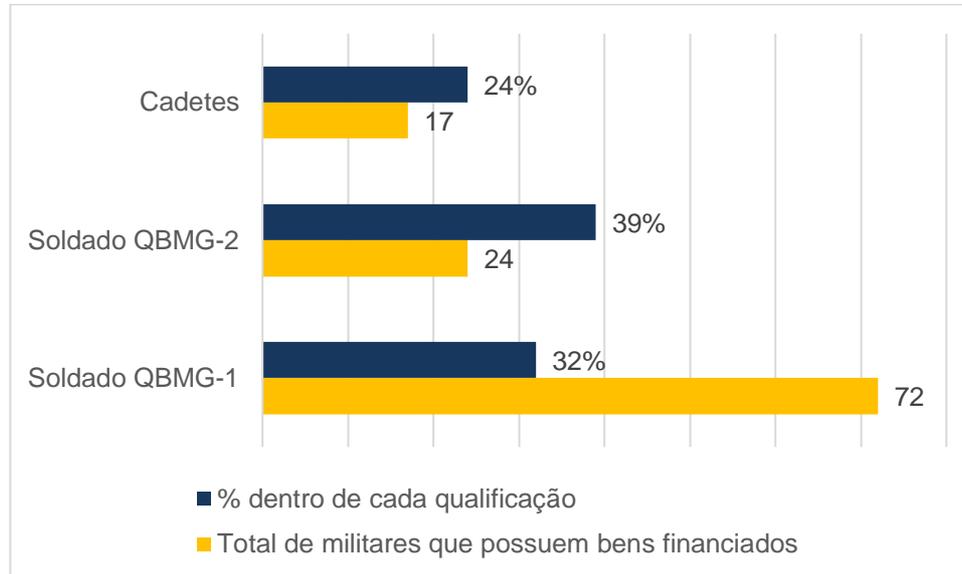
Pergunta 2: Possui bens financiados?

Do total de respondentes, 31,9% afirmam possuir bens financiados. Além disso, apenas 16,1% da amostra declarou que a renda não está comprometida com dívidas mensais, o que pode indicar elevado grau de comprometimento da renda com itens de consumo.

Como pode ser visto no gráfico 2, foi possível observar uma discrepância quanto ao percentual de militares que possuem bens financiados dentro de cada posto ou qualificação Bombeiro Militar (QBMG-1, QBMG-2 e QOBM). A categoria dos soldados

da QBMG-2 é a que há um maior percentual que possuem bens financiados, 39% do total da amostra estratificada (24 militares), contra 32% dos soldados da QBMG-1 (equivalente a 72 militares) e 24% dos cadetes (dezessete) que financiam bens.

Gráfico 2 - Resultado da Pergunta 2 (Dimensão: habilidade)

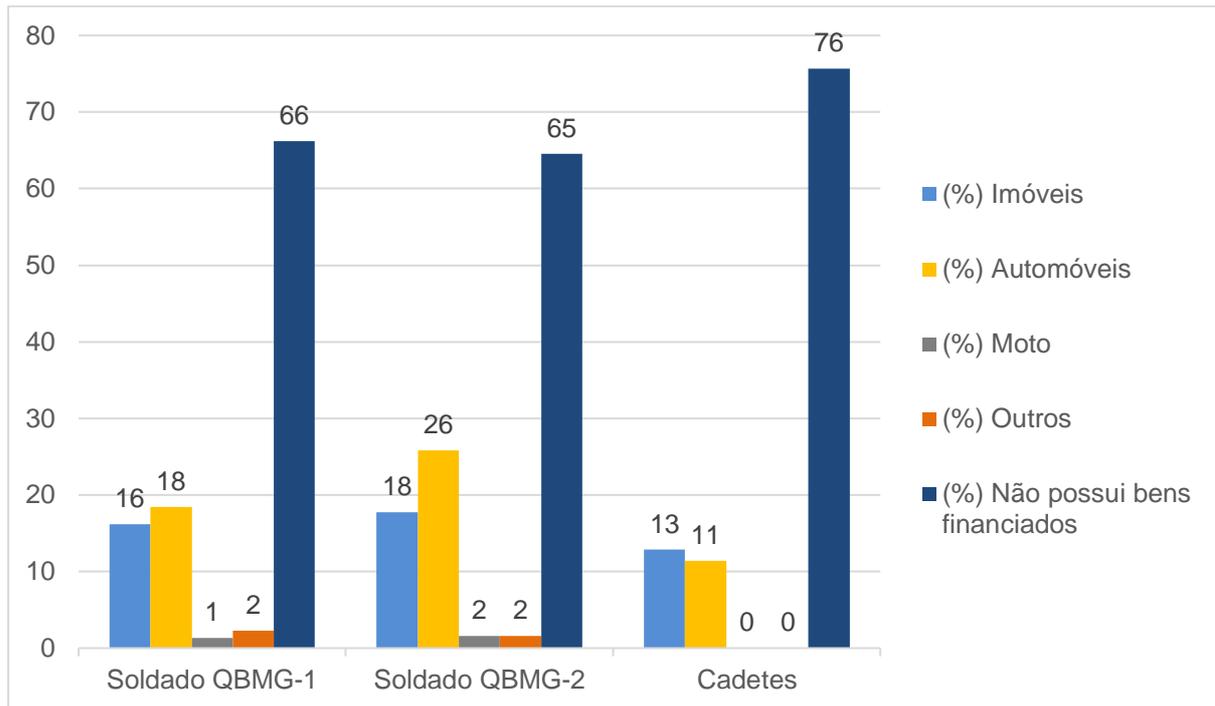


Fonte: A autora.

Pergunta 3: Tipos de bens financiados: imóvel, automóvel, moto ou outros?

Com relação ao tipo de bem financiado, 15,8% afirmaram financiar um imóvel; 18,4% afirmaram financiar automóvel, 1,1% afirmou financiar moto e 1,7% afirmou financiar outros bens. A maior parte dos respondentes (68,1%) afirmou que não possui bens financiados.

Quando analisados tais informações separadas por posto ou qualificação Bombeiro Militar (QBMG-1, QBMG-2 e QOBM), como pode ser visto no gráfico 3, foi possível observar uma discrepância quanto ao percentual de militares que não possuem bens financiados entre cada grupo. Os cadetes são os que, proporcionalmente, possuem menos bens financiados (53 cadetes do total de 70). Não houve diferença significativa entre os soldados da QBMG-1 e QBMG-2.

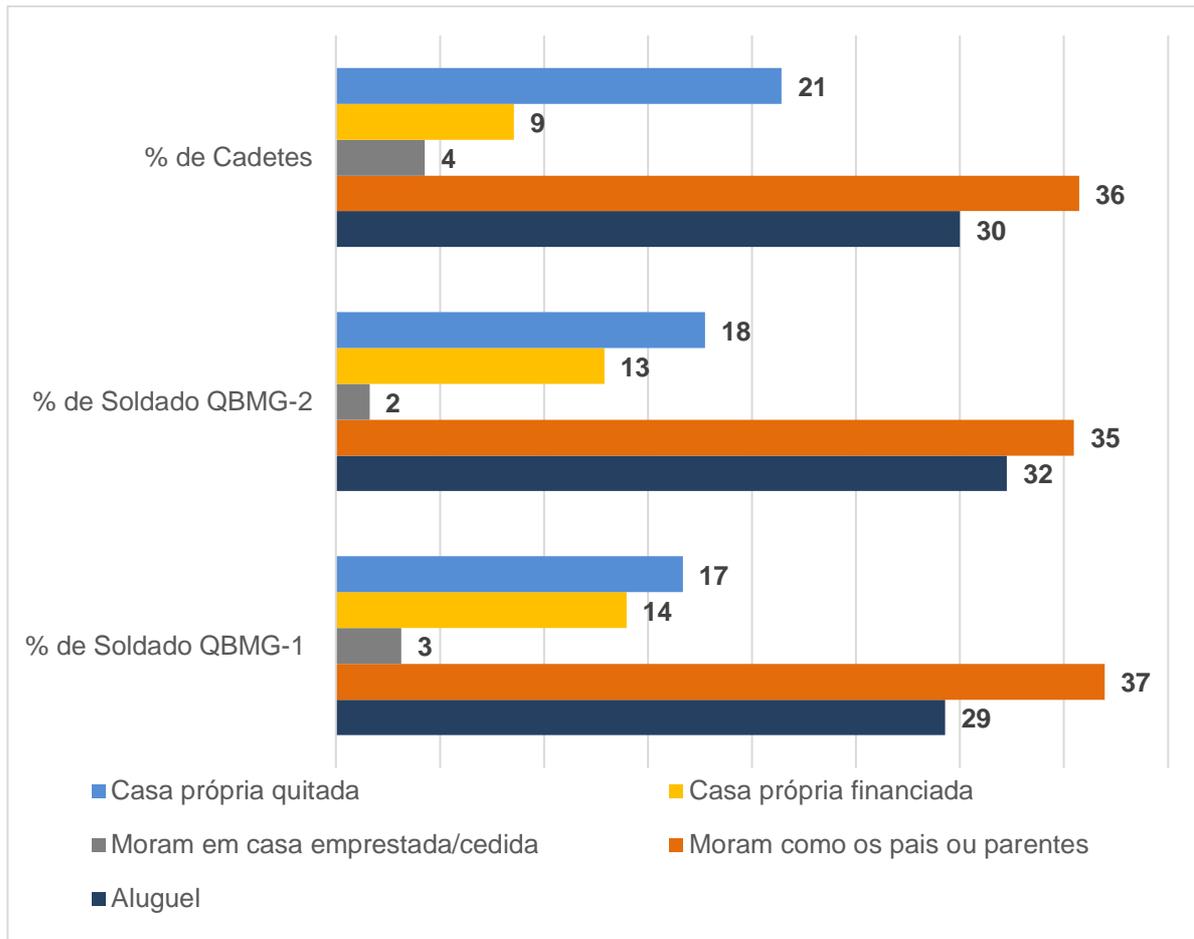
Gráfico 3 - Resultado da Pergunta 3 (Dimensão: habilidade)

Fonte: A autora.

Pergunta 4: Tipo de moradia: alugada, própria financiada, própria quitada, dos pais/parente ou emprestada/cedida?

Nessa pergunta foram avaliados os tipos de moradia dos militares para avaliar o comprometimento da renda com este item. Do total de respondentes, apenas 17,8% das pessoas da amostra possuem moradia própria quitada, enquanto 29,9% afirmaram que pagam aluguel e 36,4% moram com os pais/parentes.

Quando analisados tais informações separadas por posto ou qualificação Bombeiro Militar (QBMG-1, QBMG-2 e QOBM), como pode ser visto na figura 8, foi possível observar que não houve grande discrepância quanto aos tipos de moradia dos militares nos grupos. Ou seja, percentual de militares que moram de aluguel, moram com os pais e parentes ou moram em casa emprestada ou cedida é praticamente o mesmo nas três categorias. O percentual de cadetes que possuem casa própria quitada é ligeiramente maior, bem como o percentual de cadetes que possuem casa própria financiada é ligeiramente inferior.

Gráfico 4 - Resultado da Pergunta 4 (Dimensão: habilidade)

Fonte: A autora.

4.1.2 Perguntas que avaliam a dimensão conhecimento

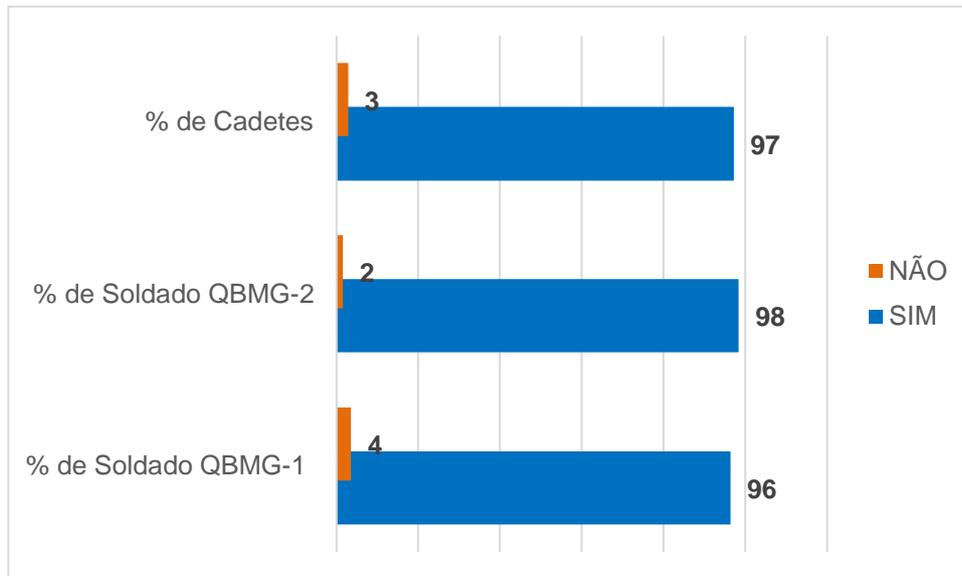
O conhecimento em finanças básicas pode ajudar consumidores a compararem e escolherem os serviços e produtos financeiros mais apropriados às próprias necessidades, além disso, quando combinado com habilidade em aritmética, tende a auxiliar as pessoas a reagirem de maneira autônoma a eventos que refletem no seu bem-estar financeiro (BCB, 2017, p.19).

As perguntas inseridas na pesquisa objeto deste trabalho buscaram medir o grau de entendimento da população pesquisada relativo aos conhecimentos de matemática básica, capacidade de calcular taxa de juros simples e compostos e o entendimento de inflação.

Pergunta 1: Você acha que uma boa forma para controlar os gastos mensais é fazer um orçamento doméstico?

Esta pergunta visa avaliar se os respondentes possuem consciência da importância de se fazer orçamento doméstico para controle e conhecimento dos gastos mensais. Mais de 96% dos respondentes dos três grupos (Cadetes, Soldados QBMG-1 e QBMG-2), conforme pode ser visto na figura a seguir, afirmaram concordar que fazer orçamento doméstico é boa forma de controlar os gastos mensais.

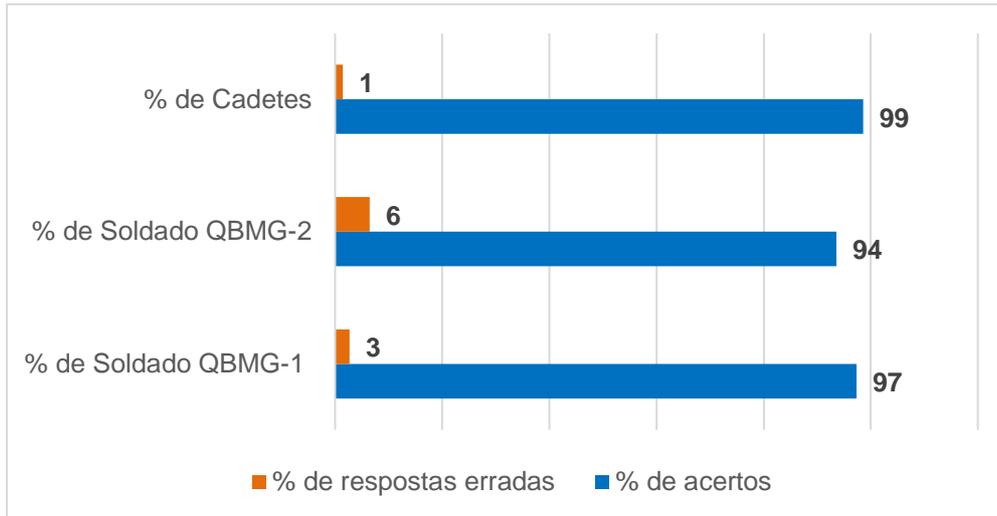
Gráfico 5 - Resultado da Pergunta 1 (dimensão: conhecimento)



Fonte: A autora.

Pergunta 2: Em um país onde a inflação é alta, os preços não se alteram tanto com o tempo. A afirmação é: correta ou errada?

Esta pergunta teve por objetivo avaliar o entendimento dos militares quanto a inflação. A resposta esperada é que a alternativa está “errada”. Mais de 90% dos respondentes dos três grupos (Cadetes, Soldados QBMG-1 e QBMG-2), conforme pode ser visto na figura a seguir, responderam corretamente à pergunta. Além disso, conforme gráfico 6, o percentual de respostas erradas do universo da QBMG-2 foi ligeiramente superior ao percentual de respostas erradas dos respondentes da QBMG-1 e dos cadetes.

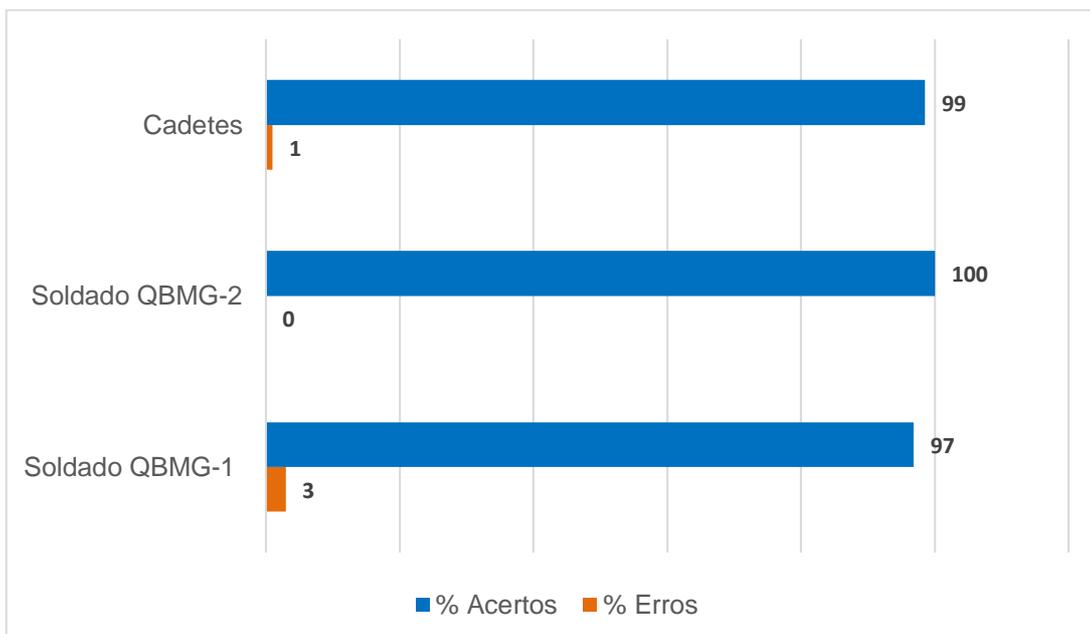
Gráfico 6 - Resultado da Pergunta 2 (dimensão: conhecimento)

Fonte: A autora.

Pergunta 3: Imagine que 3 amigos ganhem juntos R\$ 1.500 (mil e quinhentos reais) em uma loteria. Se eles decidem dividir o dinheiro igualmente entre eles, quanto cada um recebe?

Esta pergunta teve por objetivo avaliar conhecimentos de matemática básica sobre divisão. É considerada uma questão de nível fácil. A resposta correta é R\$ 500.

Conforme gráfico 7, o nível de acerto foi acima de 97% em todas as categorias, indicando que de forma geral, os militares têm conhecimento em divisão básica.

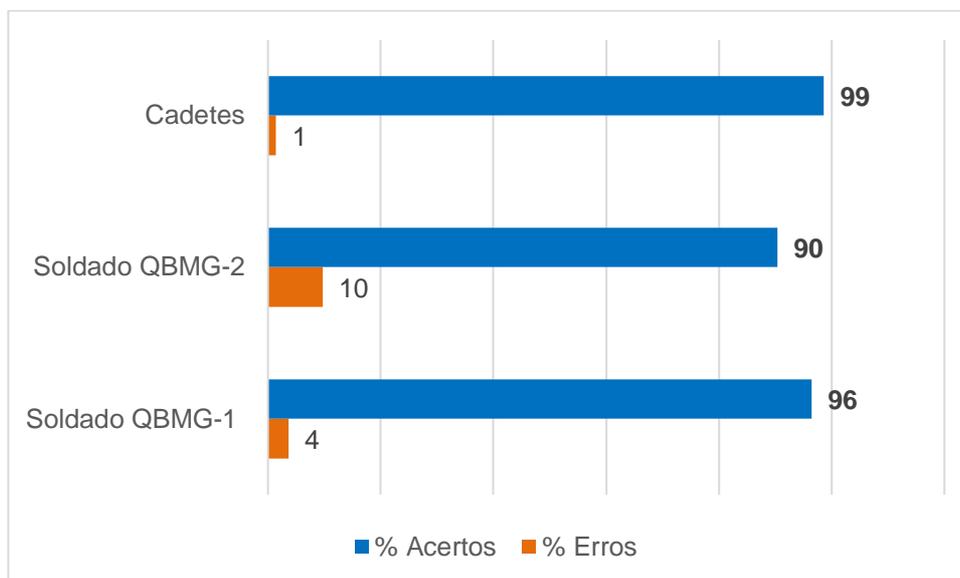
Gráfico 7 - Resultado da Pergunta 3 (dimensão: conhecimento)

Fonte: A autora.

Pergunta 4: Agora suponhamos que você coloque R\$ 100 em uma poupança que rende 2% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quanto você teria nesta conta ao final do primeiro ano, contando com os juros?

Esta pergunta teve por objetivo avaliar conhecimentos matemáticos básicos de juros. Foram dadas as alternativas para resposta: a) R\$ 104, b) R\$ 102, c) R\$ 100, d) R\$ 98 e e) R\$ 96. A resposta correta é R\$ 102. O valor mais discrepante encontrado foi com relação aos militares que QBMG-2, nos quais 10% erraram a resposta.

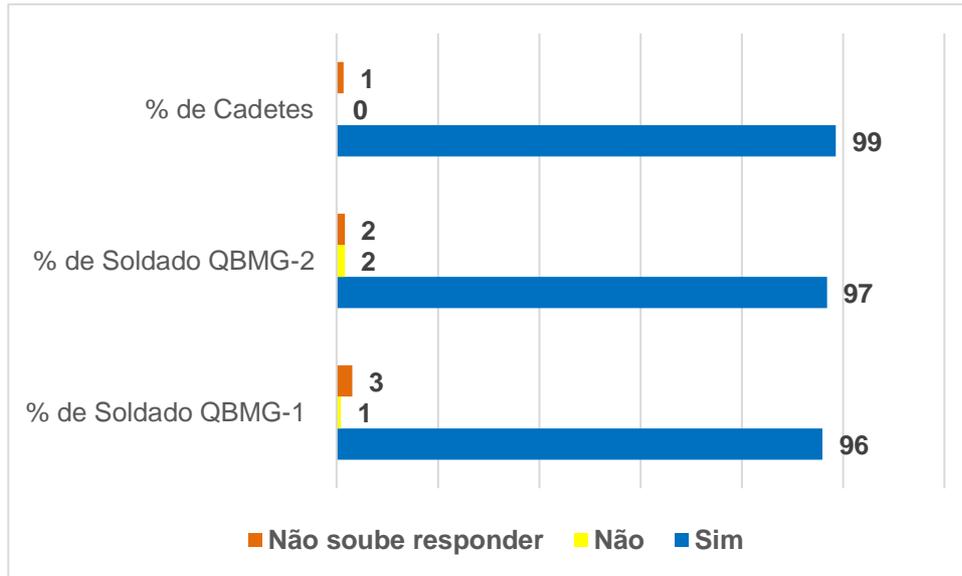
Gráfico 8 - Resultado da Pergunta 4 (dimensão: conhecimento)



Fonte: A autora.

Pergunta 5: É um direito básico do consumidor ter a informação clara sobre preço à vista e juros incluídos na venda a prazo?

Esta pergunta teve por objetivo avaliar conhecimentos básicos de direito dos consumidores. A resposta correta é “sim”. Os respondentes deveriam escolher 1 entre três alternativas: “sim”, “não” e “não sei responder”. O índice de acerto foi alto em todas as categorias.

Gráfico 9 - Resultado da Pergunta 5 (dimensão: conhecimento)

Fonte: A autora.

Ao analisar a quantidade de acertos em relação ao conhecimento financeiro, observa-se que em todas as perguntas o percentual de acerto foi elevado. As respostas relativas às de conhecimento matemático e lógico básicos, como por exemplo, da pergunta sobre divisão- “Imagine que três amigos ganhem juntos R\$1.500,00 em uma loteria. Se eles decidirem dividir o dinheiro igualmente entre eles, quanto cada um recebe?”, foram as mais altas: 97,70% responderam corretamente.

Por último, dentro do eixo “conhecimento”, a questão que obteve a menor percentual de acertos (95,80%) refere-se a questão de juros – “Agora suponhamos que você coloque R\$ 100 em uma poupança que rende 2% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quanto você teria nesta conta ao final do primeiro ano, contando com os juros?”.

Ao comparar o percentual de acertos dentro das três categorias (Cadetes, Soldados QBMG-1 e QBMG-2), verifica-se que o nível de conhecimento financeiro dos cadetes é ligeiramente superior aos demais. Tal afirmação pode ser confirmada com o resultado das perguntas 4 (quatro) e 2 (dois).

O grau de acerto das perguntas de conhecimento, como poderá ser observado a seguir, foi ligeiramente diferente entre os tipos de questão.

Tabela 1 - Porcentual de respostas corretas do eixo conhecimento

Perguntas	% de acerto
Você acha que uma boa forma para controlar os gastos mensais é fazer um orçamento?	96,90%
Em um país onde a inflação é alta, os preços não se alteram tanto com o tempo. A afirmação é:	96,90%
Imagine que 3 amigos ganhem juntos R\$ 1.500 (mil e quinhentos reais) em uma loteria. Se eles decidem dividir o dinheiro igualmente entre eles, quanto cada um recebe?	97,70%
Agora suponhamos que você coloque R\$ 100 em uma poupança que rende 2% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quanto você teria nesta conta ao final do primeiro ano, contando com os juros?	95,80%
É um direito básico do consumidor ter a informação clara sobre preço à vista e juros incluídos na venda a prazo?	96,60%

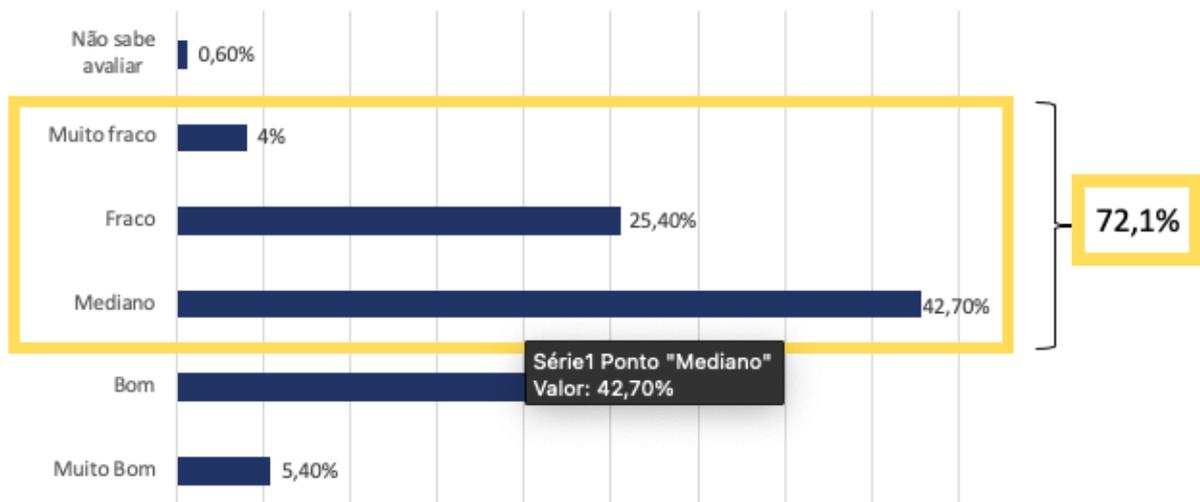
Fonte: A autora.

Pergunta 6: Como você avalia seu nível de conhecimento sobre finanças?

A pergunta buscou avaliar a confiança das pessoas em relação ao nível de conhecimento sobre finanças. Dos respondentes, 5,4% responderam que seu nível de conhecimento é muito bom, 22% responderam que é bom e 0,6% responderam que não sabem avaliar o nível de conhecimento. A confiança elevada em conhecimento sobre finanças poderia influenciar a tomada de decisões financeiras sem cuidados básicos como, por exemplo, comparação de taxas de produtos financeiros.

Além disso, a maioria dos respondentes (72,1%) considera o nível de conhecimento mediano, fraco ou muito fraco, conforme gráfico 10.

Gráfico 10 - Resultado da Pergunta 6 (dimensão: conhecimento)



Fonte: A autora

4.1.3 Perguntas que avaliam a dimensão atitude:

A atitude pode ser entendida como o sentimento (ou intenção) de um indivíduo em relação a uma determinada decisão de sua vida financeira. Mesmo possuindo conhecimento e habilidade suficientes para fazer uma escolha dentro do comportamento esperado, o componente da atitude pode ser determinante para a qualidade da decisão a ser tomada (BCB, 2017, p. 24).

Para avaliar essa dimensão, a pesquisa incluiu perguntas para detectar atitudes dos respondentes em relação ao dinheiro e ao planejamento para o futuro. O gráfico a seguir mostra o resultado dessa dimensão.

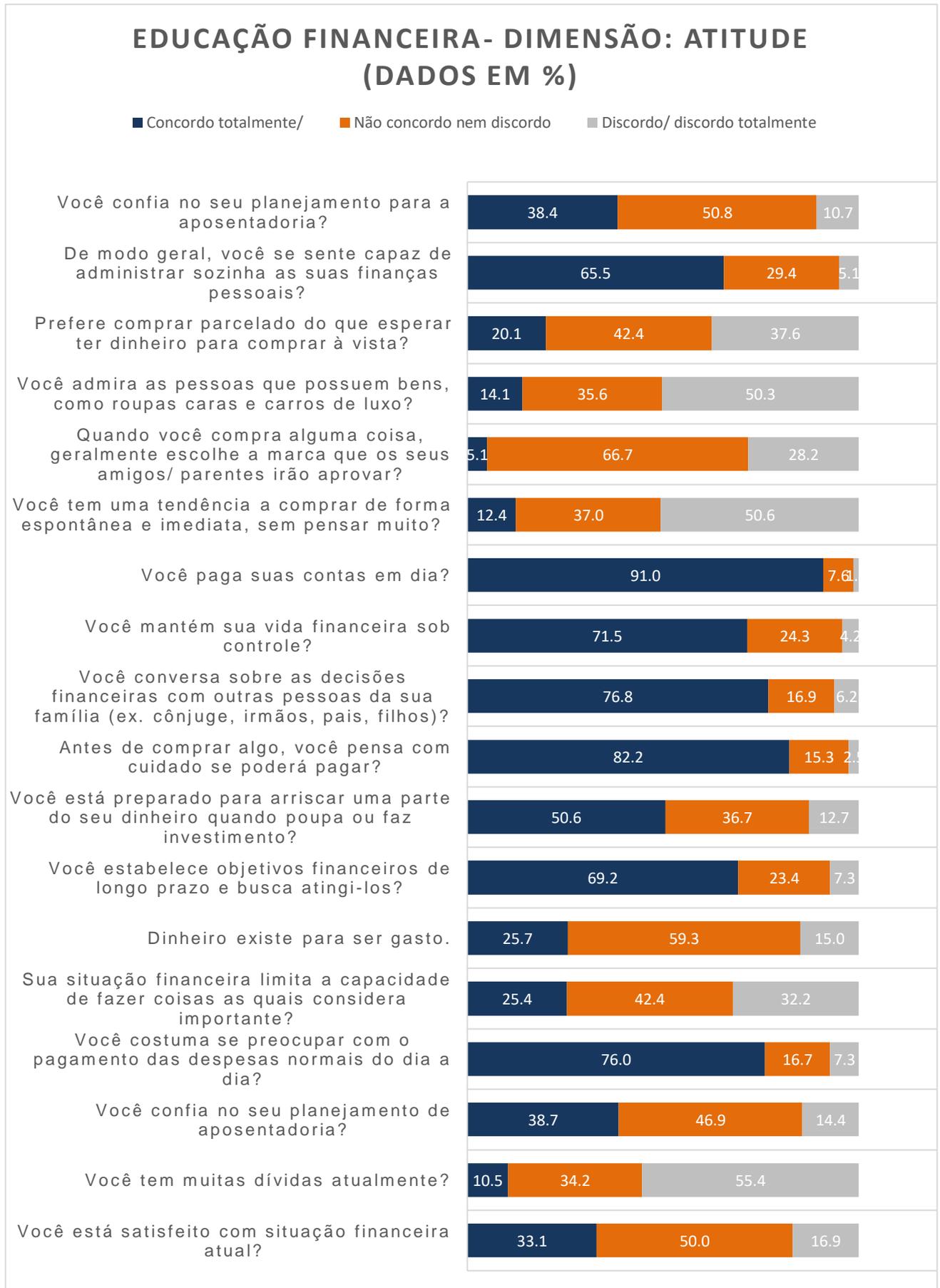
As respostas obtidas indicam que os militares respondentes possuem algumas atitudes positivas frente às decisões financeiras, mas também, foram detectadas atitudes negativas. Um exemplo disso é que mais de 80% deles responderam que concordam com a afirmação de que, antes de comprar algo, pensam com cuidado se poderão pagar. Outro exemplo é o percentual de pessoas que responderam pagar as contas em dia – mais de 91%.

Com relação à pergunta – “Você tem uma tendência a comprar de forma espontânea e imediata, sem pensar muito?”, mais de 50% dos respondentes afirmaram que discordam e/ou discordam totalmente. Tal resultado indica uma atitude negativa com relação à avaliação sobre real necessidade da compra da outra metade da amostra.

Outros dois indicativos de uma tendência de atitude positiva de longo prazo é que 69,2% dos respondentes concordam com a afirmação “Eu estabeleço objetivos financeiros de longo prazo e busco atingi-los” e, 82,2% afirmam que antes de comprarem algo, pensam com cuidado se poderão pagar. No entanto, 25,7% da amostra concorda que dinheiro existe para ser gasto, enfraquecendo a tendência de priorização do bem-estar futuro em detrimento da satisfação plena no presente.

Com relação a pergunta “Você confia no seu planejamento de aposentadoria?”, apenas 10,7% responderam que não confiam no seu planejamento da aposentadoria. Esse dado junto com a baixa adesão dos militares a hábitos de poupança, investimentos e previdências privadas, por exemplo, prova que os militares tendem a confiar excessivamente no Governo para prover sua velhice e assistência à sua família em caso de morte. Não levam em conta que devem se preparar para uma aposentadoria com mais tranquilidade e menores riscos.

Gráfico 11 - Análise da dimensão "Atitude"



Fonte: A autora.

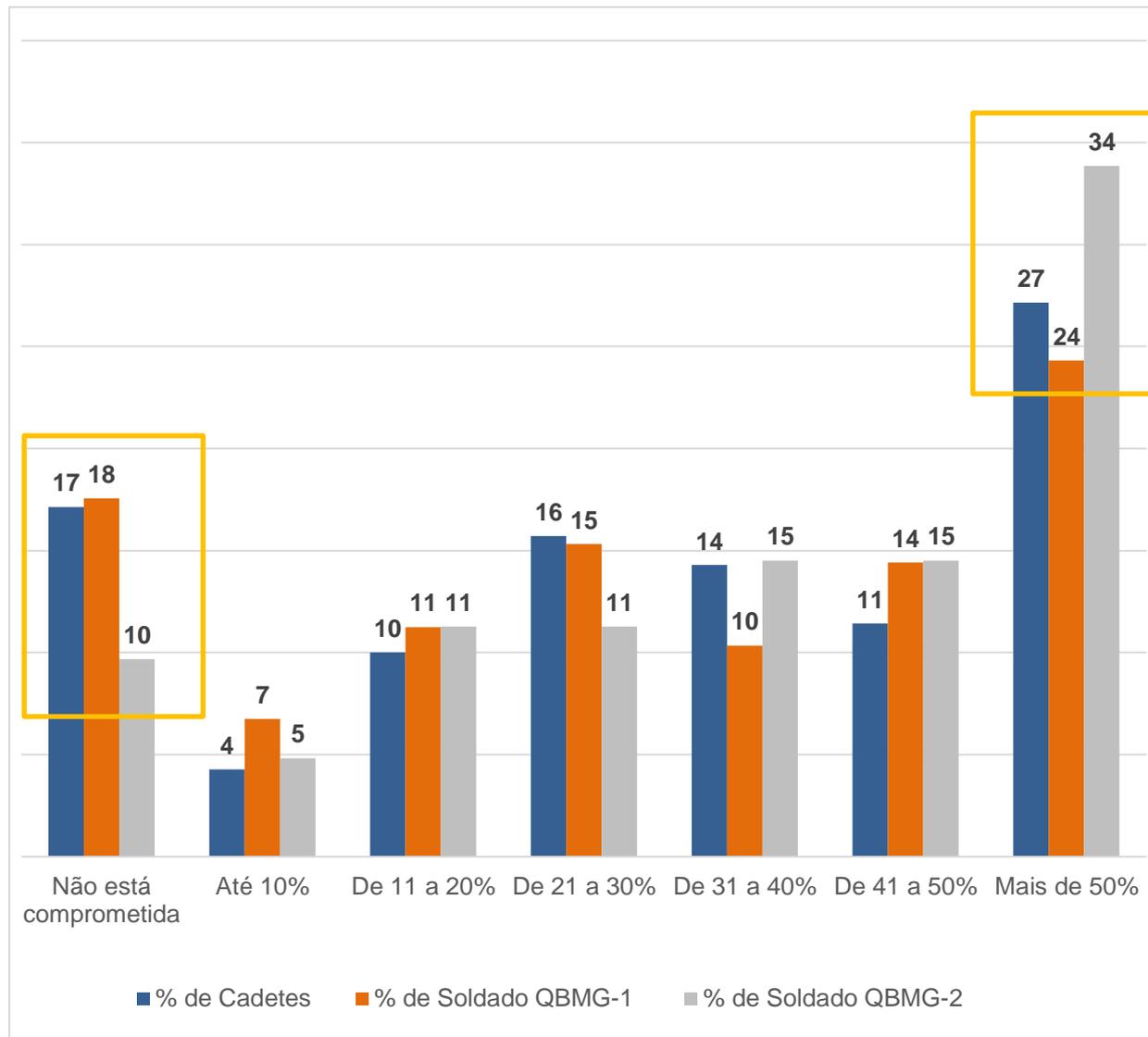
Perguntas que avaliam a dimensão comportamento:

O comportamento do consumidor determina a sua situação financeira e pode afetar diretamente seu bem-estar. Não se planejar para o futuro, comprar impulsivamente, utilizar serviços financeiros impulsivamente, são alguns exemplos de comportamentos que influenciam, de forma negativa, o bem-estar financeiro do cidadão (BCB, 2020, p. 29).

O resultado do componente Comportamento da pesquisa é apresentado na sequência.

Pergunta 1: Qual o grau de comprometimento com dívidas mensais?

Gráfico 12 - Resultado da Pergunta 1 (dimensão: comportamento)

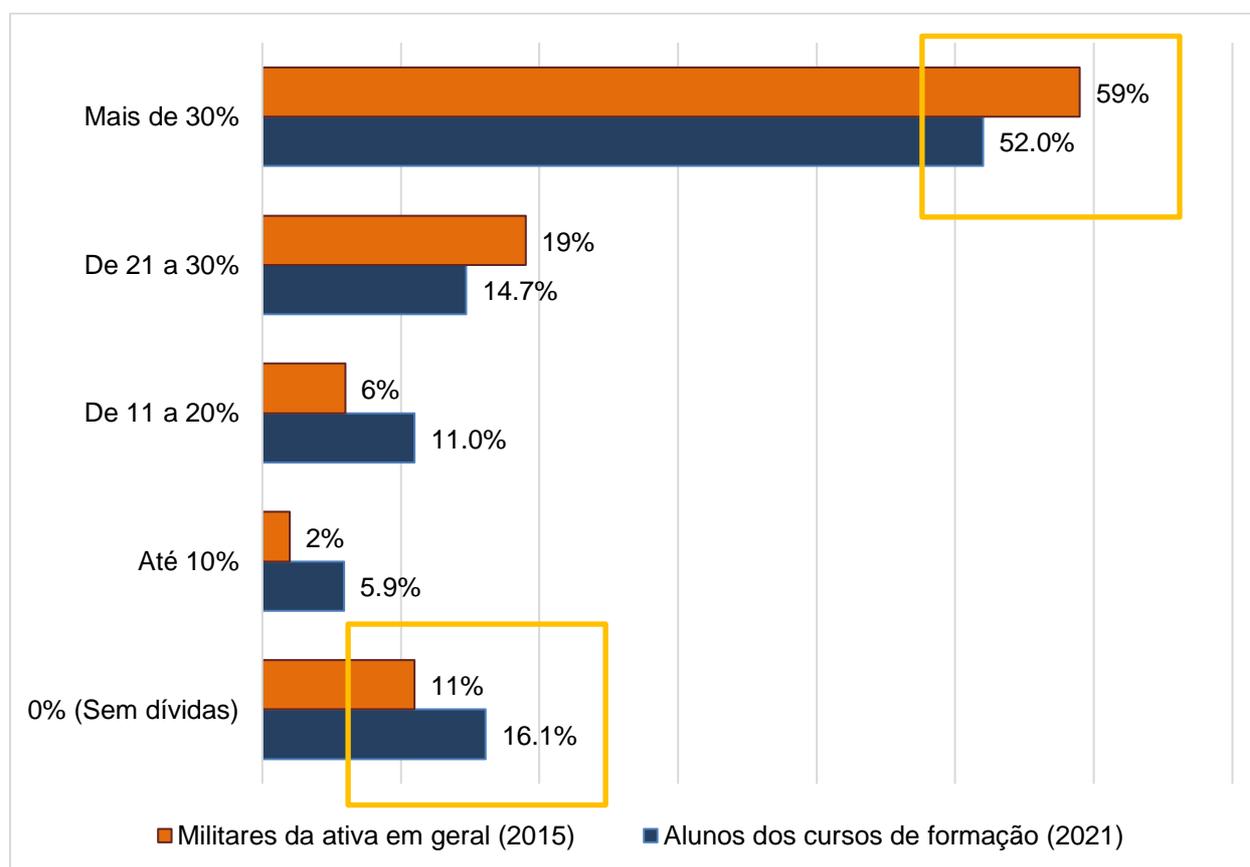


Fonte: A autora.

O gráfico 12 compara o grau de comprometimento da renda com dívidas mensais entre as três categorias (Cadetes, Soldados da QBMG-1 e da QBMG-2), observa-se que a categoria QBMG-2 é a que possui maior percentual de militares com mais de 50% da renda comprometida. No entanto, também tal grupo de respondentes é o que, proporcionalmente, possui menor grau de não comprometimento da renda.

O gráfico 13 compara o grau de comprometimento da renda com dívidas mensais dos alunos de formação do ano de 2021 com dados do grau de comprometimento da renda dos militares da ativa em geral do ano de 2015, obtidos da pesquisa de conclusão de curso do TC QOBM/Comb. Fernandes (2015), é possível observar que um percentual maior de militares ainda em formação possui menor grau de comprometimento da renda.

Gráfico 13 - Grau de comprometimento da renda: militares em formação X militares da ativa em geral



Fonte: A autora.

Pergunta 2: Faz orçamento doméstico ou familiar?

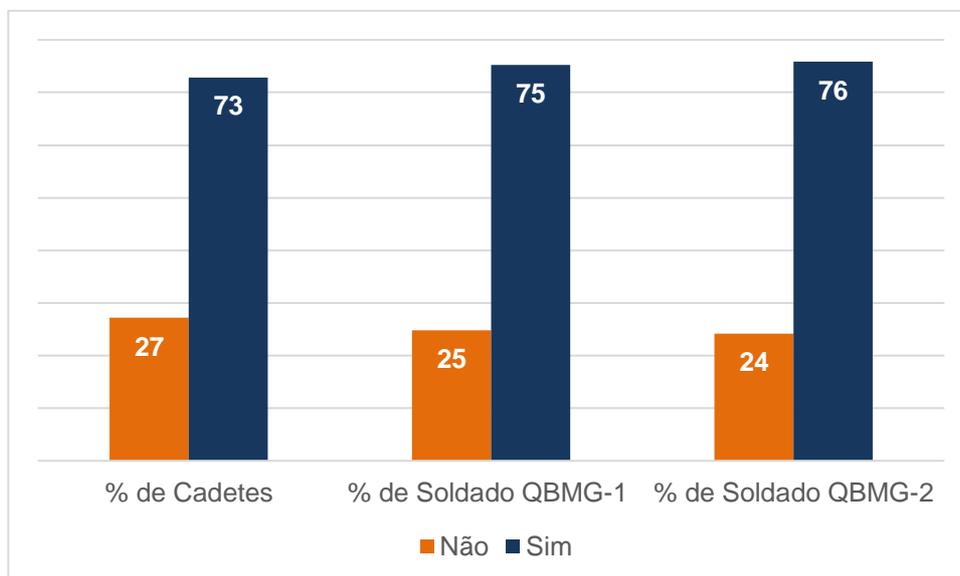
O resultado a pergunta sobre a utilização de orçamento doméstico ou familiar mostra que a maioria dos respondentes (74,9%) fazem. Tal prática pode influenciar

positivamente em outras decisões financeiras, como poupar, cortar gastos e necessitar ou não de empréstimos, por exemplo.

Um número relevante (25,1%), no entanto, não faz. Vários podem ser os motivos para não se praticar o hábito de fazer orçamento doméstico: pode ser chato e trabalhoso, falta tempo, as pessoas acreditarem que não possuem as ferramentas necessárias ou simples falta de hábito, o que precisaria ser melhor investigado (BCB, 2020, p. 30).

Os valores percentuais de militares que afirmaram fazer orçamento doméstico ou familiar foram aproximadamente iguais nos três grupos de respondentes (cadetes, soldados QBMG-1 e QBMG-2) conforme gráfico 14.

Gráfico 14 - Resultado da Pergunta 2 (dimensão: comportamento)



Fonte: A autora.

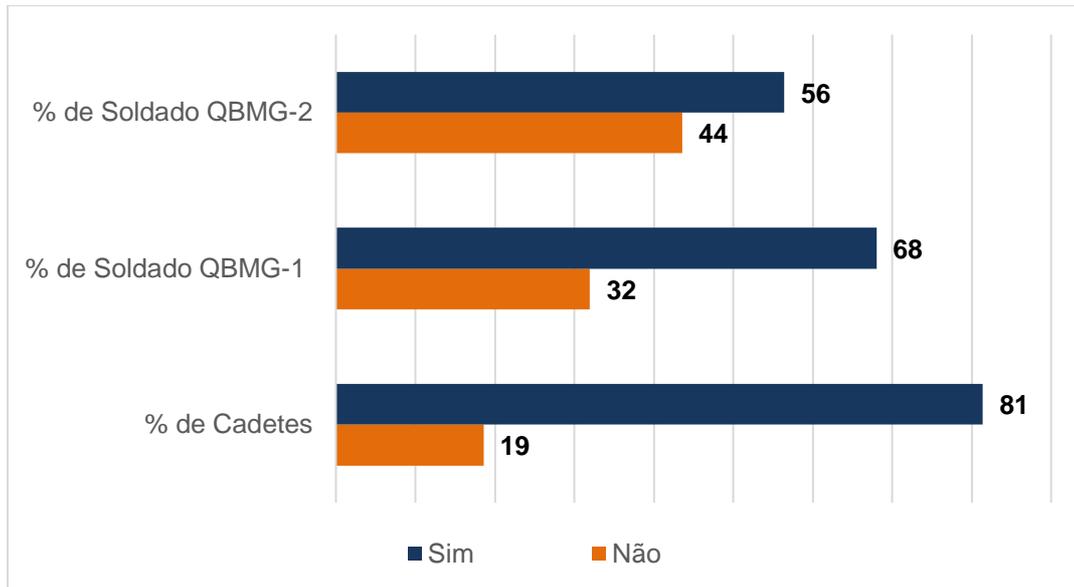
Pergunta 3: Nos últimos doze meses, você tem poupado parte dos seus rendimentos?

Um número expressivo (31,4%) dos respondentes afirma não ter poupado parte dos rendimentos nos últimos doze meses. Tal dado é preocupante uma vez que os militares estão no início da carreira e possuem menor grau de comprometimento da renda com dívidas mensais quando comparado com militares da ativa em geral e, por isso, deveriam poupar mais

O gráfico 15 compara o percentual de militares que afirmam ter poupado parte de seus rendimentos nos últimos doze meses dentro de cada categoria (cadetes, soldados

da QBMG-1 e da QBMG-2). Observa-se que os cadetes têm mais hábitos de poupar que os demais.

Gráfico 15 - Resultado da Pergunta 3 (dimensão: comportamento)

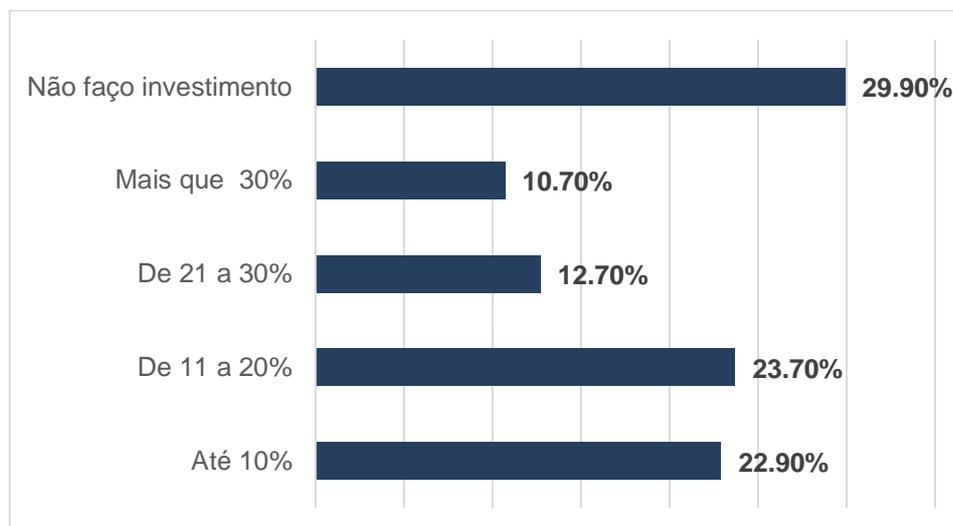


Fonte: A autora.

Pergunta 4: Qual a porcentagem da renda poupada dos seus rendimentos?

O resultado desta pergunta mostrado no gráfico 16 revela que apesar do percentual militares em formação no ano de 2021 que dizem poupar ser alta (68,6%), é possível verificar que a parte da renda poupada é baixa. Apenas 10,7% dos militares em formação no ano de 2021 poupam mais de 30% da renda. A doutrina majoritária afirma que o ideal é reservar 30% do salário para aposentadoria e investimentos.

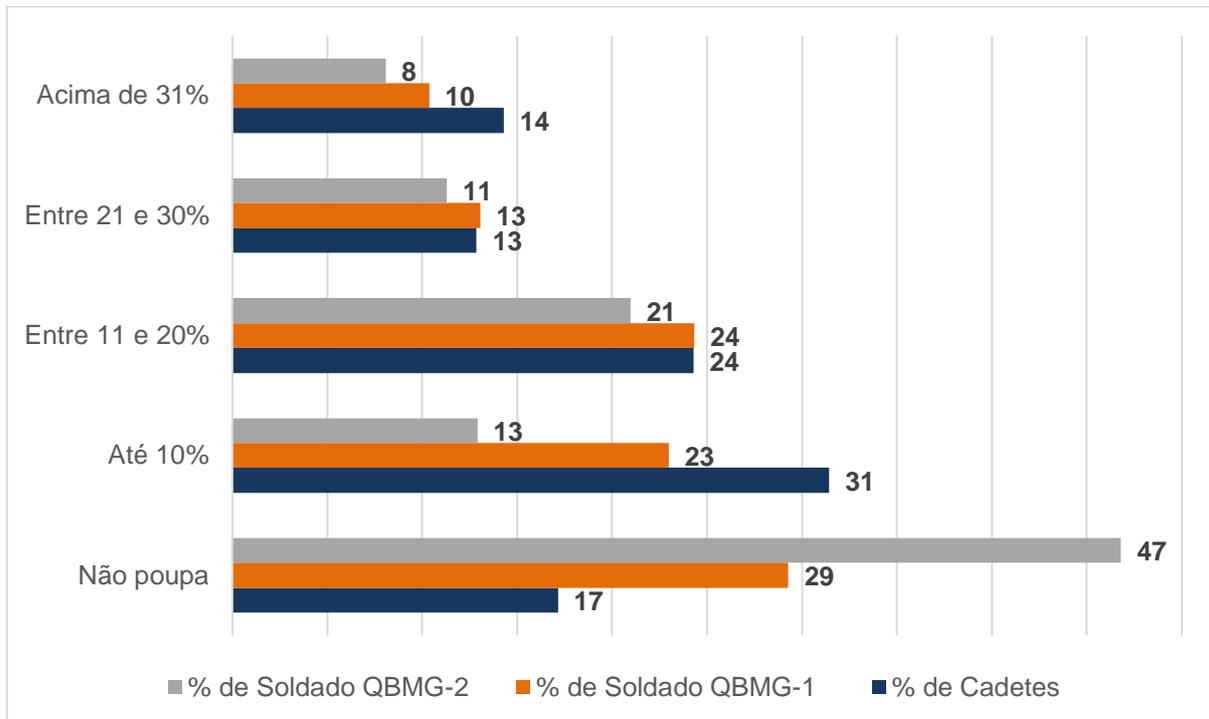
Gráfico 16 - Resultado da Pergunta 4 (dimensão: comportamento)



Fonte: A autora.

Comparando os dados por categoria, (cadetes, soldados QBMG-1 e QBMG-2), observa-se que, em geral, os cadetes poupam mais que os demais conforme informações contidas no gráfico 17.

Gráfico 17 - Resultado da Pergunta 4 estratificado (dimensão: comportamento)



Fonte: A autora.

A tabela 2 mostra um comparativo dos dados obtidos no questionário voltado para os alunos dos cursos de formação no ano de 2021 com os com os valores poupados pelos militares da ativa em geral do ano de 2015 extraídos da pesquisa do Ten-Cel. QOBM/Comb. Fernandes (2015). Como pode ser observado, um número maior de militares no início da carreira possui um percentual maior de renda poupada e menor percentual de militares que não fazem investimentos quando comparado com militares da ativa em geral.

Tabela 2 - Comparação de percentuais de renda poupada

Percentual de renda poupada	Alunos dos cursos de formação (2021)	Militares da ativa em geral (2015)*
Até 10%	22,90%	26%
De 11 a 20%	23,70%	16%
De 21 a 30%	12,70%	7%
Mais que 30%	10,70%	5%
Não faço investimento	29,90%	46%

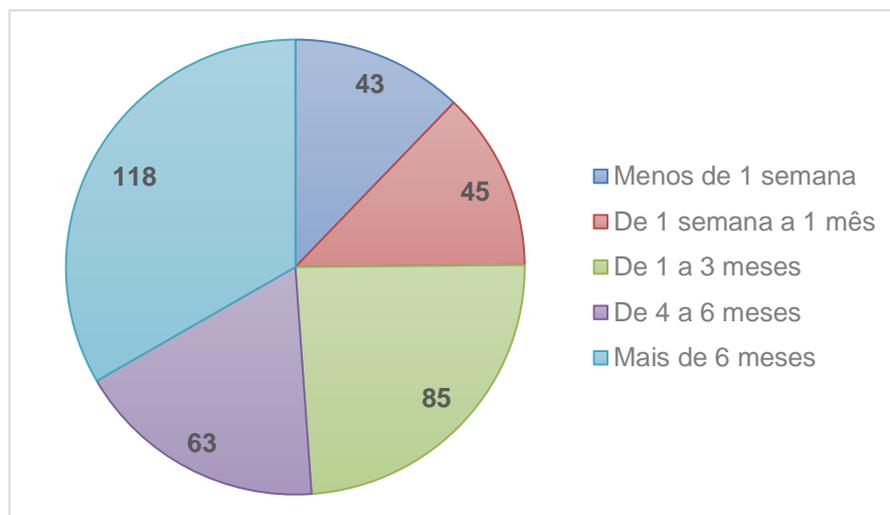
Fonte: A autora

Pergunta 5: Caso venha a perder sua principal fonte de renda hoje, quanto tempo conseguiria cobrir os custos de vida sem fazer empréstimos? Opções: Menos de 1 semana, de 1 semana a 1 mês, de 1 a 3 meses, mais de 6 meses.

Esta pergunta visa avaliar se os respondentes têm reservas de emergência. Esse indicador está relacionado com o hábito de fazer reservas ou poupanças para emergências e mostra que a maioria dos respondentes não está preparado para lidar, financeiramente, com imprevistos, como por exemplo, impossibilidade de trabalhar por doença, doença de um familiar etc.

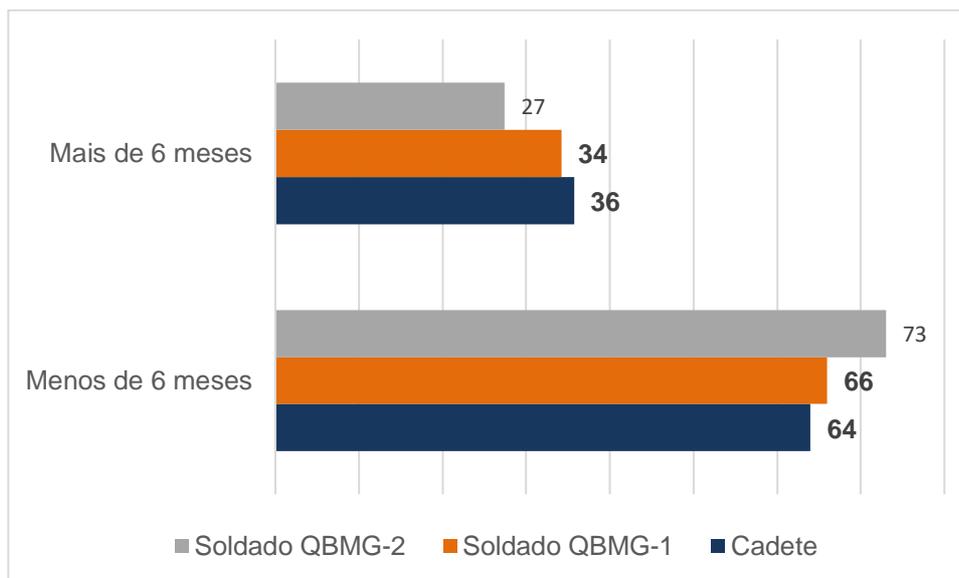
O gráfico 18 mostra que, caso perdessem sua principal fonte de renda hoje, aproximadamente 48,8% dos respondentes seriam capazes de cobrir seu custo de vida sem fazer empréstimo por até três meses e 33,3% por mais de seis meses. É interessante notar que 12,1% dos respondentes conseguiriam cobrir seu custo de vida, caso perdessem sua principal fonte de renda, por somente uma semana.

Gráfico 18 - Resultado da Pergunta 5 (dimensão: comportamento)



Fonte: A autora.

O gráfico 19 mostra um comparativo entre as categorias (Cadetes, Soldados da QBMG-1 e QBMG-2). É possível inferir que um percentual maior de militares em formação da QBMG-2 não possui reserva de emergência de acordo com recomendado por especialistas.

Gráfico 19 - Resultado da Pergunta 5 estratificado (dimensão: comportamento)

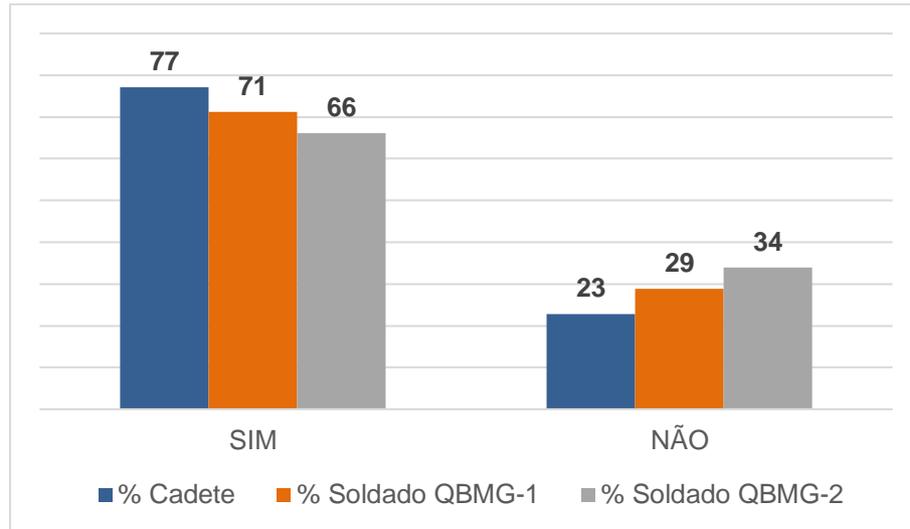
Fonte: A autora.

Pergunta 6: Se surgisse uma despesa inesperada, você teria condições de pagá-la sem pedir dinheiro emprestado?

Ao ser perguntado se haveria condições de pagar uma despesa inesperada sem pedir dinheiro emprestado, 71,5% das pessoas da amostra afirmam ter condições de cobrir tal despesa, o que demonstra alta resiliência para imprevistos da amostra em geral. Na pesquisa realizada pelo Banco Central em 2020, apenas 30% das pessoas daquela amostra afirmaram ter como cobrir uma despesa inesperada sem pedir dinheiro emprestado. Essa diferença sugere que a amostra do presente estudo possui comportamento positivo superior que a média dos brasileiros.

Importante reforçar que nessa pergunta não foi citado valores, portanto, infere-se que os respondentes que informaram não ter condições de pagar nenhum tipo de despesa inesperada sem ter que pedir dinheiro emprestado, ou seja, não possuem nenhum tipo de reserva. Apesar desse resultado animador, 28,2% dos militares afirmaram não ter condições de cobrir uma despesa inesperada e, portanto, são mais propícias a uma vida financeira desequilibrada.

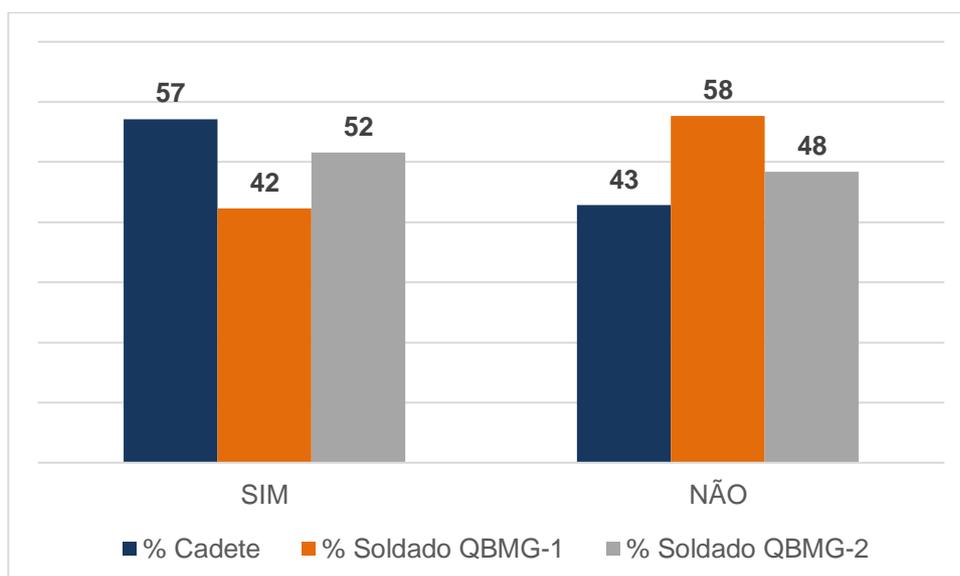
Comparando os dados entre as categorias da pesquisa (cadetes, militares da QBMG-1 e da QBMG-2), conforme gráfico 20 observa-se que os soldados da QBMG-2 possuem percentualmente menos reserva de emergência que os demais.

Gráfico 20 - Resultado da Pergunta 6 (dimensão: comportamento)

Fonte: A autora.

Pergunta 7: Nos últimos doze meses, você sentiu alguma vez que as suas despesas eram maiores que os seus rendimentos?

O resultado desta pergunta mostrou que 46,9% da amostra afirmou que, nos últimos doze meses, sentiu, alguma vez, que as despesas foram maiores do que seus rendimentos, indicando que um percentual considerável da população pesquisada apresenta algum grau de fragilidade financeira por gastar mais do que ganha, em momento recente. Estratificando os dados, é possível observar no gráfico 21 um percentual maior dos cadetes sentiu alguma vez que suas despesas eram maiores que seus rendimentos nos últimos doze meses.

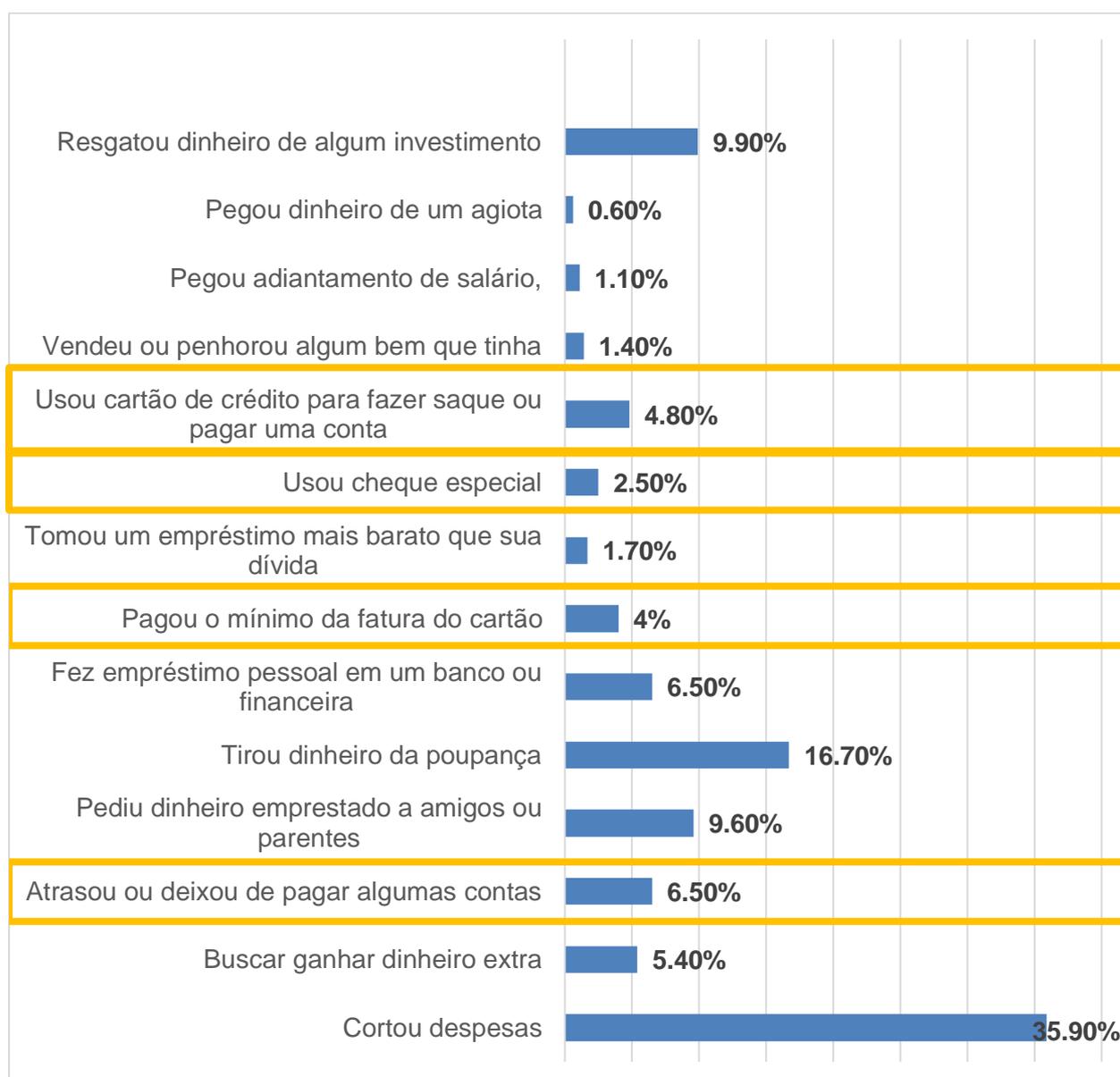
Gráfico 21 - Resultado da Pergunta 7 (dimensão: comportamento)

Fonte: A autora.

Pergunta 8: Se respondeu sim na pergunta anterior, o que você fez para pagar as contas ou cobrir as despesas?

Com resultado desta pergunta foi possível avaliar que 8,8% dos militares avaliados fazem mal uso do cartão de crédito ao responder que usaram o cartão para sacar ou pagar conta e que pagaram o mínimo da fatura do cartão de crédito para pagar as contas ou cobrir as despesas. Outros 6,5% da amostra informou que atrasou ou deixou de pagar algumas contas, o que aumenta o risco de inscrição do nome nos cadastros de restrição ao crédito, como Serasa ou Serviço Central de Proteção ao Crédito.

Gráfico 22 - Resultado da Pergunta 8 (dimensão: comportamento)



Fonte: A autora.

4.2 Objetivo Específico 2

Fernandes (2014) constatou que 85% do efetivo do CBMDF tinha parte do salário comprometida com empréstimos, que 46% do efetivo não possuía investimentos e que 14,6% do valor da folha de pessoal do CBMDF era destinado ao pagamento de empréstimos consignados. Em 2018, Bohnert constatou que os números permaneceram no mesmo patamar, 76% do efetivo do CBMDF possuía algum tipo de comprometimento de renda em contracheque e que 13,65% do valor da folha de pessoal foi destinado ao pagamento de empréstimos consignados naquele ano em estudo (BOHNERT, 2018).

Em seu trabalho de conclusão de curso do CAEO, o Ten-Cel. Rossano elaborou uma proposta de Projeto Estratégico cujo objetivo é desenvolver estratégias para a garantia da tranquilidade econômica e financeira dos bombeiros militares: um processo de desenvolvimento, implementação e monitoramento de um plano de educação financeira remediativa para os superendividados e preventiva, para os demais militares (BOHNERT, 2018). O projeto apesar de já ter sido delineado, não foi colocado em prática.

No âmbito do CBMDF, o tema Educação financeira é efetivamente tratado apenas na preparação do militar para a reserva remunerada através do Programa PREPARAR-Preparação para a Reserva Remunerada do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Vale lembrar que, nessa fase, a situação financeira de alguns militares é muito crítica, tornando mais difícil o controle das finanças.

Os resultados da pesquisa realizada por essa autora com os alunos dos cursos de formação em vigor mostraram que um relevante índice se considera endividado, mesmo que tenham recém ingressado na Corporação. Além disso, muitos avaliam o próprio nível de conhecimento sobre finanças como muito fraco (4%), fraco (25,4%) e médio (42,7%) e a porcentagem de 31,4% declarou que não tem poupado parte dos rendimentos nos últimos 12 (doze) meses.

Investir em educação financeira pode contribuir para que os militares adquiram conhecimentos e passem a ter consciência da necessidade de hábitos, comportamentos e atitudes financeiras saudáveis desde o recebimento dos primeiros proventos. Dessa maneira, investir em educação financeira no início da carreira possibilita o início de uma vida financeira adequada com hábitos de poupar e planejar o futuro.

Os conhecimentos repassados nos cursos de formação atingem todos os bombeiros militares que exercerão as atividades técnicas, operacionais e administrativa da Corporação. Os demais cursos (CAP, CAEP, CPO, CAO e CAEO) podem não ser cumpridos por alguns militares, e são realizados após o exercício das primeiras atividades da carreira (MARTINS, 2021).

Diante de tais informações, a melhor alternativa para educar financeiramente os militares do CBMDF com o propósito de se obter uma efetiva e duradoura redução do endividamento dos militares é incluir o tema já nos cursos de formação.

Para colocar em prática a capacitação de militares do CBMDF, uma possível entrave seria avaliar militares e capacitá-los para ministrar as instruções. Uma solução passível de ser colocada em prática é a formação de parcerias ou acordos de cooperação do CBMDF com instituições, como por exemplo, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

A CVM é uma autarquia federal e um de seus objetivos estratégicos é disseminar conhecimentos de educação financeira para o público em geral e servidores públicos e militares da Administração Pública Direta e Indireta. Já são ofertados por ela cursos para órgãos públicos através de acordos de cooperação. Importante lembrar que a CVM já possui um programa estruturado, denominado de Programa Bem-Estar Financeiro, com material de apoio e pessoal capacitado e especializado na disciplina.

O Programa Bem- Estar Financeiro é uma iniciativa educacional cujo objetivo é levar educação financeira ao ambiente de trabalho. Destinado a profissionais de empresas e instituições privadas ou públicas, o objetivo principal do Programa é melhorar o bem-estar financeiro dos participantes, e seus familiares, fornecendo conceitos, práticas e ferramentas que lhes ajudem a planejar, controlar e organizar melhor a sua vida financeira (CVM, 2021).

Para alcançar esse objetivo, o Programa é organizado em um curso modular, e aborda 6 (seis) temas: bem-estar financeiro; crédito e endividamento; controle financeiro; tranquilidade financeira e objetivos de vida; comportamento financeiro; e introdução aos investimentos. De acordo com as características e prioridades identificadas no público-alvo, a realização do curso pode se adaptar, tanto no que se refere aos módulos incluídos, quanto em relação à organização e carga horária (CVM, 2021).

A disseminação do Programa Bem-Estar, no entanto, depende da disponibilidade de profissionais voluntários que possam realizar o curso nas instituições. Por essa razão, o projeto foi desenhado no modelo de atuação por multiplicadores que serão responsáveis finais por aplicar o Programa. O objetivo é estabelecer um formato de parceria em que profissionais possam utilizar os materiais e o apoio técnico especializado da CVM, reconhecida por sua atuação em educação financeira.

As aulas de cada tema são estruturadas em uma etapa expositiva e outra prática. Na parte expositiva, o instrutor apresenta os principais conceitos e exemplos sobre o assunto. Na prática, os participantes são convidados a refletir sobre os conceitos estudados, por meio de estudo de caso, dinâmicas de grupo e individuais. Como material de apoio, os participantes do curso recebem uma apostila do aluno para cada tema, a apresentação realizada pelo instrutor, e atividades individuais planejadas para estimulá-los a aplicar em sua vida pessoal os conceitos aprendidos (CVM, 2021). Não foi possível, no entanto, encontrar na rede aberta os planos de ensino do programa da autarquia.

Diante de tais informações, a melhor alternativa para educar financeiramente os militares do CBMDF com o propósito de se obter uma efetiva e duradoura redução do endividamento dos militares é incluir o tema já nos cursos de formação. E para a execução, os instrutores devem passar por capacitação, tal como a ofertada pela CVM.

4.3 Objetivo Específico 3

Para alcançar o terceiro objetivo específico, que é definir conteúdos significativos a serem ministrados relativos ao tema em questão, foi levado em consideração os pilares da Educação Financeira (atitude, comportamento, habilidades e conhecimentos) e as competências esperadas em cada eixo, conforme Tabela 1 - Aprendizados para alfabetização financeira e econômica.

Após a discussão do objetivo específico 1, observou-se que em todos os eixos da educação financeira, há uma deficiência por parte relevante dos alunos dos cursos de formação em vigor. Confirmando, assim, a necessidade de ensino de todas as dimensões de conhecimento.

Os conteúdos a serem ministrados devem desenvolver competências que permitam consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente. Além disso, os conhecimentos a serem adquiridos pelos militares devem auxiliar na preparação para

eventos naturais da vida e da carreira, tais como: casamento, chegada de filhos, divórcio, doença própria ou de familiares, promoções, aumento de remuneração, aposentadoria, entre outros.

Ao longo da revisão de literatura deste trabalho, foram resumidos alguns conteúdos a serem incluídos no currículo. Além do que foi colocado ali, foi uma busca de informações sobre conteúdos ofertados na capacitação em educação financeira em instituições militares dos Estados Unidos e Austrália. Assim, chegou-se aos conteúdos a serem incluídos na disciplina para que seja eficiente e perene ao longo de toda a carreira. São eles:

1. Estratégia pessoal em finanças;
2. Bem-estar financeiro;
3. Crédito e endividamento;
4. Tipos, custos e análise de empréstimos disponíveis no mercado;
5. Organização, controle e planejamento financeiro;
6. Orçamento pessoal e familiar;
7. Conceitos de matemática financeira básica;
8. Consumo consciente;
9. Comportamento financeiro;
10. Introdução a investimentos;
11. Reserva de emergência;
12. Preparação para eventos naturais da vida (casamento, chegada dos filhos, divórcio, doença própria ou de familiares);
13. Preparação e melhores práticas para eventos ao longo da carreira (promoções, aumento de remuneração, mudança de função, aposentadoria);
14. Indicação de conselheiros financeiros;

15. Lei 10.486, de 4 de julho de 2002 que trata da remuneração dos militares do CBMDF, descontos obrigatórios e autorizados.

4.4 Objetivo Específico 4

No CBMDF tem sido desenvolvido um relevante trabalho de preparação dos militares no final da carreira na área de Educação Financeira através do Programa PREPARAR. Um dos objetivos do programa é promover a conscientização do militar que se encontra em processo de transferência para a reserva remunerada, no sentido que tenha uma vida financeira equilibrada e, também, orientá-lo acerca de seus direitos e benefícios.

Por outro lado, não existe em vigor um trabalho de relevância na área de Educação financeira no início da carreira para militares do CBMDF. Para exemplificar, não há a previsão da disciplina de Educação Financeira dos projetos pedagógicos dos Cursos de Formação de Praças (CFP) e do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO).

Com relação ao projeto pedagógico do Curso de Formação de Oficiais (CFO), a Portaria nº 31, de 5 de setembro de 2017, prevê como atividade complementar a disciplina “Administração Financeira Pessoal” com carga horária de 2h/aula. Tal carga horária é ínfima considerando a relevância do tema para os profissionais do CBMDF, ainda mais tratando-se de militares que serão gestores da Corporação e que precisarão lidar e conduzir diariamente o problema de endividamento da tropa.

O quarto objetivo específico estabelecido foi apresentar uma proposta de capacitação aos militares do CBMDF voltada para a Educação Financeira. Para alcançar o objetivo, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica, somando dados obtidos no questionário aplicado aos militares dos cursos de formação em vigor no momento da pesquisa.

Além disso, para que a proposta apresentada na pesquisa possua caráter aplicado ao CBMDF, foram consideradas as orientações contidas na Diretriz Curricular do CBMDF, que estabelece os critérios para a elaboração de malhas curriculares no SEBM. Tais diretrizes foram tomadas como elementos norteadores para a propositura de forma a capacitar o efetivo sobre o tema.

Assim, a proposição de uma disciplina a ser inserida nos cursos de formação do SEBM capacitará os militares do CBMDF no tema “Educação Financeira”, atingindo-se

assim um dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico do CBMDF do período entre 2017 e 2024: valorizar o profissional Bombeiro Militar. Tal estratégia consiste em priorizar a saúde, condições favoráveis de trabalho e qualidade de vida dos profissionais da corporação.

Além disso, ao assumir a responsabilidade de levar o tema ao conhecimento dos militares, a instituição ataca um dos efeitos danosos à sua eficiência e produtividade: as consequências relacionadas ao endividamento (DUARTE, 2020). E cumpre, também, um importante papel social, capacitando os cidadãos a tomarem melhores decisões, que acabam tendo impactos positivos na sociedade como um todo.

Dessa forma, a proposta apresentada no APÊNDICE A permite a inserção da carga horária sugerida e dos conteúdos propostos nas disciplinas já existentes e que podem ser acrescidas deste conhecimento. Nos cursos onde não há disciplinas relativas ao tema, a proposta pode ser empregada para a criação de uma disciplina específica para o tema.

Após os resultados e discussão dos 4 (quatro) objetivos específicos, retorna-se ao objetivo geral estabelecido inicialmente para avaliar se foi atingido. O objetivo geral da pesquisa é: apresentar uma proposta capaz de alavancar o conhecimento dos militares em educação financeira, de modo a aumentar a eficiência nos serviços prestados pela Corporação à comunidade do Distrito Federal a médio e longo prazos

Assim, o presente trabalho apresenta uma proposta de capacitação em Educação Financeira. Tal proposta é direcionada aos alunos dos Cursos de Formação do CBMDF através da inclusão da disciplina na Matriz curricular dos respectivos cursos visando o bem-estar financeiro a médio e longo prazo dos militares.

Na revisão de literatura, bem como em trabalhos anteriores realizados no âmbito do CBMDF, foi abordado como a falta de Educação Financeira pode afetar negativamente a eficiência nos serviços prestados pela Corporação: a preocupação elevada com dívidas e contas pode causar acidentes de trabalho, baixa geral de produtividade, aumento do absenteísmo, aumento de problemas e custos com saúde e risco aumentado de fraudes e corrupção. Assim, a disseminação de conhecimentos na área aos militares do CBMDF pode aumentar a eficiência nos serviços prestados pela Corporação à comunidade do Distrito Federal.

Após a avaliação dos objetivos específicos e do objetivo geral, faz-se necessário retornar ao problema de pesquisa proposto inicialmente para verificar se o questionamento foi respondido. A pergunta do problema de pesquisa proposta foi: **Qual a melhor estratégia a ser adotada pelo CBMDF para educar financeiramente os militares da corporação de forma a contribuir para a saúde financeira deles?**

A melhor estratégia a ser adotada pelo CBMDF para educar financeiramente os militares da corporação de forma a contribuir para a saúde financeira de maneira perene e duradoura, conforme visto anteriormente, é incluir a disciplina nos cursos de formação, aperfeiçoamento e cursos de altos estudos. Dessa maneira, a partir da inclusão na matriz curricular dos cursos, todos os militares terão a oportunidade de serem educados financeiramente. Num primeiro momento, o ideal é começar a inclusão pelos cursos de formação.

Além disso, o CBMDF pode fazer acordos de cooperação com órgãos, como por exemplo a CVM, a fim de estabelecer um formato de parceria na formação de multiplicadores que serão responsáveis finais por aplicar a disciplina internamente. Dessa maneira, os profissionais podem aproveitar e utilizar os materiais e o apoio técnico especializado da CVM, instituição reconhecida por sua atuação em educação financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho científico foi delineado com o objetivo de desenvolver uma proposta de capacitação em Educação Financeira de modo a contribuir na saúde das finanças pessoais dos militares da Corporação e, conseqüentemente, aumentar a eficiência nos serviços prestados pela Corporação à comunidade do Distrito Federal.

Para o alcance dos objetivos específicos e geral foram reunidas informações na revisão da literatura e pesquisa documental, além da coleta de dados por meio da aplicação de questionário. Diante do que foi pesquisado e exposto ao longo de todo o trabalho por meio do alcance dos objetivos específicos, concluiu-se que é necessário a inclusão da disciplina Educação Financeira ainda no início da carreira e de forma que todos os novos militares sejam capacitados nessa área.

A título de sugestão, a forma mais viável para capacitar os bombeiros militares responsáveis por ministrar e disseminar os conteúdos acerca do tema nos cursos de formação seria através de acordos de cooperação com a Comissão de Valores Mobiliários. Tal instituição já possui material didático, curso estruturado e pessoal extremamente capacitado e especializado na área.

No intuito de otimizar a disseminação da Educação financeira estabeleceram-se as seguintes recomendações:

- 1) Inserção, na forma de projeto piloto, da disciplina “Educação financeira” nos próximos cursos de formação do CBMDF;
- 2) Inserção do Plano de Ensino – APÊNDICE A – nos seguintes currículos dos cursos de formação do SEBM: CFO, CHO, CFP;
- 3) Reciclagem dos militares ao longo da carreira;
- 4) Promoção de iniciativas para multiplicação do conhecimento acerca do tema, na forma de divulgações digitais na intranet do CBMDF e nos demais meios de comunicação interna e rotineiramente;
- 5) Fortalecimento da disciplina Educação Financeira dentro Programa PREPARAR, já em vigor na Corporação;

- 6) Definição, por parte da DIGEP, de um indicador com vistas a balizar a avaliação dos resultados e que mostre efeitos práticos da capacitação dos militares na área de educação financeira. Essa mensuração dos resultados visa estimular o apoio aos projetos e à sua melhoria continuada.

Espera-se que a adoção de tais de práticas voltadas à disseminação da disciplina Educação Financeira capacite os militares do CBMDF nas competências dentro de todas as dimensões do âmbito da Educação Financeira: habilidade, comportamento, atitude e conhecimento financeiro. Permitindo, dessa forma, o controle das finanças pessoais e a preparação para o futuro.

REFERÊNCIAS

ADF FINANCIAL SERVICES CONSUMER CENTRE. **Provide financial and consumer education for ADF members**. Disponível em:

<https://adfconsumer.gov.au/>. Acesso em 01 Out. 2021.

ANBIMA. **Segurança, rentabilidade e liquidez: entenda o tripé dos investimento**.

Disponível em <https://comoinvestir.anbima.com.br/noticia/seguranca-rentabilidade-e-liquidez-entenda-o-tripe-dos-investimentos/>. Acesso em 11 de Dez. 2021.

APEC. **APEC Guidebook on Financial and Economic Literacy in Basic**

Education, 2014. Disponível em: [https://www.apec.org/Publications/2014/11/APEC-](https://www.apec.org/Publications/2014/11/APEC-Guidebook-on-Financial-and-Economic-Literacy-in-Basic-Education)

[Guidebook-on-Financial-and-Economic-Literacy-in-Basic-Education](https://www.apec.org/Publications/2014/11/APEC-Guidebook-on-Financial-and-Economic-Literacy-in-Basic-Education). Acesso em 30 Out. 2021.

ASSAF NETO, A. Matemática financeira- Edição universitária. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Glossário Simplificado de Termos Financeiros**.

Brasília, 2013. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Informacoes_gerais/glossario_cidadania_financeira.pdf. Acesso em 24 de Out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira- Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**. Brasília, 2013. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf f Acesso em 11 de Dez. 2021.

BOHNERT, R. S. **Valorização do bombeiro militar por meio da educação**

financeira: uma proposta de projeto estratégico. Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos para Oficiais. Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, 2014.

BRASIL. **Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm. Acesso em 24 Ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em 29 Out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002**. Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10486.htm. Acesso em 24 Out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021**. Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021 e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.131-de-30-de-marco-de-2021-311647165>. Acesso em 06 Dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferências sobre educação financeira acontecerão em maio**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financieira> Acesso em 10 Dez. 2021.

BRUHN, M.; LEÃO, L. S.; LEGOVINI, A.; MARCHETTI, R.; ZIA, B. *The impact of High School Financial Education- Experimental Evidence from Brazil*. Banco Mundial, 2013.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: SEXTANTE, 2015.

CERBASI, G. **Dinheiro: os segredos de quem tem**. 1ª ed. Rio de Janeiro: SEXTANTE, 2016.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 28, de 20 de outubro de 2010**. Aprova a Política de Ensino e a Diretriz Geral do sistema de ensino bombeiro militar do CBMDF e dá outras providências. Brasília, DF, outubro de 2010. Publicada no Boletim Geral 195, de 21 out. 2010.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 59, de 27 de julho de 2011**. Regulamenta a Diretriz Curricular para o Ensino no CBMDF aos Estabelecimentos de Ensino que ministram cursos ou estágios do CBMDF. Brasília, DF, julho de 2011. Publicada no Boletim Geral 145, de 1 ago. 2011.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Plano Estratégico do CBMDF 2017-2024**: Brasília, 2017.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 29, de 28 de agosto de 2017**. Reestrutura o Programa PREPARAR - Preparação para a Reserva Remunerada no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Brasília, DF, agosto de 2017. Publicada no Boletim Geral 165, de 30 ago. 2017.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 31, de 5 de setembro de 2017**. Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais do CBMDF. Brasília, DF, setembro de 2017. Publicada no Boletim Geral 170, de 06 set. 2017.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 24, de 25 de novembro de 2020**. Aprova o Regimento Interno do Corpo de Bombeiros

Militar do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, DF, novembro de 2020. Publicada no Suplemento do Boletim Geral 223, de 01 dez. 2020.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual para normalização de trabalhos acadêmicos**: Brasília, 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **CVM e Secretaria-Geral da Marinha firmam convênio**. Comissão de Valores Mobiliários, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/cvm-e-secretaria-geral-da-marinha-firmam-convenio>. Acesso em 10 de dez. de 2021

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2019.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Planejamento Financeiro Pessoal**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Planejadores Financeiros, 2019.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Programa Bem- Estar Financeiro**. Disponível em https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Academico/Programa_Bem-Estar_Financeiro/Programa_Bem-Estar_Financeiro.html. Acesso em 01 de setembro de 2021.

DUARTE, A. G. **Educação Financeira e o impacto na percepção da saúde mental dos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**. Curso de Formação de Oficiais. Academia de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Corpo de Bombeiros Militar Distrito Federal, 2020.

FALCETTA, F. P.; MARCHIONATTI, W.; NETO, A. M.; RASSIER, L. H. **Educação Financeira**. 1ª.ed Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

FERNANDES, C. C. **Gestão de finanças pessoais com foco na educação financeira para o bombeiro militar do Distrito Federal**. Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos para Oficiais. Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina. Corpo de Bombeiros Militar Distrito Federal, 2014.

FOXPLAN. **Employee Financial Education Division – Financial Education in the Workplace Survey**.2011. Disponível em: <http://mcauleyfinancial.com/wp-content/uploads/2016/06/Financial-Education-in-the-Workplace.pdf>. Acesso em 11 out. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: ATLAS, 2017.

GIORDANO, C. C.; ASSIS, M. R. da S.; COUTINHO, C. de Q. e S. **A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/241442/pdf>. Acesso em 10 de dez. 2021

HOUSEL, M. **A psicologia financeira: lições atemporais sobre fortuna, ganância e felicidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2021.

- IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. **Fundamentos de matemática elementar- Matemática comercial, Matemática financeira, Estatística descritiva.** 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva Didáticos, 2019.
- IBGE. Sistema de Contas Nacionais Brasil 2005-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- KIYOSAKY, R. T. O poder da Educação financeira- Lições sobre dinheiro que não se aprendem na escola. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alta books, 2018.
- JÚLIO, C. A. A arte da estratégia: Pense grande, comece pequeno e cresça rápido. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LUSARDI, A., & Mitchell, O. S. **Planning and Financial Literacy: How Do Women Fare?**. American Economic Review, 98(2), 413-17. 2008.
- MARTINS, B. C. **Informações sigilosas no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal:** Análise do conhecimento e capacitação da tropa. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina. Corpo de Bombeiros Militar Distrito Federal, 2021.
- MARTINS, J. P. **Educação financeira ao alcance de todos.** 1ª ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.
- MASSARO, A. **Guia de educação financeira no ambiente de trabalho- André Massaro,** 2015. Disponível em <https://andremassaro.com.br/sendy/confirm?e=EKXC0Z892VV0TgNM2pwwZxDQ&l=ixRDBvXz03XuWtX7w5ucQ>. Acesso em 5 de agosto de 2021.
- NATIONAL FINANCIAL EDUCATORS COUNCIL. **Education Resources: Presentations, Curriculum, & Online Learning.** Disponível em: <https://www.financialeducatorsCouncil.org/>. Acesso em 15 de agosto de 2021.
- PACHECO, M. M. D. R. Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino. Fundação Hermínio Ometto / Uniararas, 2007.
- OCDE/INFE. International Survey of Adult Financial Literacy Competencies. 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-International-Survey-of-Adult-Financial-Literacy-Competencies.pdf> Acesso em:15 de agosto de 2021.
- OCDE/INFE. *International Survey of Adult Financial Literacy.* 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/oecd-infe-2020-international-survey-of-adult-financial-literacy.pdf> Acesso em:04 de agosto de 2021.
- OECD/ OCDE- *Recommendation on Principles and Good Practices for financial Education and Awareness- RECOMMENDATION OF THE COUNCIL.* July, 2005.

Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>
Acesso em: 15 de agosto de 2021.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 1ª ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2005.

SOLOMON, Michael R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. 11ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

SILVA, Amarildo Melchiades da; SOUZA, Andrea Stambassi. **Um curso de formação de professores em Educação Financeira Escolar**. Juiz de Fora: 2015.

ŚWIECKA, B; GRZESIUŁ, A.; KORCZAK, D.; KANIEWSKA, O. W. **Financial Literacy and Financial Education- Theory and Survey**. Berlin, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Proposta de Plano de Ensino

(APÊNDICE A / 1ª Parte / Plano de Ensino)

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE ENSINO
CENTRO DE ESTUDOS DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E DOCTRINA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

PLANO DE ENSINO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

1. IDENTIFICAÇÃO

Estabelecimentos de Ensino: Academia de Bombeiro Militar (ABMIL) ou Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP)		
Curso: NOME DO CURSO	Ano de elaboração:	2021
Disciplina: Educação Financeira: Planejamento e estratégia de gestão de recursos	Carga-horária:	25h/a

2. OBJETIVO

Desenvolver competências de habilidades, comportamento, atitude e conhecimento financeiro que permitam consumir, poupar, investir e tomar decisões de forma adequada, responsável e consciente.

3. EMENTA

- 1) Introdução à educação financeira: bem-estar financeiro, orçamento pessoal, poupança, gastos correntes, receitas, despesas, fluxo de caixa, evitando a armadilha do endividamento; estratégia pessoal em finanças: definição de objetivos de vida
- 2) Conceito de finanças pessoais; vida financeira; comportamento financeiro; Compras; Crédito, Dívidas; Empréstimos; Futuro: investimentos e aposentadoria; Lei 10.486, de 04 de julho 2002, que trata da remuneração dos militares do CBMDF.
- 3) Matemática financeira básica: principais questões cotidianas que envolvem a tomada de decisões financeiras e o uso de matemática financeira para fundamentar as decisões de consumo.
- 4) Educação financeira numa sociedade de consumidores no sentido proposto por Zygmunt Bauman, Jean Baudrillard e outros pensadores contemporâneos, visando trazer uma reflexão crítica de como as pessoas sofrem influências de propagandas e mídias
- 5) Noções e fundamentos de Economia e Administração Financeiras: 5.1) Economia e nossa vida financeira; 5.2) Orçamento e Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar; 5.3) Investimentos
- 6) Preparação para eventos naturais da vida pessoal e da carreira: casamento, chegada dos filhos, divórcio, doença própria ou de familiares, promoções; assunção de funções, aumento de remuneração, compra de casa ou automóvel etc.

4. COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS

Construir competências dentro de todas as dimensões do âmbito da Educação Financeira: habilidade, comportamento, atitude e conhecimento financeiro de modo a permitir o controle das finanças pessoais e a preparação para o futuro.

5. COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

- I) Consumir e poupar de modo ético, consciente e responsável;
- II) Conhecer e dominar conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude;
- III) Aprender a fazer planejamentos fazer em curto, médio e longo prazo;
- IV) Desenvolver a cultura da prevenção;
- V) Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual ou da condição de endividamento;

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I Carga-Horária 25 h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
AULA	TEMA	Carga horária	MODALIDADE
1	1. Despesas fixas, variáveis e eventual; <ul style="list-style-type: none"> 1.1. Registrar despesas diárias de acordo com a categoria; 1.2. Hierarquia e categorização de despesas; 1.3. Dimensionar despesas usando estimativas; 2. Poupança; 3. Definindo objetivos a curto, médio e longo prazo; 4. Diferenciar desejo de necessidade; 5. Reserva de emergência; 6. Corrupção; 7. Tributos: tipos e funções; 8. Como prevenir imprevistos no curto prazo; 9. Código de Defesa do consumidor	4h/a	Presencial/ EAD
2	1. Noções fundamentais de Matemática Financeira: <ul style="list-style-type: none"> 1.1. Juro simples e juros compostos; 1.2. Descontos; 1.3. Custos de empréstimos e dos retornos de investimentos 1.4. Planos de amortização de empréstimos e financiamentos; 2. Tomada de decisões financeiras: <ul style="list-style-type: none"> 2.1 Compra à prazo versus compra à vista: análise de dados quantitativos; 2.2. “Automóvel: investimento ou bem de consumo?”; 	4h/a	

	<p>2.3. Produtos bancários, cartões, empréstimos e investimentos;</p> <p>2.4. Casa própria: na planta, consórcio, à vista, financiado;</p>	
3	<p>1. Sociedade de consumidores:</p> <p>1.1. O que caracteriza a sociedade de consumidores;</p> <p>1.2. Sociedade de produtores versus sociedade de consumidores;</p> <p>1.3. Armadilha para o consumidor numa sociedade de consumo;</p> <p>1.4. Consumo e produção de lixo.</p> <p>2. Educação e ética na sociedade de consumidores;</p> <p>3. O dinheiro, valores e sociedade de consumidores;</p> <p>4. As mídias e a sociedade de consumidores;</p> <p>5. Leitura e crítica de textos publicitários;</p> <p>6. Identificar comportamentos que leva a gastar mais ou menos.</p>	4h/a
4	<p>1. A Economia e a nossa vida financeira:</p> <p>1.1. Noção de escassez no âmbito pessoa, familiar e na sociedade;</p> <p>1.2. A moeda: origem e função;</p> <p>1.3. Instituições financeiras e respectivas funções;</p> <p>1.4. Inflação: o que é, causas e consequências;</p> <p>1.5. Finanças pessoais: a relação entre dinheiro e tempo- um conceito fundamental em finanças.</p>	4h/a
5	<p>1. Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar:</p> <p>1.1. O planejamento financeiro pessoal e familiar; 1.2. O orçamento pessoal e familiar;</p> <p>1.3. Gestão financeira pessoal;</p> <p>1.4. Conceito de ativos bons e ruins;</p> <p>1.5. Análise de situação rotineiras de tomada de decisão de consumo;</p> <p>1.6. Endividamento e suas implicações.</p>	4h/a
6	<p>1. Investimento:</p> <p>1.1) 'Por que investir?';</p> <p>1.2) Conceito de risco;</p> <p>1.3) O perfil do investidor;</p> <p>1.4) A segurança da poupança;</p> <p>1.5) Tipos de aplicação de renda fixa;</p> <p>1.6) Títulos do governo;</p> <p>1.7) CDBs;</p> <p>1.8) Fundos de Investimentos: Classificação e critério de escolha;</p> <p>1.9) Planos de aposentadoria privada;</p> <p>1.10) O mercado de ações: conceitos iniciais</p>	5h/a

7. INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS MULTISENSORIAIS

7.1 Instruções Gerais (CBMDF)

Os procedimentos de ensino devem incluir atividades que possibilitem a aprendizagem como processo dinâmico. Considerando isso, quanto mais atividades de demonstração e exemplificação por parte do Instrutor e atividades práticas por parte dos alunos, melhor será o processo de aprendizagem. Portanto, a partir do exposto, pretende-se:

- Associar a informação nova aos padrões anteriormente convencionados;
- Realizar exercícios a partir de situações simuladas, estudo de casos ou exemplos, oportunizando ao aluno a vivência e a contextualização dos conteúdos apresentados;
- Estimular a troca de informações e a inter-relação instrutor/aluno, aluno/aluno;
- Associar a palavra falada ou escrita à projeção de imagens, objetivando a formação da imagem mental o mais próximo possível do real, facilitando a compreensão e fixação da informação;
- Apresentar os conteúdos de maneira dinâmica e interativa, estimulando a atenção e despertando o interesse;
- Aproveitar histórias e termos locais para ilustrar a informação;
- Aproveitar os recursos multimídia que a informática oferece, estimulando a memória visual e auditiva, objetivando melhor compreensão e maior fixação das informações novas e ainda não vivenciadas;
- Propiciar momentos de descontração alternados aos de atenção e tensão.

Para a consecução das competências elencadas, poderão ser utilizadas, dentre outras abordagens

- Aulas expositivas empregando: quadro branco, retroprojetor, PowerPoint e lousa digital interativa;
- Resolução de problemas na prática;
- Estudos dirigidos em sala de aula;
- Discussões em grupo;
- Discussões dirigidas;
- Demonstração / aula prática;
- Realizar exercícios selecionados em função dos objetivos e ajustados aos conteúdos.

Considerar a seguinte ordem de aplicação:

- 1º Exercícios de aprendizagem: realizados sob a orientação do instrutor/professor seguindo um passo a passo a partir do raciocínio mais simples ao mais complexo objetivando a compreensão e a aplicação prática. Cabe ao instrutor/professor esclarecer as dúvidas dos alunos, ajustar e/ou corrigir;
- 2º Exercícios de fixação: realizados com repetição que visam a memorização das variáveis e suas aplicações, a melhoria de desempenho, a redução do tempo de execução, ou ainda a melhoria da integração entre os elementos de uma equipe ou guarnição. Deve ser realizado pelo aluno individualmente ou em grupos conforme a natureza dos conteúdos. Ao professor/instrutor cabe supervisionar e interferir apenas naquilo que for indispensável. O aluno deve exercitar a autonomia;
- 3º Exercícios de revisão: Consistem num rol de atividades que o aluno ou grupo de alunos devem desenvolver sem consulta aos materiais informativos. Devem conter todas as variáveis estudadas. Ao instrutor/professor cabe observar e interferir apenas no essencial ou quando houver risco para o aluno/grupos de alunos;
- 4º Exercícios de avaliação: são as chamadas provas que têm por finalidade verificar a aprendizagem dos conteúdos ministrados. Estas devem seguir a Norma Geral de Avaliação e Medidas de Aprendizagem em vigor. Essa atividade é a penúltima etapa do processo sendo a última o feedback. Assim, depois de realizadas e corrigidas, o instrutor/professor deve aproveitar a aula seguinte para esclarecer possíveis dúvidas e até rever algum conteúdo de dificuldade comum à maioria antes de iniciar um novo conteúdo.

Recomenda-se o uso dos recursos abaixo listados e todos os outros que contribuam com a aprendizagem e auxiliem o ensino.

- Professor/Instrutor e Monitor;

- Pessoal escolar;
- Recursos audiovisuais:
- Projetor/Data show;
- Microcomputador com software de apresentação de slides, tipo MS Power Point, MS Excel e softwares que possibilitem a execução de vídeos e áudios;
- Internet;
- Lousa interativa;
- Aparelho de som;
- Quadro branco e canetas adequadas.

7.2. Instruções específicas (atividades sugeridas):

- I. Os alunos serão apresentados a uma situação financeira cotidiana e estimulados, por meio de debates ou gincanas. Deverão, por exemplo, pesquisar preços para uma obra e decidir se a família deve retirar dinheiros de seus investimentos ou pegar empréstimo;
- II. Os alunos deverão elaborar um planejamento para alcançar a meta de 10% de redução das despesas mensais;
- III. Os alunos deverão planejar um acampamento florestal, com planejamento de necessidades, elaboração de orçamentos e das estimativas de gastos e da formação de provisão e reservas;
- IV. Os alunos serão divididos em grupos e deverão analisar e propor uma saída para uma família que encontra em uma situação financeira difícil devido a uma falha ao calcular o somatório de compras parceladas. Deverão abordar no relatório a importância do planejamento, da elaboração de orçamentos, das estimativas de despesas. Deverão, também, analisar possíveis alternativas apresentadas no mercado para ajudar a família;
- V. Cada aluno deverá descrever um sonho a ser realizado a médio e outro a longo prazo. Em seguida, deverão responder as seguintes perguntas: Como a poupança, planejamento financeiro, comparação de modelos e preços e a tomada de consciência dos próprios desejos e necessidades irão auxiliá-lo?

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo ensino-aprendizagem dar-se-á por meio de:

1. Avaliação teórica abrangendo todo o conteúdo ministrado com menção: APTO/ INAPTO

9. REFERÊNCIAS

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: SEXTANTE, 2015.

CERBASI, G. **Dinheiro: os segredos de quem tem**. 1ª ed. Rio de Janeiro: SEXTANTE, 2016.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. Portaria nº 59, de 27 de julho de 2011. Regulamenta a Diretriz Curricular para o Ensino no CBMDF aos Estabelecimentos de Ensino que ministram cursos ou estágios do CBMDF. Brasília, DF, julho de 2011. Publicada no Boletim Geral 145, de 1 ago. 2011.

PACHECO, M. M. D. R. Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino. Fundação Hermínio Ometto / Uniararas, 2007.

OECD/ OCDE- DIRECTORATE FOR FINANCIAL AND ENTERPRISE AFFAIRS.

Recommendation on Principles and Good Practices for financial Education and Awareness, RECOMMENDATION OF THE COUNCIL. July, 2005.

SOLOMON, Michael R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo.** 11^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

SILVA, Amarildo Melchiades da; SOUZA, Andrea Stambassi. **Um curso de formação de professores em Educação Financeira Escolar.** Juiz de Fora: 2015.

APÊNDICE B – Questionário

(APÊNDICE B / Questionário aplicado aos alunos dos cursos de formação do CBMDF no ano de 2021)

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE ENSINO
CENTRO DE ESTUDOS DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E DOCTRINA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

QUESTIONÁRIO AOS MILITARES DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DO CBMDF

Orientações

Olá! Esse questionário foi elaborado com o objetivo de coletar dados para o trabalho monográfico de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) da Cap. QOBM/Comb. Ana Rick.

A pesquisa visa aferir o nível de educação financeira dos militares que recém ingressaram na Corporação.

O instrumento de pesquisa se utiliza de perguntas que buscam capturar aspectos de conhecimento, atitude, comportamento e uso de serviços financeiros, além das perguntas gerais que traçam o perfil da amostra dos militares.

As perguntas em relação ao conhecimento são similares às utilizadas em diversos estudos que investigam a relação da educação financeira com alguns comportamentos financeiros. As perguntas de comportamento e atitude focam no gerenciamento diário do dinheiro, enfatizando o controle e planejamento financeiro e equilíbrio do orçamento.

Não é necessário identificar-se. Informo que não serão perguntadas e nem divulgadas informações pessoais que permitam a identificação dos participantes.

Solicito que as respostas sejam com base na realidade e não no que o militar considera ser o correto ou como gostaria que fosse.

O formulário é breve e pode ser respondido em menos de 5 minutos.

Desde já agradeço a participação!

Cap. Ana Rick - CAO/2021

Questões

1. Qual seu posto ou graduação?

- a) Soldado QBMG-1
- b) Soldado QBMG-2
- c) Soldado QBMG-3
- d) Soldado QBMG-4
- e) Cadete

2. Qual a faixa etária?

- a) 18 a 22 anos
- b) 23 a 26 anos
- c) 27 a 30 anos
- d) 31 a 34 anos
- e) 35 a 38 anos

3. Faz uso de 1 ou mais produtos e serviços financeiros?

- | | | | |
|-----------------------|---------------------------|---|----------------------------------|
| a) Cartão de crédito | e) Financiamento de carro | i) Seguro | m) Poupança |
| b) Carnê de loja | f) Crédito consignado | j) Ação | n) Nenhuma das opções anteriores |
| c) Cheque especial | g) Financiamento de casa | k) Investimentos | |
| d) Empréstimo pessoal | h) Previdência privada | l) Títulos (ex. Tesouro direto, LCA, LCI) | |

4. Possui bens financiados?

- A) Sim
- B) Não

5. Tipo de bens financiados:

- A) Imóvel
- B) Automóvel
- C) Moto
- D) Outros

E) Não possuo bens financiados

6. Tipo de moradia:

- A) Alugada
- B) Própria financiada
- C) Própria quitada
- D) Dos pais/ parente
- E) Emprestada/Cedida

7. Você acha que uma boa forma de controlar os gastos mensais é fazer um orçamento?

- A) Sim
- B) Não

8. Em um país onde a inflação é alta, os preços não se alteram tanto com o tempo. A afirmação é:

- A) Correta
- B) Errada

9. Imagine que 3 (três) amigos ganhem juntos R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em uma loteria. Se eles decidirem dividir o dinheiro igualmente entre eles, quanto cada um recebe?

- A) 1500
- B) 1000
- C) 500
- D) 250
- E) Nenhuma das alternativas anteriores

10. Agora suponhamos que você coloque R\$ 100,00 (cem reais) em uma poupança que rende 2% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quando você teria nessa conta ao final do primeiro ano, contando com os juros?

- A) 104
- B) 102
- C) 100

- D) 98
- E) 96

11. É um direito básico do consumidor ter a informação clara sobre preço à vista e juros incluídos na venda a prazo?

- A) Sim
- B) Não

12. Como você avalia seu próprio nível de conhecimento sobre finanças?

- A) Muito bom
- B) Bom
- C) Mediano
- D) Fraco
- E) Muito fraco
- F) Não sei

13. Você está satisfeito com sua atual situação financeira?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

14. Atualmente você tem muitas dívidas?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

15. Você confia no seu planejamento de aposentadoria?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

16. Você costuma se preocupar com o pagamento das despesas normais do dia a dia?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

17. Sua situação financeira limita a capacidade de fazer coisas as quais considera importante?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

18. Com relação a afirmação “Dinheiro existe para ser gasto”, você:

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

19. Você estabelece objetivos financeiros de longo prazo e busca atingi-los?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

20. Você está preparado para arriscar uma parte do seu dinheiro quando poupa ou faz investimento?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

21. Antes de comprar algo, você pensa com cuidado se poderá pagar?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

22. Você conversa sobre as decisões financeiras com outras pessoas da sua família (ex. cônjuge, irmãos, pais ou filhos)?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

23. Você mantém sua vida financeira sob controle?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

24. Você costuma pagar suas contas em dia?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

25. Você tem tendência a comprar de forma espontânea e imediata, sem pensar muito?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

26. Quando você compra alguma coisa, geralmente escolhe a marca que os seus amigos/ parentes irão aprovar?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

27. Você admira as pessoas que possuem bens, como roupas caras e carros de luxo?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

28. Prefere comprar parcelado a esperar ter dinheiro para comprar à vista?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

29. De modo geral, você se sente capaz de administrar sozinho (a) suas finanças pessoais?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

30. Você confia no seu planejamento para aposentadoria?

- A) Concordo totalmente
- B) Não concordo nem discordo
- C) Discordo/ Discordo totalmente

31. Você faz orçamento doméstico ou familiar?

- A) Sim
- B) Não

32. Nos últimos 12 (doze) meses, você tem poupado parte dos seus rendimentos?

- A) Sim
- B) Não

33. Qual a porcentagem da renda poupada dos seus rendimentos?

- A) Até 10%
- B) Entre 11 e 20%
- C) Entre 21 e 30%
- D) Acima de 31%
- E) Não se aplica

34. Qual o destino dado ao dinheiro nos últimos 12 meses?

- | | |
|--------------------------------------|--|
| A) Não guardei dinheiro | E) Dei o dinheiro para alguém da família ou de confiança guardar |
| B) Guardei dinheiro na poupança | F) Apliquei em investimento |
| C) Guardei dinheiro em casa | G) Apliquei em previdência privada |
| D) Deixei dinheiro na conta corrente | H) Poupei de alguma outra forma |

35. Caso venha a perder sua principal fonte de renda hoje, quanto tempo conseguiria os custos de vida sem fazer empréstimos?

- A) Menos de 1 semana
- B) De 1 semana a 1 mês
- C) De 1 a 3 meses
- D) de 4 a 6 meses
- E) Mais de 6 meses

36. Se surgisse uma despesa inesperada, você teria condições de pagá-la sem pedir dinheiro emprestado?

- A) Sim
- B) Não

37. Nos últimos doze meses, você sentiu alguma vez que as suas despesas eram maiores que os seus rendimentos?

- A) Sim

B) Não

38. Se respondeu sim na pergunta anterior, o que você fez para pagar as contas ou cobrir as despesas?

- | | | |
|---|---|--|
| A) Cortou despesas | F) Fez empréstimos pessoal em um banco ou financeira | L) Vendeu ou penhorou algum bem que tinha |
| B) Tentou ganhar mais dinheiro (fazendo horas extras ou trabalhando mais) | H) Pagou o mínimo da fatura do cartão | M) Pegou adiantamento de salário |
| C) Atrasou ou deixou de pagar algumas contas | I) Tomou um empréstimo mais barato que sua dívida | N) Resgatou dinheiro de algum investimento |
| D) Pediu dinheiro emprestado a amigos ou parentes | J) Usou o cheque especial | O) Pegou dinheiro com um agiota |
| E) Tirou dinheiro da poupança | K) Usou o cartão de crédito para fazer saque ou pagar uma conta | P) Outro |

39. Qual o grau de comprometimento com dívidas mensais?

- A) Até 10%
- B) Entre 11 e 20%
- C) Entre 21 e 30%
- D) De 31 a 40%
- E) De 41 a 50%
- F) Mais de 50%
- G) Minha renda não está comprometida com dívidas mensais

ANEXOS

ANEXO A – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMISSÃO DE
VALORES MOBILIÁRIOS E A
SECRETARIA-GERAL DA
MARINHA, OBJETIVANDO A
COOPERAÇÃO ACADÊMICA E
INSTITUCIONAL.**

A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, autarquia federal vinculada ao Ministério da Economia, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, situada na rua Sete de Setembro n.º 111/32º andar, Centro, CEP 66.075-900, inscrita no CNPJ-MF 29.507.878/0001-08, doravante denominada CVM, neste ato representada por seu Presidente, Marcelo Santos Barbosa e a SECRETARIA-GERAL DA MARINHA, doravante denominada SGM, com sede na Esplanada dos Ministérios – Bloco N – 6º andar – Brasília - DF, inscrita no CNPJ 00.394.502/0091-09, neste ato representada por seu Titular, Almirante de Esquadra Marcelo Francisco Campos, em conjunto consideradas “partícipes”, resolvem celebrar o presente ACORDO, sujeitando-se, no que cabível, ao disposto na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis, nos termos seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA APROVAÇÃO DA MINUTA

1.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica e seu respectivo Plano de Trabalho foram apreciados pelo Parecer n.º 00092/2021/CJACM/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica Adjunta ao Comando da Marinha - CJACM (com base no inciso II do art. 2º da Portaria n.º 180/MB, de 16 de julho de 2001), e pelo Parecer n.º 00029/2021/GJU-1/PFE-CVM/PGF/AGU, da Procuradoria Federal Especializada junto à Comissão de Valores Imobiliários.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente ACORDO tem por objeto o estabelecimento de mecanismos de cooperação entre a SGM e a CVM visando disseminar a educação financeira e fomentar a inovação financeira, no âmbito das atribuições das partícipes, com a finalidade de estudar os instrumentos financeiros capazes de alavancar recursos para o financiamento de projetos de atribuição da Marinha.

2.2 A produção e disseminação de conhecimentos resultantes da presente cooperação devem apoiar objetivos de políticas públicas de interesse da CVM, em especial a educação e inclusão financeiras, o fomento à inovação e a promoção do desenvolvimento sustentável.

2.3 A cooperação de que trata o ACORDO abrangerá:

2.3.1 **Formação:** ações das partícipes, com apoio técnico da CVM, voltadas para educação financeira; e

2.3.2 **Inovação:** fomento de atividades, estudos e pesquisas voltadas para o mapeamento de instrumentos de mercado de capitais adequados às necessidades das políticas estabelecidas pela Marinha.

2.4. As atividades educacionais conduzidas no âmbito do subitem 2.3.1. podem incluir a condução de intervenções de natureza educacional, inclusive sob a forma de projetos-piloto, pesquisas, organização de eventos, *workshops*, concursos, campanhas, desenvolvimento de cursos e produção de publicações.

2.5 As atividades desenvolvidas podem oferecer sugestões, recomendações, subsídios técnicos e pareceres, baseados em evidências e conhecimentos de economia, contabilidade, finanças, mercado financeiro, pedagogia e psicologia econômica, entre outras áreas e assuntos de interesse mútuo das partícipes, em que haja possibilidade de apoio aos campos de sua atuação e que contribuam para o aprimoramento da eficiência e efetividade de suas políticas, em especial nas áreas de educação, incluindo informação e orientação, ao investidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

3.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam as partícipes.

CLÁUSULA QUARTA - DA COORDENAÇÃO

4.1. A coordenação geral do presente Acordo ficará a cargo do Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB), por meio do seu Diretor, e do titular da Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores ("SOI") da CVM.

4.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.1, as iniciativas promovidas pelos demais órgãos internos ou relacionados às partícipes (secretarias, institutos, núcleos, grupos, superintendências ou assessorias), segundo suas respectivas atribuições, políticas e prioridades, serão por eles diretamente coordenadas, cientificada a coordenação geral do ACORDO.

4.3. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 30 dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

4.4. As iniciativas de educação e inclusão financeiras da CVM em parceria com a SGM serão geridas pela Divisão de Educação Financeira ("COE"), responsável pela operação do Centro OCDE/CVM de Educação e Letramento Financeiro para a América Latina e Caribe.

4.5. Nas iniciativas que potencialmente envolverem contribuições técnicas para a atividade regulatória da CVM, caberá ao respectivo coordenador informar a Superintendência de Desenvolvimento de Mercado (SDM) da Comissão de Valores Mobiliários.

4.6. O Acordo possibilitará a cooperação com qualquer órgão da estrutura regimental da CVM, conforme suas atribuições e possibilitará, igualmente, a realização de projetos com as entidades consorciadas, na forma estabelecida entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

5.1. Para a execução do ACORDO caberá aos partícipes implementar as seguintes ações comuns, necessárias à consecução do objeto deste instrumento:

5.1.1. alterar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;

5.1.2. executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;

5.1.3. designar, no prazo de 30 dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;

5.1.4. responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;

5.1.5. analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;

5.1.6. cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;

5.1.7. disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;

5.1.8. permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;

5.1.9. fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;

5.1.10. manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;

5.1.11. o acesso à informação classificada em qualquer grau de sigilo a pessoa não credenciada ou não autorizada por legislação poderá, excepcionalmente, ser permitido mediante assinatura de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS, conforme modelo constante do Decreto nº 7.845/2012, pelo qual a pessoa se obrigará a

manter o sigilo da informação, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da lei, observando-se os seguintes requisitos:

- I - obrigação de manter sigilo relativo ao objeto e a sua execução;
- II - possibilidade de alteração do objeto para inclusão ou alteração de cláusula de segurança não estipulada previamente;
- III - obrigação de adotar procedimentos de segurança adequados, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto;
- IV - identificação, para fins de concessão de credencial de segurança e assinatura do TCMS, das pessoas que poderão ter acesso a informação classificada em qualquer grau de sigilo e material de acesso restrito;
- V - obrigação de receber inspeções para habilitação de segurança e sua manutenção; e
- VI - responsabilidade em relação aos procedimentos de segurança, relativa à subcontratação, no todo ou em parte.

5.1.12. obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

5.3. As partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DE CADA PARTÍCIPE

6.1. Para a execução do Acordo caberá a cada partícipe implementar as ações necessárias à consecução do objeto deste instrumento.

6.2. À CVM caberá:

6.2.1. Apoiar tecnicamente e, dentro das suas disponibilidades, administrativamente, a pedido da Secretaria-Geral da Marinha:

6.2.1.1. as atividades de desenvolvimento institucional da Marinha do Brasil, quando se relacionarem com as atribuições da CVM; e

6.2.1.2. as atividades de ensino, pesquisa da Marinha do Brasil, incluindo eventos, reuniões técnicas, palestras, cursos, estudos, pesquisas e outros trabalhos desenvolvidos no âmbito da Marinha do Brasil, quando abordarem temas inseridos nos campos do conhecimento abrangidos pelo objeto do presente ACORDO; e

6.2.1.3. as atividades de inovação financeira, dentro de suas atribuições, como o financiamento imobiliário por meio de instrumentos de mercado de capitais.

6.2.2. Disponibilizar aos integrantes (militares e servidores civis etc.) da Marinha do Brasil, vagas em eventos, cursos e outras iniciativas promovidas pela CVM que possam contribuir para sua formação ou aperfeiçoamento;

6.2.3. Compartilhar, periodicamente, informações sobre as iniciativas da CVM de potencial interesse da Marinha do Brasil; e

6.2.4. Divulgar internamente o ACORDO a fim de fomentar o desenvolvimento de iniciativas que permitam sua ampla utilização por todas as superintendências e demais órgãos internos, segundo suas respectivas atribuições e prioridades

6.3. À Secretaria-Geral da Marinha caberá:

6.3.1. Considerar as temáticas e resultados do ACORDO na evolução do letramento financeiro da comunidade atendida;

6.3.2. Divulgar a existência deste ACORDO, bem como as linhas de trabalho descritas no item 2.3, a fim de fomentar o desenvolvimento de iniciativas que contribuam para os resultados desta cooperação;

6.3.3. Contribuir para o desenvolvimento, com apoio técnico da CVM, de ações de inclusão e educação financeiras junto à família naval, incluindo iniciativas de educação voltadas para inovações financeiras;

6.3.4. Desenvolver e disseminar, com apoio técnico da CVM, no que couber, projetos que contribuam para a implementação de um ou mais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas; e

6.3.5 Providenciar a divulgação dos eventos decorrentes deste Acordo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E EXPLORAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. Caso resultem da consecução do Acordo obras intelectuais, tais como: textos de obras artísticas, científicas, literárias, obras audiovisuais ou fotográficas, base de dados ou coletâneas de qualquer natureza, ou ainda programas de computador, nos termos da legislação brasileira aplicável e das convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, os direitos de propriedade intelectual inerentes a tais obras serão titularizados em proporção igual para cada partícipe, respeitado o direito moral do autor.

7.2. As Partícipes serão solidariamente responsáveis pela proteção da propriedade intelectual a que se refere o item 6.1, sendo que os eventuais custos envolvidos na defesa de tais direitos serão partilhados de maneira proporcional ao percentual da co-titularidade.

7.3. As formas de apropriação dos resultados passíveis de proteção pelo direito da propriedade intelectual, sua licença e/ou cessão a terceiros, serão definidos em instrumento apartado específico, devendo esse instrumento ser averbado e/ou registrado perante o órgão competente, sendo vedada a comercialização, com fins econômicos, das obras de que tratam o item 7.1 deste Acordo.

7.4. As obras de que tratam o item 7.1 poderão ser livremente utilizadas, desde que comunicada pelas Partícipes, em ações de ensino e pesquisa, ainda que em ações ou eventos fora do escopo deste Acordo, sem prejuízo da menção da co-titularidade da obra.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1. Este Acordo não prevê transferência de recursos orçamentários entre a CVM e a SGM, inexistindo cronograma de desembolso. As despesas eventualmente a serem realizadas ficarão a cargo da CVM ou da SGM, conforme disponibilidade orçamentária anual. Os recursos da CVM a serem utilizados serão aqueles destinados ordinariamente às atividades educacionais, observada a disponibilidade orçamentária em cada exercício, em especial, de recursos para diárias e passagens de servidores públicos e colaboradores eventuais. Assim, não há plano de aplicação de recursos financeiros.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS HUMANOS

9.1. Os recursos humanos utilizados por quaisquer das partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 02 (dois) anos a partir da assinatura ou da publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS ALTERAÇÕES

11.1. O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

11.2. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

11.3. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partícipes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ENCERRAMENTO E DENÚNCIA

12.1. O presente Acordo estará encerrado de pleno direito (i) pelo transcurso do seu prazo de duração, salvo quando ocorrer prorrogação em razão de Termo Aditivo; (ii) quando se tornar impossível a consecução de seu objeto; ou (iii) por mútuo consentimento dos partícipes, sem qualquer compensação.

12.2. Poderá, ainda, qualquer das partícipes, a qualquer tempo, denunciar o presente Acordo, mediante notificação escrita com protocolo, operando-se os efeitos da denúncia após o decurso do prazo de 30 (trinta) de seu recebimento.

12.3. Ocorrendo a denúncia ou encerramento deste Acordo, os partícipes responderão pelas obrigações já exigíveis, atendendo-se aos princípios contidos nas suas respectivas cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. A publicação do extrato deste instrumento no DOU ficará a cargo da CVM, que deverá providenciá-la em até 20 (vinte) dias, após a sua celebração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

14.1. As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

15.1. Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 60 dias após o encerramento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os projetos e as atividades a serem realizadas seguirão, em cada partícipe, os procedimentos específicos, bem como a legislação aplicável. Por serem de natureza técnica e acadêmica, não há obra ou serviço de engenharia, tampouco cronograma físico-financeiro.

17.2. No âmbito da CVM, as diretrizes orçamentárias aprovadas para cada exercício nortearão o planejamento das iniciativas a serem desenvolvidas, elaboradas pela Superintendência de Planejamento da CVM.

E, por estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente Instrumento.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2021.

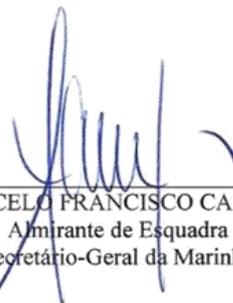


MARCELO SANTOS BARBOSA
Presidente da CVM

Testemunhas:


J. A. Cavalcanti Vasco

JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO
Superintendente de Proteção e
Orientação aos Investidores



MARCELO FRANCISCO CAMPOS
Amirante de Esquadra
Secretário-Geral da Marinha



MARCO ALEXANDRE RODRIGUES DE AGUIAR
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Diretor do Centro de Instrução e Adestramento
Almirante Newton Braga

ANEXO B – Exemplos de Acordos de Cooperação Técnica da CVM

ORGÃO	OBJETIVO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA
UFPR (Universidade Federal do Paraná)	Promover o intercâmbio de informações nos campos de estudo de interesse comum, a geração de forma colaborativa de produtos educacionais e a realização de ações conjuntas, no âmbito de suas respectivas atribuições.
MPM (Ministério Público Militar)	Ampliar a cooperação técnica interinstitucional entre os partícipes, visando estabelecer formas de colaboração, com finalidade de ampliar as ações de articulação de proteção do patrimônio público, defesa da probidade administrativa, prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados, e a promoção de transparência da gestão na Administração Pública, por meio da atuação conjunta e do intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e do compartilhamento e desenvolvimento de tecnologias que aprimorem o processamento e a análise de dados, pesquisas e investigações, entre outras ações conjuntas de integração e intercâmbio que promovam eficácia e efetividade de suas atividades finalísticas.
ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais)	Estabelecer mecanismos de cooperação e de organização de atividades conjuntas de educação e inclusão financeiras, no âmbito de suas competências, podendo abranger estudos e pesquisas de natureza técnica que fortaleçam as capacidades de diagnóstico, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas educacionais e de proteção de investidores.
Ministério da Educação - MEC	A execução de ações conjuntas entre os partícipes visando à implementação do Programa de Formação Docente para Atuação com Educação Financeira nas Escolas Públicas, com o objetivo de promover a formação continuada de professores do ensino fundamental e ensino médio, visando à disseminação da educação financeira entre crianças, adolescentes e adultos do Brasil, bem como proporcionar apoio técnico e orientação pedagógica aos professores, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho.
SGM (SECRETARIA-GERAL DA MARINHA)	O presente ACORDO tem por objeto o estabelecimento de mecanismos de cooperação entre a SGM e a CVM visando disseminar a educação financeira e fomentar a inovação financeira, no âmbito das atribuições das partícipes, com a finalidade de estudar os instrumentos financeiros capazes de alavancar recursos para o financiamento de projetos de atribuição da Marinha.
CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NORDESTE - CONSÓRCIO NORDESTE	O presente Acordo tem por objeto o estabelecimento de mecanismos de cooperação entre a CVM e o CONSÓRCIO NORDESTE visando: (i) promover a inovação financeira como forma de gerar desenvolvimento sustentável na região nordeste; (ii) disseminar a educação financeira nessa região; (iii) desenvolver e disseminar o mercado de capitais na região nordeste.